

HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Avenida Pará, nº 1720 - Bairro Umuarama
Uberlândia-MG, CEP 38405-320
- <http://hc-ufu.ebserh.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23860.000713/2025-13

TERMO DE REFERÊNCIA - PREGÃO TRADICIONAL
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS (COM MÃO DE OBRA EXCLUSIVA)

1. DO OBJETO

1.1. Este Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de manutenção predial preventiva, corretiva e preditiva com dedicação de mão de obra exclusiva, com fornecimento e reposição de materiais, bem como serviços eventuais de manutenção nas instalações do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (HC-UFU/EBSEH). A contratação abrangerá também serviços de adequação de espaços, apoio técnico a contratos de terceiros e suporte às atividades operacionais e assistenciais da instituição, contemplando as diversas especialidades envolvidas na infraestrutura hospitalar. Conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento, por um período de 05 (cinco) anos, nos termos do art. 71 da Lei 13.303/2016.

Grupo	Item	Descrição/Especificação	Identificação CATSER	Unidade de Medida	Quantidade (meses)
1	1	Serviços <u>mensais</u> contínuos de operação e manutenção com dedicação exclusiva de mão de obra	1627	Mês	60
	2	Serviços <u>eventuais e mensais</u> de operação e manutenção (sob demanda)	1627	Mês	60
	3	Serviços <u>mensais</u> de intermediação de fornecimento e aplicação de materiais e peças para serviços de operação e manutenção (sob demanda)	1627	Mês	60

1.2. Os serviços objeto desta contratação compreendem as seguintes áreas:

1.2.1. Manutenção preventiva e corretiva nos sistemas, redes e instalações hidrossanitárias (englobando os sistemas e redes de água fria, água quente, esgoto e águas pluviais, caixas d'água, cisternas, caixas de gordura, caixas separadoras de água e óleo e demais sistemas relacionados a instalações hidrossanitárias) nas áreas existentes ou ampliações futuras, assim como em imóveis locados;

1.2.2. Manutenção preventiva e corretiva nos sistemas e instalações civis (alvenarias, pisos internos e externos, revestimentos de parede, forros, gesso, persianas, telhados, esquadrias, carpintaria, serralheria, soldagem, marcenaria, vidraçaria, impermeabilização, pintura, divisória, estruturas de aço, estruturas de concreto e de madeira) nas áreas existentes ou ampliações futuras, assim como em imóveis locados;

1.2.3. Manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de gás liquefeito de petróleo (GLP), gases medicinais, elétricas de baixa tensão, redes lógica e telefônicas, incluindo bombas de água e esgoto, aquecimento central de água, som, sistema de chamadas (display de senhas), circuito fechado de televisão (CFTV), estabilizadores de tensão para equipamentos especiais (Tomografia e Ressonância Magnética) - sistemas estes existentes ou que venham a ser instalados, assim como em imóveis locados;

1.2.4. Manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de prevenção e combate a incêndio que inclui o sistema de proteção contra descargas atmosféricas, o sistema de rede de hidrantes, o sistema eletrônico de detecção de fumaça e alarme contra incêndios, o sistema de iluminação de emergência e o sistema de sinalização de segurança e emergência - sistemas estes existentes ou que venham a ser instalados, assim como em imóveis locados;

1.2.5. Manutenções preventivas e corretivas nos sistemas de climatização e ventilação (central de água gelada, bombas de água gelada e de condensação, torres de resfriamento, fan coils e fancoletes, splits, redes hidráulicas, dutos de ar, ventiladores, exaustores, filtros, redes elétricas de força e comando, acessórios, sistemas de supervisão e automação, aparelhos de ar condicionado do tipo split e janela e demais equipamentos e componentes do sistema) e equipamentos de refrigeração (câmaras frias, freezers horizontais e verticais e bebedouros) - sistemas estes existentes ou que venham a ser instalados, assim como em imóveis locados;

1.2.6. Execução de serviços de engenharia relacionados à atividades de manutenção nas edificações do complexo hospitalar, assim como em imóveis locados, que não alterem substancialmente a infraestrutura da instituição e mantêm o status quo das edificações do complexo HC-UFU/Ebserh, tais como: instalação/remoção de divisórias e paredes, instalação de forros (de gesso, PVC, placas minerais, etc.), pequenos serviços de demolição em pisos, lajes e revestimentos, retirada/instalação de bancadas, prateleiras e armários, retirada e instalação de esquadrias metálicas e de madeira, execução de caixas de passagem, serviços de serralheria em portões, cancelas, grades e guarda-corpos, etc;

1.2.7. Realização de manutenção preventiva e corretiva na conservação predial, como pinturas, recomposição de revestimentos de pisos, paredes e tetos, serralheria, soldagem, esquadrias, vidraçarias, gesso, marcenaria, persianas, pintura, alvenaria e divisória - nas áreas existentes ou ampliações futuras, assim como em imóveis locados;

1.2.8. Realização de serviços eventuais diversos, que não alterem substancialmente a infraestrutura da instituição, relacionados aos sistemas manutidos, necessários para o atendimento de singelas modificações que não desnaturam o status quo das edificações do complexo HC-UFU/Ebserh, tais quais: instalação e remanejamento de circuitos elétricos, lógicos e telefônicos; instalação e remanejamento de equipamentos de ar condicionado e rede frigorígena; instalações e remanejamento de sistemas hidráulicos; instalação e substituição de tubulações e acessórios da rede de gases medicinais e GLP, bem como reconstituição de partes civis afetadas - nas áreas existentes ou

ampliações futuras, assim como em imóveis locados;

1.2.9. Realização de serviços eventuais de manutenção diversos relacionados aos bens móveis de uso na infraestrutura hospitalar, assim como em imóveis locados, tais quais: mesas, cadeiras, longarinas, poltronas, armários, biombos, macas, suporte de soro, escadas, cadeiras de rodas, paleteiras, entre outros mobiliários e utensílios que necessitem de serviços de solda, reparo em pintura, aperto de parafusos, serviços de marcenaria, dentre outros de natureza similar;

1.2.10. Limpeza das coberturas e áreas técnicas;

1.2.11. Serviços de capina, manutenção de gramados, plantas ornamentais e arbóreas efetuando a capina, roçagem, regas, podas, preparo do solo e plantio de plantas diversas, por meio da abertura de covas, introdução de sementes e mudas em solo, coroamento de plantas, forração e adubação, preparação de mudas e sementes, retirada de gramados, rastelagem, retirada e poda de árvores de médio e grande porte, manutenção em árvores de pequeno porte, podas de galhos em árvores de pequeno porte, irrigação diária, plantio e reposição de plantas e gramado e retirada de lixos leves dos gramados e áreas ajardinadas;

1.2.12. Serviços de apoio e manobras para limpeza de reservatórios de água (a limpeza dos reservatórios não faz parte do escopo do contrato, apenas os serviços de apoio e manobras, tais como: abertura e fechamento de registros e válvulas, controle dos níveis dos reservatórios, retirada e recolocação de telhas, instalação de pontos de ancoragem, dentre outros);

1.3. Os serviços objeto deste contrato **não incluem**:

1.3.1. Este contrato **não abrange obras** ou intervenções com alteração estrutural ou implantação de novas infraestruturas prediais de grande porte.

1.3.1.1. Obra de engenharia é a ação de construir, reformar, fabricar, recuperar ou ampliar um bem, na qual seja necessária a utilização de conhecimentos técnicos específicos envolvendo a participação de profissionais habilitados conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66. Para efeito desta Orientação Técnica, conceitua-se:

- **Ampliar:** produzir aumento na área construída de uma edificação ou de quaisquer dimensões de uma obra que já exista.
- **Construir:** consiste no ato de executar ou edificar uma obra nova.
- **Fabricar:** produzir ou transformar bens de consumo ou de produção através de processos industriais ou de manufatura.
- **Recuperar:** tem o sentido de restaurar, de fazer com que a obra retome suas características anteriores abrangendo um conjunto de serviços.
- **Reformar:** consiste em alterar as características de partes de uma obra ou de seu todo, desde que mantendo as características de volume ou área sem acréscimos e a função de sua utilização atual.

1.3.2. Manutenção em equipamentos médicos hospitalares (ou biomédicos);

1.3.3. Serviços de conservação e limpeza dos prédios, exceto dos detritos provenientes das atividades de manutenção descritas no item 1.2.

1.4. Os serviços a serem contratados são enquadrados como serviços de natureza comum de engenharia, já que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado. Assim, o presente objeto é passível de ser contratado por meio de processo licitatório na modalidade pregão em sua forma eletrônica, nos termos do art. 6º e art. 17, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

1.5. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.6. Os três itens, serviços contínuos com dedicação exclusiva, serviços eventuais sob demanda e intermediação de materiais e peças, foram organizados em grupo único pois compõem um objeto único e indissociável de manutenção predial. A execução é dependente da mesma equipe e dos mesmos processos, de modo que o fracionamento comprometeria a eficiência, elevaria custos e criaria riscos operacionais.

1.7. O regime de execução do contrato será Contratação por Preço Global, tendo em vista a possibilidade de definir previamente, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem executados, nos termos do inciso II, do Art. 14, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

1.8. A duração do Contrato será de 05 (cinco) anos, nos termos do art. 71 da Lei 13.303/2016;

1.9. O projeto básico de engenharia e o projeto executivo de engenharia está delineado neste Instrumento, contendo o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa do objeto.

1.10. Aplica-se à presente contratação o Termo de Conciliação Judicial celebrado entre a União e o Ministério Público do Trabalho, nos autos do processo nº 1082/02, da 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, homologado em 5 de junho de 2003. O documento na íntegra está transcrito no Anexo VIII - Termo de Conciliação Judicial (57888163).

1.11. Consta-se neste Termo de Referência, as ART's (Anotação de Responsabilidade Técnica) dos profissionais responsáveis pela elaboração do orçamento-base da licitação (ANEXO XXIII - 57893420).

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh foi criada por meio da [Lei nº 12.550](#), de 15 de dezembro de 2011, como uma empresa pública vinculada ao Ministério da Educação - MEC. Tem como finalidade prestar serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como prestar serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão às instituições públicas federais de ensino e instituições congêneres, contribuindo para a formação de profissionais no campo da saúde pública. A Ebserh é uma empresa estatal 100% dependente da União e cumpre o seu dever de prestar serviços de assistência à saúde de forma integral, estando exclusivamente inserida no âmbito do Sistema Único de Saúde. Trata-se da maior rede de hospitais públicos do Brasil. Suas atividades unem dois dos maiores desafios do país, educação e saúde, melhorando a qualidade de vida de milhões de brasileiros, por meio da atuação de uma rede que inclui a Administração Central da empresa e 41 Hospitais Universitários Federais - HUFs, apoiando e impulsionando suas atividades por meio de uma gestão de excelência. Os hospitais da Rede Ebserh exercem a função de centros de referência de média e alta complexidade para o Sistema Único de Saúde (SUS) e um papel de destaque para a sociedade. Como hospitais vinculados a universidades federais, essas unidades têm características específicas, além de, primordialmente, atender por meio do SUS, também apoiam na formação de profissionais e no desenvolvimento de pesquisas na área da saúde.

2.2. O HC-UFG/EBSERH é vinculado à Universidade Federal de Uberlândia e está inserido na rede de hospitais cuja gestão é realizada pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh. Atua para prestar assistência médica de média e alta complexidade aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) do município de Uberlândia e região, observando sua contratualização de serviços junto aos gestores de saúde.

2.3. A prestação de serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, bem como a operação dos sistemas e dos equipamentos do HC-UFG/EBSERH, de forma continuada, justifica-se pela necessidade de manutenção dos sistemas e instalações que compõem a edificação, a saber:

- a) Sistemas, redes e instalações hidrossanitárias;
- b) Sistemas de gases medicinais;
- c) Sistemas elétricos em alta tensão e baixa tensão, incluindo grupo gerador, rede estabilizada, rede isolada (IT Médico), e sistema de aterramento;
- d) Sistemas de recalque de água e esgoto;
- e) Sistemas de prevenção e combate a incêndio, que inclui o sistema de proteção contra descargas atmosféricas, o sistema de rede de hidrantes, o sistema eletrônico de detecção de fumaça e alarme contra incêndios, o sistema de iluminação de emergência e o sistema de sinalização de segurança e emergência;
- f) Sistemas de ar condicionado e refrigeração, compreendendo equipamentos de janela, splits, chillers, bebedouros e câmaras frias;
- g) Sistemas de exaustão e ventilação;
- h) Sistemas civis, compreendendo serralheria, soldagem, esquadrias, vidraçarias, gesso, marcenaria, persianas, pintura, alvenaria, divisórias, estruturas de concreto, estruturas metálicas e de madeira, revestimentos de pisos paredes e tetos, coberturas, sistemas hidrossanitários e pluviais.
- i) Sistema de Monta-Carga
- j) Sistemas de Automação manutenção preditiva, preventiva, corretiva na ausência de contrato específico e ou não resposta da contratada.

2.4. A contratação de serviços continuados de manutenção predial para o Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (HC-UFG), sob gestão da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), é medida imprescindível para garantir o funcionamento ininterrupto, seguro e eficiente da infraestrutura hospitalar.

2.5. O atual contrato de manutenção predial não comporta aditivos de valor ou de escopo, o que inviabiliza sua adequação às novas necessidades da instituição. Desde a ocupação do Bloco 8DJU, a área total assistida passou de aproximadamente 50 mil m² para cerca de 90 mil m², um crescimento superior a 80%. Esse aumento significativo resultou em maior demanda por manutenções corretivas, preventivas e por adequações físicas em diversos setores, sobrecarregando a equipe alocada e comprometendo sua capacidade de resposta. O contrato vigente, portanto, encontra-se subdimensionado frente à atual realidade física e funcional do hospital, sendo imprescindível a celebração de novo instrumento contratual, mais robusto e compatível com a complexidade instalada.

2.6. Considerando as particularidades do ambiente hospitalar, a alta complexidade das suas instalações e a necessidade de garantir a continuidade, a segurança assistencial e a plena operacionalidade dos serviços prestados, torna-se indispensável a utilização de equipes de **mão de obra exclusiva**, estruturadas em **modelos de atendimento múltiplos e complementares**, capazes de absorver tanto as demandas de manutenção rotineira quanto as necessidades operacionais adicionais que o Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (HC-UFG/EBSERH) apresenta.

2.7. A interrupção dos serviços de manutenção comprometeria o pleno funcionamento dos sistemas essenciais à segurança e operação da unidade hospitalar, tais como grupo motor-gerador, no-breaks, sistema de detecção e alarme de incêndio, climatização hospitalar e distribuição de energia, podendo resultar em riscos à saúde e integridade de pacientes, profissionais e visitantes, além de danos ao patrimônio público. A adequada conservação desses sistemas é fundamental para a continuidade dos atendimentos hospitalares, prolongamento da vida útil dos equipamentos e prevenção de gastos prematuros com substituições e reparos emergenciais.

2.8. Os serviços de manutenção predial demandam atuação técnica especializada e contínua. A utilização de equipe residente assegura maior agilidade nas intervenções, familiaridade com a infraestrutura e acúmulo de conhecimento técnico sobre os sistemas da instituição, otimizando as ações de prevenção e correção de falhas. Tal estratégia também garante maior controle da qualidade dos serviços executados e resposta imediata a ocorrências emergenciais, o que é vital em um ambiente hospitalar.

2.9. Da alta relevância técnica e criticidade dos sistemas objeto da contratação para o desenvolvimento normal das atividades do HC-UFG/Ebserh, para proteção do seu patrimônio, bem como para a segurança dos seus ocupantes, funcionários, pacientes, alunos, professores e o restante do público em geral que frequenta as unidades do Hospital;

2.10. Das particularidades técnicas e logísticas referentes as instalações hospitalares, que demandam agilidade e conhecimentos específicos na área.

2.11. Considerando que a ampliação das atividades assistenciais do HC-UFG/Ebserh impõe a necessidade de adequações e ampliações nos sistemas citados, de forma a atender a demanda dos ambientes de trabalho, como, por exemplo, a instalação de novas luminárias, equipamentos de ar condicionado, pontos elétricos e de rede de computadores, telefones, câmeras de segurança, instalação de pontos de hidráulica e adequação de *layout*;

2.12. Considerando que o HC-UFG/Ebserh não dispõe em seu quadro funcional de pessoal específico para execução rotineira dos serviços descritos;

2.13. Considerando que a Resolução nº 298, de 17 de julho de 2025 do CA da Ebserh estabelece as diretrizes e as regras para a execução indireta, mediante contratação de serviços, de atividades que envolvam atribuições inerentes às dos cargos integrantes do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Ebserh. E consta no Anexo desta referida Resolução que "IV. *Serviços de manutenção predial e de equipamentos médico hospitalares*" são passíveis de execução indireta. Ou seja, a contratação em tela é passível de terceirização;

2.14. Considerando que a Equipe de Planejamento da contratação entende se tratar de atividade de custeio, justamente por se tratar de atividade inerentemente de apoio logístico e operacional ao desempenho Institucional, qual seja: prestar assistência à saúde e dar subsídios à formação do profissional da área da saúde e afins;

2.15. Considerando que não restam dúvidas de que as atividades a serem executadas indiretamente por meio do contrato são passíveis de terceirização, nos termos delineados no PARECER Nº 9/2019/SJAA/CONJUR/PRES-EBSERH. Inclusive, apesar de não se aplicar à empresas públicas e sociedades de economia mista, a Portaria MP nº 443/2018 estabelece em seu inciso XV que será preferencialmente objeto de execução indireta os serviços de "*manutenção de prédios e instalações, incluindo montagem, desmontagem, manutenção, recuperação e pequenas produções*

de bens móveis";

2.16. A EBSEERH não dispõe de cargos públicos ou força de trabalho própria com perfil técnico-operacional compatível com a complexidade das atividades de manutenção predial. Assim, a contratação de empresa especializada é a única alternativa legal e operacionalmente viável.

2.17. Garantir a operacionalidade das instalações do HC-UFU/EBSEERH está diretamente ligado à capacidade da instituição de prestar atendimento à população dependente do SUS. Considerando que a contratação constitui a alternativa mais eficiente e eficaz para o HC-UFU/Ebserh, na sua tarefa de zelar pelo patrimônio público e mantê-lo funcionando adequadamente para atender as atividades fim.

2.18. Faz-se necessário a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de manutenção predial preventiva, corretiva e preditiva com dedicação de mão de obra exclusiva, com fornecimento e reposição de materiais, bem como serviços eventuais nas instalações do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (HC-UFU/EBSEERH), prezando pela economicidade dos investimentos, a segurança e conforto dos usuários, das instalações, dos sistemas e dos equipamentos. Diante do exposto, a contratação pretendida é essencial para garantir a continuidade dos serviços hospitalares com segurança, eficiência e economicidade, em estrita observância aos princípios constitucionais da Administração Pública e às normas legais aplicáveis.

2.19. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo abrange a prestação de serviços contínuos de manutenção predial preventiva, corretiva e preditiva com dedicação de mão de obra exclusiva, com fornecimento e reposição de materiais, bem como serviços eventuais nas instalações do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (HC-UFU/EBSEERH). A contratação abrangerá também serviços de adequação de espaços, instalação de equipamentos, apoio técnico a contratos de terceiros e suporte às atividades operacionais e assistenciais da instituição, contemplando as diversas especialidades envolvidas na infraestrutura hospitalar.

3.1.1. A duração do Contrato será de 05 (cinco) anos.

3.2. A descrição dos equipamentos, instalações e sistemas existentes, à serem mantidos, encontra-se detalhada no Anexo I - Características Gerais dos Imóveis (57887522) do presente Termo de Referência.

3.2.1. A omissão na descrição de quaisquer partes ou equipamentos existentes, ou a substituição/alteração de suas características no decorrer do contrato, não exime a empresa da prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência com relação às partes omitidas/substituídas/alteradas, desde que estas sejam integrantes dos sistemas mantidos.

3.2.2. Os serviços objeto deste Termo de Referência estender-se-ão a novas partes e equipamentos que venham a ser instalados nos sistemas mantidos, sem quaisquer custos adicionais para o HC-UFU.

3.3. Localidade e Horário de Trabalho

3.3.1. Os imóveis nos quais a Contratada prestará os serviços objeto deste Termo de Referência são os seguintes:

3.3.2. Sedes Principais: situada na Av. Pará, 1720 - Umuarama, Uberlândia - MG, 38405-320 e no Setor de Oncologia (Hospital do Câncer), situado na Av. Amazonas, 1996 - Umuarama, Uberlândia - MG, 38405-302;

3.3.3. Ambulatório de Ortopedia e Traumatologia, situado na Av. Amazonas, 1569 - Umuarama, Uberlândia - MG, 38405-302;

3.3.4. Centro de Referência Nacional em Hanseníase/Dermatologia Sanitária, situado na R. Capricórnio, 94 - Jardim Brasília, Uberlândia - MG, 38401-404;

3.3.5. Laboratório de Patologia Molecular e Biotecnologia - CREDESH, R: Ceará, esquina com Amazonas, s/n - BL. 6T Sala 5, Campus Umuarama - Uberlândia MG, Cep.: 38405-302;

3.3.6. Depósito 1: situado na Rua José Rezende, nº 5777, Bairro Tibery, Uberlândia/MG, com área total e construída de 720 m²;

3.3.7. Depósito 2: situado na Rua José Rezende, nº 5801, Bairro Custódio, Uberlândia/MG, com área total e construída de 920 m².

3.4. Adota-se um regime de trabalho de **40 horas semanais**, o horário de trabalho será das 07h às 16h, de segunda a sexta-feira, complementado por **escala de plantão sobreaviso**, de acordo com a criticidade de cada especialidade técnica. Este modelo busca assegurar a cobertura das equipes nos períodos noturnos, finais de semana e feriados, especialmente nas áreas de **refrigeração/climatização, elétrica, gasoterapia e manutenção predial**, cujos sistemas não admitem falhas prolongadas sem comprometer diretamente a operação hospitalar.

3.4.1. O sistema de **plantão de sobreaviso** foi adotado com base na experiência consolidada dos contratos anteriores de manutenção predial do HC-UFU/EBSEERH, demonstrando-se como o modelo mais eficiente para o atendimento das ocorrências emergenciais fora do horário regular de expediente.

3.4.2. A dinâmica operacional do hospital exige disponibilidade técnica **ininterrupta**, uma vez que as falhas em sistemas essenciais como **elétrico, climatização, gases medicinais e infraestrutura predial** podem comprometer diretamente o funcionamento de unidades assistenciais críticas (UTIs, Centro Cirúrgico, Unidades de Internação, Farmácia Satélite, Laboratórios e Bloco Cirúrgico).

3.4.3. Durante o período noturno, fins de semana e feriados, as demandas concentram-se em **serviços emergenciais**, sem volume suficiente para justificar postos fixos contínuos, mas com gravidade e impacto operacional que exigem resposta imediata.

3.4.4. Dessa forma, o sobreaviso garante **tempo de resposta reduzido**, assegurando a pronta atuação de profissionais qualificados, sem ônus desproporcional à Administração.

3.5. O dimensionamento do plantão de sobreaviso foi estabelecido com base no quantitativo de horas em que os profissionais permanecem à disposição da Administração para atendimento emergencial **fora do horário regular da jornada contínua**, assegurando resposta imediata às ocorrências em todos os períodos sem cobertura presencial.

3.6. Considerando que:

- O dia possui 24 horas;
- A jornada de trabalho da equipe contínua é de 08 horas diárias;
- De segunda a sexta-feira há **16 horas** por dia em regime de sobreaviso (24h - 8h);
- Aos sábados há **24 horas** de sobreaviso;

- Aos domingos há **24 horas** de sobreaviso;
- O mês de referência possui **4,285 semanas** (30 dias ÷ 7 dias);
- 5 dias úteis × 16h = **80h**
- 1 sábado × 24h = **24h**
- 1 domingo × 24h = **24h**
- **Total semanal** = 80h + 24h + 24h = **128h/semana**
- 128h/semana × 4,285 semanas = **548,48h/mês**

3.7. Portanto, cada função integrante do plantão de sobreaviso (Técnico em Eletrotécnica, Instalador de Tubulações, Técnico em Eletromecânica, Técnico Mecânico (Calefação, Ventilação e Refrigeração), Oficial de Manutenção) deverá prever, para fins de formação de preços e dimensionamento contratual, o total de **548,48 horas mensais de sobreaviso**.

3.8. **Dimensionamento das Horas Extras**

3.9. O dimensionamento das horas extras previstas na contratação foi definido com base nos registros históricos de ponto e nos relatórios de atendimento emergencial emitidos pela fiscalização do contrato vigente. Esses dados refletem a demanda real por atuação extraordinária das equipes de manutenção para garantir a continuidade operacional da infraestrutura hospitalar em períodos de maior criticidade.

3.10. As médias de horas mensais de sobreaviso, calculadas a partir dos controles de ponto e relatórios de atendimento da fiscalização, foram as seguintes:

Função	Média de Horas/Mês de Sobreaviso
Técnico em Eletrotécnica	137,74 h/mês
Instalador de Tubulações	99,95 h/mês
Técnico em Eletromecânica	81,76 h/mês
Técnico Mecânico (Calefação, Ventilação e Refrigeração)	102,55 h/mês
Oficial de Manutenção	103,79 h/mês

3.11. A média global observada demonstra a **constância e necessidade operacional** do regime, especialmente em áreas técnicas cuja indisponibilidade imediata poderia causar risco à continuidade assistencial, como:

- I - **Técnico em Eletrotécnica:** responsável por emergências em quadros elétricos, subestações, sistemas de iluminação e geradores;
- II - **Técnico em Eletromecânica:** Responsáveis pelos Sistemas de gases medicinais;
- III - **Técnico Mecânico (Cal.Vent.Refri.):** intervenções emergenciais em chillers, fancoils, compressores, e sistemas de climatização hospitalar;
- IV - **Instalador de Tubulações:** atuação em vazamentos e obstruções em redes de gases medicinais, hidráulicas e sanitárias;
- V - **Oficial de Manutenção:** cobertura de demandas civis e apoio imediato às demais especialidades.

3.12. O plantão de sobreaviso será organizado em **escala rotativa semanal**, abrangendo as principais especialidades técnicas, de forma a manter a **cobertura integral** das instalações hospitalares, com disponibilidade 24h/dia, inclusive em fins de semana e feriados.

3.13. A escala de sobreaviso será definida pela Contratada e aprovada pela fiscalização. A estrutura adotada assegura que, diante de qualquer falha crítica ou interrupção de sistema, o profissional designado seja acionado imediatamente, garantindo a continuidade assistencial e a segurança dos pacientes.

3.14. O valor correspondente ao regime de **sobreaviso e horas extras** deverá ser inserido **na composição da planilha de formação de preço** como rubrica específica, de modo a refletir o custo real dessa obrigação para a Contratada. O custo será dimensionado com base nas médias de horas mensais históricas por função, conforme item de dimensionamento já apresentado (itens 3.7 e 3.10 do TR).

3.14.1. A Contratada deverá manter um canal de comunicação via telefone móvel durante 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias da semana para os plantonistas de cada área **refrigeração/climatização, elétrica, gasoterapia e manutenção predial**, que irão trabalhar em regime de plantão sobreaviso.

3.15. Os serviços de manutenção deverão ser executados conforme as normas e legislações vigentes, tendo por referência e orientação os títulos a seguir discriminados, sem prejuízo do cumprimento das normas advindas ou outras que não constam na relação:

- 3.15.1. Normas técnicas da ABNT, no que couber;
- 3.15.2. Normas internacionais consagradas, o que couber, na falta das normas ABNT ou para melhor complementar os temas previstos pelas já citadas;
- 3.15.3. Portaria MARE n. 2.296, de 23 de julho de 1997 e atualizações – Estabelece as Práticas de Projetos e Construção e Manutenção de edifícios Públicos Federais, a cargo dos órgãos e entidades integrantes de SISG;
- 3.15.4. Resolução CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002 - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- 3.15.5. Manual de Obras Públicas – Edificações - Práticas SEAPE – Manutenção;
- 3.15.6. Resolução CONFEA n. 425 de 1998;
- 3.15.7. Normas Regulamentadoras (NR) da Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) e normas internas do HC-UFU – filial Ebserh;
- 3.15.8. Lei de Uso e Ocupação do Solo, demais leis municipais e normativas da Vigilância Sanitária.

3.16. A empresa deverá trabalhar em conjunto com outras empresas terceirizadas nas instalações físicas do HC-UFU. Podendo inclusive haver necessidade de intervenção conjunta com outras equipes para realização dos trabalhos e serviços de engenharia.

3.17. No que tange à equipe, a Contratada deverá disponibilizar e manter nas dependências da Contratante, toda a mão de obra necessária

para a realização dos serviços objeto deste Termo de Referência. Os profissionais disponibilizados pela Contratada deverão ter formação, habilidades e conhecimentos mínimos previstos na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO e Convenções Coletivas de Trabalho respectivas, em consonância com os demais itens presentes neste Termo de Referência;

3.18. A contratada deverá manter uma equipe de técnicos plantonistas, devidamente qualificados, uniformizados e portando crachá de identificação, para atendimento às solicitações da Contratante, nos dias e horários previstos para a prestação dos serviços e nos dias e horários não cobertos pela equipe permanente, no caso de chamados emergenciais;

3.19. Para fins de execução dos serviços descritos, a Contratada alocará recursos humanos de seu quadro funcional nas quantidades e categorias profissionais constantes a seguir:

Item	POSTO DE SERVIÇO	CBO	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS
1	Gerente de Serviço de Manutenção	1427-05	1
2	Coordenador de Manutenção Mecânica	2144-05	1
3	Coordenador de Manutenção Elétrica e Automação	2143-15	1
4	Coordenador de Manutenção Predial	2142-15	1
5	Desenhista Técnico	3180-05	2
6	Almoxarife	4142-10	3
7	Assistente Engenharia Apoio tec/admin	4110-05	8
8	Oficial de manutenção - 40h	5143-25	22
9	Técnico em Eletrotécnica	3131-05	20
10	Técnico em mecânica (calefação, ventilação e refrigeração)	3141-15	18
11	Instalador de tubulações	7241-15	18
12	Técnico em Automação	3001-05	4
13	Técnico em Eletromecânica	3003-05	12
14	Tecnico em Edificações	3121-05	9
15	Jardineiro	6220-10	3
	TOTAL		123

3.20. Das atribuições dos profissionais

3.20.1. As seguintes tarefas gerais devem ser observadas por todas as categorias:

- 3.20.1.1. Cumprir e fazer cumprir o código de conduta e o regimento interno, bem como as demais ordens emanadas pelo HC-UFU/Ebserh;
- 3.20.1.2. Observar as instruções disciplinares do local de trabalho;
- 3.20.1.3. Atender a todos com cortesia e presteza, prestando-lhes as informações pertinentes ao funcionamento do HC-UFU/EBSERH e do seu local de trabalho;
- 3.20.1.4. Cumprir as ordens superiores com zelo e dedicação, exceto quando manifestamente ilegais;
- 3.20.1.5. Conservar as dependências do seu local de trabalho em perfeito estado e boa apresentação;
- 3.20.1.6. Preservar os móveis e equipamentos utilizados no serviço, informando ao responsável qualquer eventualidade que observe;
- 3.20.1.7. Comunicar à equipe de fiscalização a presença de estranhos no local de trabalho, avisando sempre que houver a informação ou suspeita de incêndio, arrombamento, furto e quedas de materiais ou pessoas;
- 3.20.1.8. Verificar a existência de objetos, pacotes ou embrulhos suspeitos, abandonados por ocasião da vistoria dos ambientes;
- 3.20.1.9. Manter organizado mesas, murais internos e cadeiras de seu ambiente de trabalho. Zelar pela organização dos ambientes comuns, tais como refeitórios, vestiários, banheiros, almoxarifado e pátios externos de uso do Setor de Infraestrutura Física. É responsabilidade de todos os funcionários manter também em boas condições de limpeza e organização os ambientes internos do hospital onde estejam sendo executados serviços de manutenção;
- 3.20.1.10. Impedir o acesso de pessoas estranhas dentro e fora do posto de trabalho, quando inconvenientes ou não autorizadas a ingressar em locais determinados pela Administração;
- 3.20.1.11. Manter sigilo das informações a que tiver acesso;
- 3.20.1.12. Manter-se alerta, ocupando permanentemente o local designado para exercício de suas funções, não se afastando deste local, salvo em situações de absoluta necessidade;
- 3.20.1.13. Observar prazo estipulado para execução de suas tarefas;
- 3.20.1.14. Apresentar-se sempre com crachá;
- 3.20.1.15. Usar o uniforme estabelecido neste Termo de Referência e pela empresa, zelando por sua conservação e comunicando ao preposto a necessidade de reposição;
- 3.20.1.16. Reportar-se ao preposto, com a devida antecedência, para comunicação de possíveis atrasos, faltas ou quaisquer eventualidades;
- 3.20.1.17. Participar de treinamentos internos e externos conforme cronograma proposto pela Contratada.

3.20.2. A comprovação da experiência profissional quando exigida para a prestação dos serviços de cada categoria dar-se-á:

- 3.20.2.1. Em caso de empregado proveniente do serviço público, por meio de declaração do Órgão de Pessoal da Administração Pública, comprovando que o funcionário exercia atividades compatíveis com os serviços descritos para o cargo;
- 3.20.2.2. Em caso de empregado proveniente da iniciativa privada, por meio de registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social ou, ainda, de declaração original em papel timbrado, constando CNPJ e endereço completo da(s) pessoa(s) jurídica(s), onde os serviços foram prestados, com a descrição sucinta das atividades desenvolvidas na área, a qualificação e o nome do emitente da declaração.

Gerente de Serviço de Manutenção (CBO 1427-05)	
Requisitos	<p>Formação superior (graduação) completa em qualquer área, preferencialmente, engenharia, reconhecida pelo MEC, com registro profissional.</p> <p>Requer experiência mínima de 02 (dois) anos em cargo de coordenação/supervisão administrativa de contrato(s) públicos e/ou privados, preferencialmente à serviços de manutenção hospitalar.</p>
Aptidões e Habilidades Indicadas	Deverá possuir habilidade de liderança desenvolvida, noções de recursos humanos, conhecimento básico de informática (Windows, Word e Excel) e de almoxarifado, além de capacidade de gestão administrativa, planejamento e integração das equipes técnicas, assegurando a execução contratual e o atendimento às normas vigentes.
Atribuições	<p>As principais responsabilidades incluem:</p> <p>Gerenciar a execução administrativa do contrato, assegurando o cumprimento das cláusulas contratuais, prazos e obrigações legais;</p> <p>Coordenar e acompanhar a atuação dos engenheiros especialistas (coordenadores de área), garantindo integração entre as áreas e alinhamento às diretrizes contratuais;</p> <p>Auxiliar na tomada de decisões conjunta entre os coordenadores visando a garantia e manutenção das cláusulas contratuais e das instalações do complexo hospitalar junto à contratante;</p> <p>Elaborar, analisar e consolidar relatórios gerenciais e técnicos fornecidos pelos engenheiros, apresentando-os à contratante;</p> <p>Controlar e acompanhar indicadores de desempenho, custos, produtividade e qualidade dos serviços prestados;</p> <p>Apoiar o planejamento orçamentário e propor medidas de otimização de recursos e redução de despesas;</p> <p>Atuar como ponto focal de comunicação entre a empresa contratada e a contratante, organizando reuniões de acompanhamento e registrando deliberações;</p> <p>Garantir a conformidade documental e administrativa das atividades, incluindo registros de manutenção, planos de trabalho e evidências contratuais.</p>

Coordenador de Manutenção Mecânica (CBO 2144-05)	
Requisitos	<p>Para essa função, exige-se formação superior em Engenharia Mecânica (ou áreas correlatas), com experiência mínima de 02 (dois) anos em manutenção hospitalar ou industrial em sistemas mecânicos. O Coordenador de Manutenção Mecânica atuará com o Responsável Técnico perante o Conselho Federal de Engenharia (CONFEA/CREA), sendo responsável pela supervisão técnica e estratégica das atividades relacionadas aos sistemas de climatização, ventilação, refrigeração, centrais térmicas, sistemas hidráulicos e demais instalações mecânicas hospitalares. O objetivo central dessa função é garantir a operação contínua, segura e eficiente dos sistemas mecânicos, assegurando qualidade ambiental, biossegurança e conformidade com normas técnicas.</p>
Aptidões e Habilidades Indicadas	Deverá possuir habilidade de liderança desenvolvida, noções de recursos humanos, conhecimento básico de informática (Windows, Word e Excel) e de almoxarifado, além de domínio técnico em sistemas de climatização, refrigeração, ventilação e hidráulicos, assegurando a confiabilidade e qualidade dos serviços em ambiente hospitalar.
Atribuições	<p>Principais responsabilidades:</p> <p>Gerenciar e supervisionar a operação e manutenção dos sistemas de climatização e refrigeração, assegurando qualidade do ar e conforto térmico;</p> <p>Coordenar a manutenção de sistemas mecânicos hidráulicos, pneumáticos e vasos de pressão, prevenindo falhas que possam comprometer o ambiente assistencial;</p> <p>Executar as manutenções em sistemas de gases medicinais da rede hospitalar conforme plano de manutenção e demandas dos setores assistenciais com qualidade e presteza na prestação;</p> <p>Planejar e acompanhar manutenções preventivas e corretivas, assegurando</p>

	<p>cumprimento de prazos e registros documentais;</p> <p>Apoiar tecnicamente o planejamento de ampliações ou adequações de infraestrutura mecânica hospitalar;</p> <p>Elaborar relatórios técnicos, indicadores de desempenho e planos de ação;</p> <p>Garantir conformidade com normas de segurança, biossegurança e requisitos da ANVISA e demais órgãos reguladores.</p>
--	---

Coordenador de Manutenção Elétrica e Automação (CBO 2143-15)	
Requisitos	<p>Para essa função, exige-se formação superior em Engenharia Elétrica, Engenharia de Controle e Automação ou áreas correlatas, com experiência mínima de 02 (dois) anos em manutenção hospitalar ou sistemas elétricos complexos. O Coordenador de Manutenção Elétrica e Automação atuará com o Responsável Técnico perante o Conselho Federal de Engenharia (CONFEA/CREA), sendo responsável pela gestão técnica e estratégica de toda a infraestrutura elétrica, de automação predial e de sistemas de energia hospitalares. Essa função visa assegurar fornecimento elétrico estável, seguro e redundante, além de integração inteligente dos sistemas automatizados do hospital.</p>
Aptidões e Habilidades Indicadas	<p>Deverá possuir habilidade de liderança desenvolvida, noções de recursos humanos, conhecimento básico de informática (Windows, Word e Excel) e de almoxarifado, além de domínio técnico em sistemas elétricos, automação predial, geradores e sistemas de contingência, garantindo segurança e continuidade do fornecimento de energia.</p>
Atribuições	<p>Principais responsabilidades:</p> <p>Supervisionar a operação e manutenção dos sistemas de distribuição elétrica, subestações, geradores e nobreaks;</p> <p>Gerenciar sistemas de automação predial, garantindo integração e monitoramento em tempo real dos subsistemas;</p> <p>Planejar e acompanhar manutenções preventivas e corretivas, com foco em confiabilidade e segurança elétrica;</p> <p>Apoiar tecnicamente projetos de expansão elétrica e modernização de sistemas de automação;</p> <p>Elaborar relatórios técnicos, planos de contingência e indicadores de desempenho;</p> <p>Garantir conformidade com normas técnicas, regulamentações de segurança elétrica e requisitos da ANVISA.</p>

Coordenador de Manutenção Predial (CBO 2142-15)	
Requisitos	<p>Para essa função, exige-se formação superior em Engenharia Civil (ou áreas correlatas), com experiência mínima de 02 (dois) anos em manutenção predial hospitalar. O Coordenador de Manutenção Predial atuará com o Responsável Técnico perante o Conselho Federal de Engenharia (CONFEA/CREA), sendo responsável pela gestão técnica e estratégica das atividades relacionadas à infraestrutura civil e arquitetônica hospitalar, incluindo edificações, obras, reformas e adequações estruturais. O objetivo central é garantir a segurança, funcionalidade e conformidade do ambiente hospitalar, atendendo às normas regulatórias e às necessidades assistenciais.</p>
Aptidões e Habilidades Indicadas	<p>Deverá possuir habilidade de liderança desenvolvida, noções de recursos humanos, conhecimento básico de informática (Windows, Word e Excel) e de almoxarifado, além de domínio técnico em manutenção civil e predial, obras, reformas e adequações, assegurando a integridade e funcionalidade da infraestrutura hospitalar.</p>
	<p>Principais responsabilidades:</p> <p>Supervisionar a execução de serviços de manutenção civil preventiva e corretiva em edificações hospitalares;</p> <p>Responsabilizar-se pela garantia das condições de salubridade referente aos sistemas hidrossanitários;</p> <p>Garantir a plena prestação dos serviços de água potável e de uso comum</p>

Atribuições	para todas as dependências do hospital;
	Planejar, coordenar e acompanhar toda a manutenção de cunho civil e predial das instalações do complexo hospitalar HC-UFU, garantindo prazos, qualidade e conformidade técnica;
	Apoiar tecnicamente projetos de manutenção predial e construção civil da infraestrutura física hospitalar;
	Elaborar relatórios técnicos e acompanhar indicadores de desempenho;
	Garantir que as condições estruturais atendam às normas de acessibilidade, segurança contra incêndio e regulamentos hospitalares;
	Coordenar inspeções prediais e implementar planos de manutenção de longo prazo.

Almoxarife (CBO 4142-10)	
Requisitos	Ensino Médio completo ou Ensino Fundamental completo, com experiência comprovada mínima de 06 (seis) meses em almoxarifado, preferencialmente em ambiente hospitalar ou industrial.
	Conhecimento básico em gestão de estoque, sistemas informatizados de controle de materiais e rotinas administrativas.
Aptidões e Habilidades Indicadas	Organização e controle de estoque.
	Atenção e cuidado no recebimento, conferência e armazenamento de materiais.
	Capacidade de operar sistemas informatizados de estoque (ERP ou similares).
	Boa comunicação para interação com equipes técnicas e fornecedores.
	Raciocínio lógico para controle de entradas, saídas e inventários.
Atribuições	Noções básicas de logística e distribuição interna de materiais.
	Receber, conferir e armazenar materiais e equipamentos, garantindo condições adequadas de conservação e segurança.
	Controlar estoque físico e auxiliar no levantamento de inventário periódico.
	Registrar entradas e saídas de materiais nos sistemas informatizados, assegurando a acurácia das informações.
	Preparar materiais para distribuição interna às áreas técnicas ou administrativas, seguindo requisições.
	Acompanhar validade, conservação e utilização adequada de materiais, reportando irregularidades ao responsável.
	Zelar pela organização e limpeza do almoxarifado, atendendo às normas de segurança e saúde ocupacional.
	Apoiar na aquisição de materiais, conferindo notas fiscais e controlando documentos relacionados.
	Colaborar com equipes de manutenção e operação na logística de materiais, garantindo a continuidade das atividades.

Desenhista Técnico (CBO 3180-05)	
Requisitos	Ensino Médio completo com curso técnico em Desenho Técnico, Desenho de Edificações, CAD ou áreas afins.
	Experiência mínima de 06 (seis) meses em elaboração e atualização de desenhos técnicos e plantas prediais.
	Conhecimento sólido em softwares de desenho assistido por computador (AutoCAD, Revit ou similares), leitura e interpretação de plantas, croquis e projetos técnicos.
	Capacidade de elaborar, revisar e atualizar desenhos técnicos com precisão.
	Interpretação de projetos de engenharia civil, elétrica, hidráulica,

Aptidões e Habilidades Indicadas	climatização e automação predial.
	Organização, atenção a detalhes e cumprimento rigoroso de prazos.
	Trabalho em equipe e comunicação clara com engenheiros, técnicos e demais profissionais de manutenção.
	Noções de normas técnicas e boas práticas de documentação técnica.
Atribuições	Elaborar, revisar e atualizar desenhos técnicos e plantas prediais para apoio às atividades de manutenção e obras.
	Interpretar projetos de engenharia, croquis e diagramas técnicos, fornecendo suporte à execução de serviços.
	Auxiliar na criação de plantas de manutenção, detalhando sistemas elétricos, hidráulicos, mecânicos e de automação.
	Manter arquivos digitais e físicos organizados, garantindo fácil acesso e consulta por equipes técnicas.
	Colaborar com engenheiros e técnicos na análise e planejamento de intervenções prediais.
	Auxiliar na verificação de conformidade entre projetos, ordens de serviço e execução em campo.
	Zelar pela atualização e precisão da documentação técnica, seguindo normas e procedimentos institucionais.

Assistente de Engenharia Apoio tec/admin (CBO 4110-05)	
Requisitos	Ensino Médio completo; desejável curso técnico ou superior em Administração, Engenharia, Contabilidade ou áreas afins.
	Experiência mínima de 06 (seis) meses em atividades administrativas, compras, controle de estoque ou orçamento, preferencialmente em engenharia, manutenção ou obras.
	Conhecimento em sistemas de gestão, planilhas eletrônicas e elaboração de relatórios.
Aptidões e Habilidades Indicadas	Organização, planejamento e atenção a detalhes.
	Habilidade para elaboração e análise de orçamentos e planilhas.
	Boa comunicação para interação com fornecedores, equipe técnica e setores administrativos.
	Capacidade de priorizar tarefas e cumprir prazos.
Atribuições	Noções de processos de compras, controle de materiais e acompanhamento financeiro.
	Elaborar, controlar e acompanhar orçamentos de materiais, serviços e contratos relacionados à engenharia e manutenção predial.
	Gerar e manter atualizadas planilhas de controle de custos, consumo de materiais e indicadores de desempenho.
	Preparar relatórios periódicos sobre despesas, consumo de materiais e andamento de processos administrativos.
	Apoiar no processo de compras, solicitando cotações, analisando propostas e conferindo notas fiscais e pedidos.
	Organizar e arquivar documentos administrativos e técnicos relacionados a contratos, compras e inventário.
	Interagir com fornecedores, prestadores de serviço e equipe interna para garantir atendimento às demandas de engenharia.
	Apoiar engenheiros na elaboração de relatórios, planilhas e informações necessárias para planejamento e gestão de recursos.
	Assegurar que todos os processos sigam normas internas e legislação vigente.

Requisitos	<p>Ensino Fundamental completo.</p> <p>Experiência mínima de 2 anos em manutenção predial em ambiente hospitalar, ou em instalações prediais de grande porte.</p> <p>Conhecimentos práticos em manutenção de sistemas elétricos, hidráulicos, alvenaria, serralheria, marcenaria, pintura, estruturas metálicas e esquadrias.</p>
Aptidões e Habilidades Indicadas	<p>Habilidade manual e prática com ferramentas manuais e elétricas.</p> <p>Capacidade de interpretar ordens de serviço, croquis ou instruções técnicas básicas.</p> <p>Organização, atenção e comprometimento com prazos.</p> <p>Noções de segurança do trabalho e uso de EPIs.</p> <p>Flexibilidade para atuar em diferentes frentes de manutenção predial.</p>
Atribuições	<p>Executar serviços de manutenção corretiva e preventiva em instalações prediais, incluindo elétrica, hidráulica, alvenaria, pintura, serralheria e marcenaria.</p> <p>Realizar adaptações, consertos, reparos e reapertos em elementos construtivos, equipamentos e estruturas prediais.</p> <p>Efetuar manutenção de persianas, cortinas e divisórias, incluindo retirada, limpeza e recolocação.</p> <p>Utilizar corretamente ferramentas manuais e elétricas para execução das atividades.</p> <p>Identificar e reportar falhas ou necessidades de manutenção que exigem intervenção de profissionais especializados.</p> <p>Zelar pela organização, limpeza e conservação do local de trabalho e ferramentas.</p> <p>Seguir normas de segurança do trabalho, utilizando equipamentos de proteção individual e coletiva.</p> <p>Auxiliar no levantamento de materiais e peças necessários para execução dos serviços.</p>

Técnico em Eletrotécnica (CBO 3131-05)	
Requisitos	<p>Ensino Médio completo com curso técnico em Eletrotécnica, Eletroeletrônica ou áreas afins.</p> <p>Experiência mínima de 2 anos em manutenção elétrica hospitalar ou em instalações prediais de grande porte.</p> <p>Conhecimento sólido em sistemas elétricos de baixa e média tensão, quadros elétricos, iluminação, sistemas de proteção, aterramento e circuitos críticos hospitalares.</p> <p>Conhecimento das normas NR-10, NR-12 e procedimentos de energia crítica hospitalar, incluindo protocolos de segurança e prevenção de falhas.</p>
Aptidões e Habilidades Indicadas	<p>Capacidade de diagnosticar falhas elétricas complexas e propor soluções corretivas eficazes.</p> <p>Habilidade para leitura e interpretação de diagramas, esquemas elétricos e plantas prediais detalhadas.</p> <p>Organização, atenção a detalhes e cumprimento rigoroso de prazos.</p> <p>Trabalho em equipe e comunicação clara com demais profissionais de manutenção.</p> <p>Uso correto de ferramentas manuais, instrumentos de medição e equipamentos de proteção individual (EPIs).</p>
	<p>Executar manutenção corretiva e preventiva em sistemas elétricos hospitalares, incluindo quadros de distribuição, circuitos de iluminação, tomadas e sistemas críticos.</p> <p>Realizar inspeções periódicas detalhadas em instalações elétricas, identificando falhas e registrando ocorrências.</p> <p>Planejar e executar instalação, substituição e adaptação de equipamentos</p>

Atribuições	elétricos conforme ordens de serviço.
	Garantir o funcionamento seguro e contínuo dos sistemas elétricos, seguindo normas técnicas e de segurança.
	Elaborar registros, relatórios de manutenção e histórico completo de intervenções.
	Colaborar com outras áreas de manutenção para assegurar a operação contínua dos serviços hospitalares.
	Zelar pela organização, limpeza e conservação de ferramentas, equipamentos e materiais utilizados.

Técnico em Eletromecânica (CBO 3003-05)	
Requisitos	Ensino Médio completo com curso técnico em Eletromecânica, Gasoterapia ou áreas afins.
	Experiência mínima de 2 anos em manutenção de sistemas de gases medicinais hospitalares.
	Conhecimento sólido em sistemas de gases medicinais, tubulações hospitalares, compressores, cilindros, reguladores e equipamentos críticos.
	Conhecimento das normas NR-10, NR-12 e ABNT aplicáveis a gases medicinais e protocolos hospitalares de segurança.
Aptidões e Habilidades Indicadas	Diagnosticar falhas em sistemas de gases medicinais e propor soluções corretivas seguras.
	Leitura e interpretação de diagramas, plantas prediais e manuais técnicos de equipamentos de gasoterapia.
	Planejamento e organização de tarefas, atenção aos prazos e segurança.
	Trabalho em equipe, comunicação clara com engenheiros, técnicos e demais áreas de manutenção.
	Uso correto de ferramentas, instrumentos de medição e EPIs adequados.
Atribuições	Executar manutenção corretiva e preventiva em sistemas de gases medicinais hospitalares, incluindo tubulações, reguladores, cilindros e compressores.
	Realizar inspeções periódicas detalhadas em instalações de gases, identificando falhas e registrando ocorrências.
	Planejar e executar instalação, substituição ou adaptação de equipamentos de gasoterapia conforme ordens de serviço.
	Garantir o funcionamento seguro e contínuo dos sistemas de gases medicinais, seguindo normas técnicas e protocolos hospitalares.
	Elaborar registros, relatórios de manutenção e histórico completo de intervenções em gasoterapia.
	Colaborar com outras áreas de manutenção para assegurar a operação contínua dos serviços hospitalares.
	Zelar pela organização, limpeza e conservação de ferramentas, equipamentos e materiais utilizados.

Instalador de Tubulações (CBO 7241-15)	
Requisitos	Ensino Fundamental completo.
	Experiência mínima de 2 anos em instalação e manutenção de tubulações em ambiente hospitalar.
	Conhecimento sólido em sistemas hidráulicos, esgoto, redes prediais e tubulações de gases medicinais.
	Conhecimento de normas de segurança NR-10, NR-12 e protocolos hospitalares de instalações hidráulicas e de gases.
	Capacidade de interpretar plantas, diagramas e projetos de tubulações.
	Habilidade para execução de cortes, conexões, soldagem e encaixes em

Aptidões e Habilidades Indicadas	<p>tubulações.</p> <p>Organização, atenção a detalhes e cumprimento rigoroso de prazos.</p> <p>Trabalho em equipe, comunicação clara com engenheiros, técnicos e demais profissionais de manutenção.</p> <p>Uso correto de ferramentas manuais e elétricas, equipamentos de medição e EPIs.</p>
Atribuições	<p>Executar instalação, manutenção corretiva e preventiva de tubulações prediais, incluindo água, esgoto, gás e gases medicinais.</p> <p>Realizar inspeções periódicas em redes de tubulações, identificando vazamentos, falhas ou desgastes.</p> <p>Planejar e executar substituição, adaptação ou reparo de tubulações conforme ordens de serviço.</p> <p>Garantir o funcionamento seguro e contínuo das redes hidráulicas e de gases, seguindo normas técnicas e protocolos hospitalares.</p> <p>Elaborar registros, relatórios de manutenção e histórico completo de intervenções em tubulações.</p> <p>Colaborar com outras áreas de manutenção para assegurar a operação contínua dos serviços hospitalares.</p> <p>Zelar pela organização, limpeza e conservação de ferramentas, equipamentos e materiais utilizados.</p>

Técnico em Automação (CBO 3001-05)	
Requisitos	<p>Ensino Médio completo com curso técnico em Automação Industrial, Mecatrônica, Eletrotécnica ou áreas afins.</p> <p>Experiência em manutenção e operação de sistemas de automação predial e instalações críticas.</p> <p>Conhecimento sólido em SDAI (Sistema de Automação e Controle Predial), controle de temperatura, sistemas de refrigeração, controle de acesso e CFTV.</p> <p>Conhecimento das normas NR-10, NR-12 e boas práticas de operação e manutenção de sistemas automatizados.</p>
Aptidões e Habilidades Indicadas	<p>Diagnosticar falhas em sistemas automatizados e propor soluções corretivas eficazes.</p> <p>Leitura e interpretação de diagramas elétricos, lógicos e plantas prediais.</p> <p>Organização, atenção a detalhes e cumprimento rigoroso de prazos.</p> <p>Trabalho em equipe e comunicação clara com engenheiros, técnicos e demais profissionais de manutenção.</p> <p>Uso correto de ferramentas, instrumentos de medição e EPIs adequados.</p>
Atribuições	<p>Executar manutenção corretiva e preventiva em sistemas de automação predial, incluindo SDAI, controle de temperatura, refrigeração, controle de acesso e CFTV.</p> <p>Realizar inspeções periódicas detalhadas em sistemas automatizados, identificando falhas e registrando ocorrências.</p> <p>Planejar e executar instalação, substituição ou adaptação de equipamentos de automação conforme ordens de serviço.</p> <p>Garantir o funcionamento seguro e contínuo dos sistemas automatizados, seguindo normas técnicas e procedimentos internos.</p> <p>Elaborar registros, relatórios de manutenção e histórico completo de intervenções.</p> <p>Colaborar com outras áreas de manutenção para assegurar operação contínua das instalações.</p> <p>Zelar pela organização, limpeza e conservação de ferramentas, equipamentos e materiais utilizados.</p>

Técnico em Mecânica (CBO 3141-15)	
Requisitos	<p>Ensino Médio completo com curso técnico em Refrigeração, Climatização, Mecânica ou áreas afins.</p> <p>Experiência mínima de 2 anos em manutenção de sistemas de refrigeração e climatização predial.</p> <p>Conhecimento sólido em sistemas de ar-condicionado, compressores, bombas, ventiladores, torres de resfriamento e circuitos de refrigeração.</p> <p>Conhecimento das normas NR-10, NR-12 e boas práticas de operação e manutenção de sistemas de climatização e refrigeração.</p>
Aptidões e Habilidades Indicadas	<p>Diagnosticar falhas em sistemas de refrigeração e climatização e propor soluções corretivas eficazes.</p> <p>Leitura e interpretação de diagramas hidráulicos, pneumáticos, esquemas mecânicos e plantas prediais.</p> <p>Organização, atenção a detalhes e cumprimento rigoroso de prazos.</p> <p>Trabalho em equipe e comunicação clara com engenheiros, técnicos e demais profissionais de manutenção.</p> <p>Uso correto de ferramentas, instrumentos de medição e EPIs adequados.</p>
Atribuições	<p>Executar manutenção corretiva e preventiva em sistemas de refrigeração e climatização predial, incluindo compressores, bombas, ventiladores e torres de resfriamento.</p> <p>Realizar inspeções periódicas detalhadas nos sistemas, identificando falhas e registrando ocorrências.</p> <p>Planejar e executar instalação, substituição ou adaptação de equipamentos de refrigeração e climatização conforme ordens de serviço.</p> <p>Garantir o funcionamento seguro e contínuo dos sistemas de climatização, seguindo normas técnicas e procedimentos internos.</p> <p>Elaborar registros, relatórios de manutenção e histórico completo de intervenções mecânicas.</p> <p>Colaborar com outras áreas de manutenção para assegurar a operação contínua das instalações.</p> <p>Zelar pela organização, limpeza e conservação de ferramentas, equipamentos e materiais utilizados.</p>

Técnico em Edificações (CBO 3121-05)	
Requisitos	<p>Ensino Médio completo com curso técnico em Edificações, Construção Civil ou áreas afins.</p> <p>Experiência em manutenção predial, reformas ou obras civis.</p> <p>Conhecimento sólido em estruturas prediais, alvenaria, esquadrias, pisos, revestimentos, pintura e pequenas instalações hidráulicas e elétricas.</p> <p>Conhecimento das normas NR-10, NR-12 e boas práticas de construção, segurança do trabalho e manutenção predial.</p>
Aptidões e Habilidades Indicadas	<p>Capacidade de interpretar plantas, projetos e croquis técnicos.</p> <p>Diagnosticar falhas e propor soluções corretivas em obras e manutenção predial.</p> <p>Liderança em pequenas equipes e apoio a coordenadores em campo.</p> <p>Organização, atenção a detalhes e cumprimento rigoroso de prazos.</p> <p>Trabalho em equipe e comunicação clara com engenheiros, técnicos e demais profissionais de manutenção.</p> <p>Uso correto de ferramentas manuais e elétricas, equipamentos de medição e EPIs.</p>
	<p>Executar manutenção corretiva e preventiva em edificações, incluindo reparos de alvenaria, pintura, revestimentos, esquadrias e pequenas instalações hidráulicas e elétricas.</p>

Atribuições	Realizar inspeções periódicas detalhadas nas edificações, identificando falhas e registrando ocorrências.
	Planejar e executar, adaptações ou melhorias prediais conforme ordens de serviço.
	Atuar como líder em pequenas frentes de trabalho e prestar apoio direto aos coordenadores em campo em todas as áreas de manutenção.
	Garantir a execução segura e eficiente de serviços de manutenção predial, seguindo normas técnicas e procedimentos internos.
	Elaborar registros, relatórios de manutenção e histórico completo de intervenções civis.
	Colaborar com outras áreas de manutenção para assegurar a operação contínua das instalações.
	Zelar pela organização, limpeza e conservação de ferramentas, equipamentos e materiais utilizado

Jardineiro (CBO 6220-10)	
Requisitos	Ensino Fundamental completo.
	Experiência em jardinagem, paisagismo ou manutenção de áreas externas.
	Conhecimento sólido em cultivo, poda, irrigação, adubação, controle de pragas e conservação de jardins e áreas verdes.
Aptidões e Habilidades Indicadas	Capacidade de planejar e executar atividades de jardinagem de forma organizada e eficiente.
	Habilidade para uso de ferramentas manuais e motorizadas, como cortadores de grama, tesouras de poda e roçadeiras.
	Atenção a detalhes, zelo pelo meio ambiente e cumprimento rigoroso de prazos.
	Trabalho em equipe e comunicação clara com supervisores e demais profissionais de manutenção.
Atribuições	Conhecimento de normas de segurança e uso correto de EPIs.
	Executar manutenção corretiva e preventiva de jardins, áreas verdes e canteiros, incluindo poda, plantio, irrigação e adubação.
	Realizar inspeções periódicas em áreas externas, identificando falhas, danos ou necessidade de melhorias.
	Conservar equipamentos, ferramentas e materiais utilizados na jardinagem, mantendo-os em boas condições de uso.
	Colaborar com outras áreas de manutenção para garantir a segurança e conservação das áreas externas.
	Elaborar registros e relatórios simples sobre atividades executadas e ocorrências em áreas externas.
	Zelar pela organização, limpeza e conservação das áreas externas e do entorno das edificações.
	Apoiar, quando necessário, em pequenas frentes de manutenção predial, seguindo orientação de supervisores.

3.21. A empresa contratada deverá apresentar à contratante, no ato de assinatura do contrato, a relação nominal dos profissionais que farão parte de sua equipe técnica e que realizarão dos serviços objeto deste Termo de Referência, bem como a documentação comprobatória da qualificação exigida.

3.21.1. Somente poderão ser substituídos por profissional de qualificação técnica igual ou superior ao exigido neste Termo de Referência. A contratada deverá arcar com todos os custos de confecção de crachás;

3.21.2. Em caso de afastamento de funcionários (férias, licença médica, entre outros), a contratada deverá fazer a substituição imediata do mesmo, por outro com a mesma formação, experiência e capacitação técnica.

3.22. A Contratada deverá: operar, inspecionar, verificar, medir, testar, ensaiar, lubrificar, completar, reparar, ajustar, substituir, instalar, desinstalar, limpar, acompanhar, supervisionar, dar apoio e assistência técnica na manutenção dos sistemas prediais e equipamentos e seus componentes, assegurando o seu bom funcionamento e reduzindo potenciais riscos de quebra e riscos às pessoas e ao patrimônio;

3.22.1. Os chamados de emergência deverão ser atendidos em até 45 (quarenta e cinco) minutos da efetivação dos mesmos;

3.22.2. Contratada deverá gerir a manutenção de acordo com os conceitos descritos a seguir:

3.22.2.1. Os serviços de manutenção caracterizam-se pela operação e conservação dos sistemas prediais do HC-UFU/EBSERH e seus anexos, objetivando eliminar problemas oriundos de ocorrências que possam comprometer o funcionamento de sistemas essenciais do Hospital;

3.22.2.2. É de responsabilidade da Contratada manter todos os sistemas descritos neste Termo de Referência;

3.22.2.3. São compreendidos como serviços de manutenção predial, no mínimo, todas as atividades definidas neste Termo de Referência e no Anexo II - Rotinas Operacional dos Serviços de Manutenção **(57887566)**;

3.22.2.4. Todas as rotinas de manutenção relacionadas neste Termo de Referência e nos Anexo II - Rotinas Operacional dos Serviços de Manutenção **(57887566)** deverão ser executadas dentro da periodicidade proposta, sendo de responsabilidade da Contratada a elaboração de Plano de Manutenção e Controle para o cumprimento das atividades;

3.22.2.5. As definições sobre as rotinas de manutenção preventiva estão relacionadas neste Termo de Referência e nos Anexo II - Rotinas Operacional dos Serviços de Manutenção **(57887566)**;

3.22.2.6. As rotinas de manutenção são apenas uma referência para execução dos serviços, devendo a Contratada providenciar todas as demais ações que forem necessárias para manter o efetivo funcionamento dos sistemas ou para aperfeiçoar os processos. Tais rotinas complementares deverão ser encaminhadas por escrito para aprovação prévia do Fiscal do Contrato, de forma a verificar sua adequação;

3.23. A Contratada deverá apresentar à Contratante o Plano de Manutenção e Controle, que deverá ter como responsável por sua elaboração profissional graduado em Engenharia com atribuição para tal:

3.23.1. A empresa deverá garantir a aplicação do Plano de Manutenção e Controle por meio da execução contínua da manutenção, preventiva e corretiva, mantendo disponível o registro de execução dos procedimentos estabelecidos no plano e divulgando mediante a apresentação de relatórios mensais à fiscalização do HC-UFU/EBSERH os resultados das atividades de manutenção e controle;

3.23.2. O Plano de Manutenção e Controle será elaborado pela Contratada e entregue à Contratante em até 60 (sessenta) dias após a data de início dos serviços e deverá estabelecer rotinas de manutenção para os sistemas objeto deste certame;

3.23.3. Cabe salientar que a liberação do pagamento das faturas mensais ficará condicionada à apresentação dos relatórios mensais contidos no Plano de Manutenção e Controle e à sua aprovação pela Fiscalização do HC-UFU/EBSERH;

3.23.4. Falhas ou defeitos decorrentes da inexecução, ineficiência, ineficácia ou incorreta implementação do Plano de Manutenção e Controle será de responsabilidade da Contratada, que arcará com todos os prejuízos inerentes a essas falhas;

3.23.5. A Contratada deverá cadastrar todas as programações referentes às manutenções constantes no Plano de Manutenção e Controle:

- I - Instruções de Manutenção;
- II - Instruções e Rotinas de Operações;
- III - Folha de Programação de Eventos;
- IV - Ordens de Serviço;
- V - Histórico das instalações e sistemas;
- VI - Atualização da documentação técnica (projetos, manuais, etc.).

3.23.6. A Contratada deverá estruturar a Base de Dados da Manutenção, levando-se em conta:

- I - Recomendações de Segurança;
- II - Instrução de Manutenção;
- III - Tarefas;
- IV - Planejamento de Manutenção;
- V - Programação de Manutenção;
- VI - Dados de Operação;
- VII - Registro de Medições.

3.24. As manutenções consistem em:

3.24.1. Preventiva: tem por objetivo evitar a ocorrência de defeitos em todos os componentes dos sistemas, conservando-os dentro dos padrões de segurança e em perfeito estado de funcionamento, devendo ser executada em duas etapas: inspeções (verificação de determinados pontos das instalações seguindo programa de manutenção recomendado pelos fabricantes dos equipamentos); e revisões (verificações programadas das instalações para fins de reparos, limpeza ou reposição de componentes);

3.24.1.1. Diretrizes da manutenção preventiva: consiste em efetuar verificações, inspeções, medições e testes preventivos nas instalações e equipamento em geral e, se necessário, ações para eliminar os desvios de funcionamento nelas encontrados. Esta manutenção será realizada de forma programada e, de preferência, sem interromper o fluxo normal de serviços da unidade o que, eventualmente, pode implicar na realização de trabalho em períodos noturnos, finais de semana e, eventualmente, em feriados. Compete a tal atividade a inspeção, limpeza, regulagens e reparos nos elementos componentes das instalações e sistemas periodicamente e regularmente por profissional habilitado de forma a garantir o perfeito funcionamento, prevenindo, com isso, o aparecimento de falhas ou defeitos que possam ocasionar a paralisação das instalações ou sistemas instalados nestas unidades;

3.24.2. Corretiva: tem por objetivo o restabelecimento dos componentes dos sistemas às condições ideais de funcionamento, eliminando defeitos mediante a execução de regulagens, ajustes mecânicos e eletrônicos, bem como substituição de peças, componentes e/ou acessórios que se apresentarem danificados, gastos ou defeituosos, o que deverá ser atestado por meio de laudo técnico específico, assinado pelo engenheiro responsável da Contratada, o qual deverá conter a discriminação do defeito;

3.24.2.1. Diretrizes da manutenção corretiva: consiste nos serviços para corrigir as causas e efeitos de ocorrências constatadas nas instalações, por profissional devidamente habilitado e qualificado, a fim de promover o retorno das mesmas às condições normais de funcionamento, através do restabelecimento imediato, de aparelhos, máquinas ou sistemas avariados integrantes da edificação, com o reparo ou substituição, se necessário, de peças ou componentes;

3.24.3. Emergencial: correção realizada em um componente ou equipamento que apresenta desempenho global abaixo do que o

esperado ou falha de maneira aleatória, sendo utilizada quando o defeito ou falha traga sérios riscos à operação dos sistemas e equipamentos, causando riscos aos usuários e ao patrimônio. Para este tipo de manutenção o reparo deve ser imediato;

3.24.3.1. Diretrizes da manutenção emergencial: caracteriza-se pela premência da execução de serviços necessários e inadiáveis objetivando eliminar problemas oriundos de ocorrências que de alguma forma possam comprometer o funcionamento de sistemas essenciais do Hospital. Incluem-se ainda nestes serviços, gestões, reparos e consertos que possam sanar situações de risco relacionadas às unidades hospitalares;

3.25. Nos equipamentos que se encontram em período de garantia, os serviços de manutenção corretiva somente poderão ser executados após a constatação de que o problema não decorre de defeito coberto pela garantia;

3.26. A remoção de equipamentos ou modificações deve ser seguida de adequações dos locais de trabalho, com observância de cuidados a fim de minimizar os transtornos e interrupção dos serviços hospitalares;

3.27. Todas intervenções que gerem detritos, poeira e fungos devem ser isoladas por barreiras herméticas impedindo qualquer infiltração de ar para as áreas vizinhas;

3.28. Quando houver a necessidade da execução de testes nos equipamentos das instalações e sistemas prediais, estes devem ser executados respeitando-se a periodicidade dos mesmos, conforme definido em normas técnicas e legislações vigentes no país;

3.29. A responsabilidade final dos serviços será da Contratada, que deverá observar as ordens do Setor de Infraestrutura Física do HC-UFU/EBSERH, bem como as normas técnicas e legislações vigentes no país e diretrizes internas do HC-UFU;

3.30. A Contratada deverá apresentar a designação formal do preposto responsável pela interlocução com a Administração, previamente aceito pela Contratante, contendo nome completo, telefones de contato (fixo e celular, com custo local e disponibilidade ininterrupta, inclusive em finais de semana e feriados), bem como e-mail funcional para comunicação com a fiscalização, sem qualquer ônus para a Contratante.

3.31. Atribuições do preposto:

3.31.1. Tratar todos os servidores públicos e empregados públicos da Contratante, terceirizados, estagiários, colegas de trabalho e demais pessoas com educação, urbanidade, presteza, fineza e atenção;

3.31.2. Abster-se da execução de atividades alheias aos objetivos previstos neste Termo de Referência, durante o período em que estiver prestando os serviços;

3.31.3. Planejar e organizar os serviços, com a Contratante, objetivando obter maior eficiência e o melhor atendimento das demandas;

3.31.4. Receber os documentos relativos ao contrato, emitidos pela Contratante;

3.31.5. Responder às demandas da Contratante relativas ao contrato;

3.31.6. Entregar as faturas e notas fiscais mensais com as guias de recolhimento e respectivos comprovantes, assim como outros documentos e relatórios solicitados;

3.31.7. Realizar o controle da jornada de trabalho dos ocupantes dos postos de trabalho com objetivo de cumprir o contrato;

3.31.8. Apresentar à fiscalização, mensalmente, planilha ou mapa de frequência do pessoal no prazo de até 10 (dez) dias do mês subsequente ao trabalhado;

3.31.9. Entregar crachás, vales (refeição, alimentação, transporte), comprovante de rendimentos e outros documentos a cada empregado;

3.31.10. Manter a ordem e disciplina, orientando e instruindo os profissionais;

3.31.11. Solucionar reivindicações apresentadas pelos profissionais, no que se refere à melhoria e à qualidade dos serviços, procurando, sempre, dar o devido retorno aos pleitos formulados;

3.31.12. Nos casos em que as reivindicações extrapolem sua competência, repassá-las à equipe de fiscalização do contrato;

3.31.13. Evitar atrito ou confronto, de qualquer natureza, entre os profissionais e servidores, docentes, autoridades ou visitantes, buscando, em caso de dúvida, esclarecimentos e orientações com a equipe de fiscalização do contrato;

3.31.14. Cumprir e fazer cumprir, rigorosamente, os horários e escalas de serviço;

3.31.15. Zelar pelo cumprimento das normas previstas no contrato e Termo de Referência;

3.31.16. Acatar as orientações da equipe de fiscalização do contrato e da Unidade de Contratos, inclusive naquilo que diz respeito ao cumprimento das Normas Internas de Segurança e de Medicina do Trabalho;

3.31.17. Relatar ao fiscal do contrato, de forma imediata, toda e qualquer irregularidade observada nos locais onde os serviços estão sendo prestados;

3.31.18. Manter sigilo sobre documentos elaborados e assuntos tratados;

3.31.19. Ter conhecimento de suas atribuições e dos funcionários da Contratada, de acordo com as orientações da fiscalização da Contratante;

3.31.20. Certificar-se de que os empregados da Contratada não estejam executando tarefas em desacordo com seu posto de trabalho;

3.31.21. Adotar as providências necessárias para que o serviço transcorra dentro da normalidade, obedecidas às normas regulamentares e os padrões de conduta;

3.31.22. Orientar os profissionais quanto aos procedimentos de segurança e emergências em casos de sinistros diversos, tais como incêndio, acidentes e outros, em conformidade com as orientações e normas da Contratante;

3.31.23. Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial nas dependências do HC-UFU/EBSERH e imediações, pelos profissionais contratados;

3.31.24. Acompanhar o desempenho dos profissionais contratados em relação às habilidades técnicas e comportamentais, encaminhando as demandas de treinamento e capacitação à empresa contratada;

- 3.31.25. Comparecer, preferencialmente, às audiências de mediação na Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, no Ministério Público do Trabalho e nas audiências na Justiça do Trabalho relacionadas ao Contrato, quando for o caso;
- 3.31.26. Encaminhar à fiscalização documentos relativos à rescisão contratual dos prestadores de serviço e à contratação de novos funcionários, escala de férias, indicação dos funcionários contratados para cobertura de férias e cobertura de faltas;
- 3.31.27. Executar outras atribuições e atividades afins que lhe forem determinadas.
- 3.32. As informações estatísticas referentes aos serviços de gerenciamento das instalações, materiais, mão de obra e rotinas deverão ser apresentadas à fiscalização do Contrato;
- 3.33. Contratada deverá manter um cadastro de todas as instalações prediais, sistemas e áreas atendidas pelo objeto deste Termo de Referência. Para efetuar este cadastramento, a Contratada deverá levar em conta os seguintes aspectos:
- 3.33.1. Levantamento completo dos itens a serem mantidos e agrupamento por suas características construtivas;
- 3.33.2. Registro dos itens a serem mantidos, através de formulários ou telas padronizadas que, arquivados de forma conveniente, possibilitem o acesso rápido a qualquer informação necessária para operar, manter, abastecer, comparar ou analisar suas características sem que seja necessário recorrer a fontes diversificadas de consulta. Tal registro deve, necessariamente, ser composto de levantamento com transcrição dos dados para algum software CAD com salvamento na extensão DWG, além de dados complementares em planilhas do tipo excel.
- 3.34. Para a realização dos serviços objeto do presente Termo de Referência a contratada deverá dispor durante a vigência do contrato de ferramentas, instrumentos, equipamentos e demais recursos necessários à execução dos serviços;
- 3.35. A ausência dos equipamentos, instrumentos e ferramentas, não será aceita como justificativas para eventuais atrasos ou não execução de quaisquer serviços;
- 3.36. Desta forma, os serviços a serem executados durante a vigência do contrato englobam:
- 3.36.1. Levantamento, cadastramento, elaboração e manutenção de prontuário de sistemas e equipamentos, bem como organização, rastreabilidade e atualização destes, por meio de *software* de gestão;
- 3.36.2. Recebimento, verificação e aceitação de equipamentos;
- 3.36.3. Instalação (montagem e desmontagem) de Sistemas e Equipamentos, quando necessário;
- 3.36.4. Registro histórico e de intervenções técnicas dos equipamentos;
- 3.36.5. Auxílio no planejamento, seleção e aquisição de novos equipamentos;
- 3.36.6. Auxílio quanto à elaboração de especificação técnica de equipamentos, partes, peças e acessórios de equipamentos;
- 3.36.7. Estudos de viabilidade técnica e econômica, de obsolescência tecnológica, de desativação, de descarte, de atualizações etc., referentes a sistemas e equipamentos Hospitalares;
- 3.36.8. Contratação e/ou acompanhamento de empresas contratadas pelo HC-UFU/EBSERH para a realização de serviços em sistemas e equipamentos;
- 3.36.9. Os principais equipamentos e sistemas a serem assistidos pela contratada são:
- 3.36.9.1. Ar condicionado central (chillers, bombas, fancoils, self contêineres, torres, válvulas, troca de filtros, redes de dutos etc.);
- 3.36.9.2. Grupos Geradores;
- 3.36.9.3. Fornecimento de gases medicinais (acompanhamento dos abastecimentos, distribuição de cilindros, reposição de estoque);
- 3.36.9.4. Boilers e seus acessórios (Boilers, válvulas, filtros, purgadores, etc.);
- 3.36.9.5. Sistema de geração, distribuição e tubulações de gases medicinais e de vácuo, alarmes central de ar medicinal, tanques e outros acessórios, incluindo fluxômetros e válvulas BI, manômetros e reguladoras de pressão;
- 3.36.9.6. Mobiliários em geral (metálicos e reparáveis por serralheiro);
- 3.36.9.7. Cadeiras diversas (cadeiras de rodas, cadeiras de banho, cadeiras de escritório, cadeira de acompanhante, longarinas);
- 3.36.9.8. Catracas tipo pedestal, bi direcionais;
- 3.36.9.9. Tratamento de água de chillers;
- 3.36.9.10. Equipamentos e sistemas de refrigeração descentralizados (ar condicionado de janela e splits, bebedouros, câmaras frias, máquinas de gelo, geladeiras, freezers, balcões térmicos, etc.);
- 3.36.9.11. Sistemas de ventilação e exaustão (exaustores, ventiladores de diversos tipos, etc);
- 3.36.9.12. Avaliação da qualidade do ar e limpeza dos dutos dos sistemas de refrigeração;
- 3.37. Os serviços deverão ser executados conforme as normas e legislações vigentes, tendo por referência e orientação os títulos a seguir discriminados, sem prejuízo do cumprimento das normas advindas ou outras que não constam na relação:
- 3.37.1. Normas técnicas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, em especial:
- 3.37.1.1. NBR 15.943/2011, que dispõe sobre as diretrizes para um programa de gerenciamento de equipamentos de infraestrutura de serviços de saúde e de equipamentos para a saúde;
- 3.37.1.2. NBR 16.401/2008, que dispõe sobre projetos, instalações, parâmetros de conforto e qualidade do ar em instalações de condicionamento de ar;
- 3.37.1.3. NBR 7256/2005, que dispõe sobre tratamento de ar em estabelecimentos assistenciais de saúde;

3.37.2. Normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), em especial, À Resolução da Diretoria Colegiada:

3.37.2.1. RDC n. 2, de 25 de janeiro de 2010, que dispõe sobre o gerenciamento de tecnologias em saúde em estabelecimentos de saúde e aprova o regulamento técnico que estabelece os requisitos mínimos para o Gerenciamento de Tecnologias em Saúde em estabelecimentos de saúde;

3.37.2.2. RDC n. 50, de 21 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre as normatizações da infraestrutura física dos serviços de saúde.

3.37.3. Normas do Ministério da Saúde, em especial:

3.37.3.1. Portaria 3.523, de 28 de Agosto de 1998, referente à qualidade do ar e plano de manutenção, operação e controle de sistemas de condicionamento de ar.

3.37.3.2. Resolução RE09 de janeiro de 2003 ANVISA.

3.37.4. Normas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e suas regulamentações;

3.37.5. Disposições legais federais, estaduais e municipais;

3.37.6. Prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem dos produtos;

3.37.7. Normas internacionais consagradas, na falta das normas ABNT, ou para melhor complementar os temas previstos pelas já citadas;

3.37.8. Recomendações expressas na Lei n. 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e Normas Regulamentadoras (NRs) relativas à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, aprovadas pela Portaria n. 3.214, de 8 de junho de 1978, em especial as seguintes:

3.37.9. Norma NR-06 - Equipamento de Proteção Individual - EPI;

3.37.9.1. Norma NR-10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;

3.37.9.2. Norma NR-12 - Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos;

3.37.9.3. Norma NR-32 - Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde;

3.37.9.4. Norma NR-33 - Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados.

3.38. Rotinas de execução e periodicidade dos serviços de engenharia hospitalar, bem como procedimentos, metodologias e tecnologias a serem empregadas:

3.38.1. **Cadastramento e Controle de Inventário**

3.38.1.1. A Contratada deverá formar um banco de dados cadastrando todos os equipamentos beneficiados pelo contrato, em sistema informatizado disponibilizado pela contratante. Esse cadastro deverá conter informações como identificação do equipamento, condição, localização, marca, modelo, série, patrimônio, dados elétricos, habilitação de técnicos usuários para operar e manusear o equipamento, etc;

3.38.1.2. A CONTRATADA deverá elaborar, junto ao cadastro de equipamentos, uma lista de criticidade dos Sistemas e Equipamentos Hospitalares, em 3 níveis de criticidade, acordada com o Fiscal do Contrato, sendo definidos os equipamentos com números de criticidade 1, 2 e 3 respectivamente como de baixa, média e alta criticidade. Esta lista de criticidade servirá para estabelecer prioridades para execução de serviços;

3.38.1.2.1. A elaboração da lista de criticidade deve ser baseada em critérios mínimos como:

3.38.1.2.1.1. Disponibilidade de reservas técnicas (backups);

3.38.1.2.1.2. Equipamentos indispensáveis para prestação dos serviços assistenciais;

3.38.1.2.1.3. Equipamentos pertencentes a setores estratégicos;

3.38.2. **Planejamento, Seleção e Aquisição de Tecnologias**

3.38.2.1. A empresa Contratada deverá apresentar, anualmente, junto com o cadastro atualizado de equipamentos, ou sempre que solicitado pela Contratante, um Planejamento Estratégico em relação aos Sistemas e Equipamentos Hospitalares da Contratante. Este planejamento deve demonstrar a situação desses equipamentos e sistemas em contraste com a necessidade de aparelhagem existente para atendimento às demandas reais e previstas pelo setor envolvido e pelo Setor de Infraestrutura Física do HC-UFU/EBSERH. O planejamento deve sugerir estratégias de novas aquisições, substituição de equipamentos obsoletos, remanejamento e manutenção dos equipamentos, visando satisfazer as referidas demandas da melhor forma;

3.38.2.2. A empresa Contratada deverá estabelecer e documentar em procedimentos escritos, em paralelo com a Contratante, um fluxo para incorporação tecnológica, que deverá contemplar, no mínimo, as seguintes atividades:

I - Definição de critérios para a seleção de equipamentos/sistemas;

II - Avaliação de necessidades do Setor /Instituição;

III - Elaboração, em conjunto com a contratante, de especificações técnicas de equipamentos/sistemas;

IV - Definição de condições de entrega e exigências a serem solicitadas nos processos de compra;

V - Busca mercadológica;

VI - Confecção de pareceres técnicos;

VII - Acompanhamento de instalações e testes de funcionamento;

VIII - Acompanhamento do ciclo de vida dos equipamentos/sistemas;

IX - Acompanhamento, habilitação e aprovação do pessoal para manuseio e operação.

3.38.2.3. A Contratada manterá, ao longo do período do contrato, os níveis de confiabilidade e disponibilidade operacionais de todos os Sistemas e Equipamentos Hospitalares. Estes níveis de confiabilidade e disponibilidade serão definidos pelo Setor de Infraestrutura Física. Nos processos de renovação de tecnologias (processo de substituição de item existente por outro de igual ou melhor desempenho), a contratada, após a identificação da necessidade de renovação, deverá realizar uma avaliação dos fatores

envolvidos em paralelo com os representantes da contratante com base, mas não se limitando, aos critérios abaixo relacionados:

3.38.3. **Recebimento, Verificação, Aceitação e Instalação de Sistemas ou Equipamentos**

3.38.3.1. A cada novo equipamento adquirido pela Contratante, a Contratada deverá realizar, sob supervisão do Setor de Infraestrutura Física, os procedimentos de recebimento, adequação de infraestrutura, instalação (se esta não estiver prevista no contrato de compra) e testes de aceitação, inserindo as informações no *software* de gestão de equipamentos, disponibilizado pela contratante.

3.38.3.2. O processo deverá contemplar: o recebimento dos equipamentos, a verificação da integridade de embalagem de modo a garantir que o equipamento não sofreu avaria no transporte, a verificação da compatibilidade da ordem de compra com nota fiscal de entrega para afirmar que o item entregue está de acordo com o solicitado, testes funcionais no equipamento e instalação deste no setor de destino (se esta não estiver prevista no contrato de compra e a instalação não interferir nos termos de garantia), conforme manual do fabricante. Quando aplicável, realizar a abertura das embalagens e checar a presença e a integridade de todos os itens (equipamento, acessórios e manuais). Para equipamentos de alta complexidade, acompanhar a instalação do equipamento pelo fornecedor checando todos os itens acima citados. Para os de baixa complexidade aguardar liberação formal (impressa) do fornecedor para a instalação;

3.38.3.3. A empresa deverá propor, para a administração do HC-UFU/Ebserh, rotina para recebimento e aceitação de novos equipamentos e tecnologias adquiridas. Essa proposta de rotina deverá ser aprovada pelo Setor de Infraestrutura Física;

3.38.3.4. A empresa deverá desenvolver e manter procedimento que assegure que os equipamentos sejam avaliados antes de seu primeiro uso, por meio dos ensaios de aceitação, que serão acompanhados e/ou executados pela equipe de usuários técnicos e por representante do fornecedor ou preposto. Quando aplicável, os ensaios deverão ser realizados pelo fornecedor do equipamento, com devido acompanhamento da Contratada;

3.38.3.5. Deverão fazer parte do ensaio de aceitação: atividades realizadas durante inspeção, responsável pela execução do serviço, requisitos de ensaio determinados pelo fabricante (quando informados), parecer técnico que evidencie a segurança e desempenho do equipamento e, quando aplicável, comissionamento de infraestrutura. As não conformidades apuradas deverão implicar na não aceitação do equipamento pelo serviço de saúde, devendo essas ser imediatamente registradas e encaminhadas ao Chefe da Unidade de Manutenção Predial.

3.38.4. **Manutenção Preventiva e Inspeção Periódica**

3.38.4.1. A Contratada deverá desenvolver e implantar um Plano Anual de Manutenções Preventivas de modo a reduzir a necessidade de manutenção corretiva, prevenindo e evitando danos futuros, observando falhas em estágios iniciais. O Planejamento Anual de Manutenções Preventivas conterá as datas e horários de manutenção nos sistemas ou equipamentos e deverá ser divulgado para os responsáveis de cada setor assistencial, de modo a garantir que estes sejam disponibilizados para a manutenção. Se um sistema ou equipamento não for disponibilizado no dia e horário programado para sua manutenção, a Contratada deverá acionar o responsável pelo setor, solicitando tal liberação. Caso o problema persista, a Contratada deverá notificar o responsável por escrito e por último comunicar a situação ao chefe da Unidade de Manutenção Predial para as providências cabíveis. O Planejamento deverá ser desenvolvido com base na análise da criticidade do parque, considerando as recomendações do fabricante e avaliando o risco físico associado ao paciente, a função do equipamento e requisitos de manutenção. Critérios adicionais, além destes especificados, poderão ser aplicados, mediante aprovação da chefia da Unidade de Manutenção Predial e da chefia do setor de lotação vigente do equipamento;

3.38.4.2. A Contratada deverá colocar, ao final de cada procedimento, fichas em todos os equipamentos e sistemas submetidos à manutenção, contendo, obrigatoriamente, dados do equipamento (patrimônio, série, local, TAG da Contratada), data de realização da preventiva, intervalo de tempo entre preventivas, número da Ordem de Serviço referente à manutenção preventiva e nome do executante da preventiva;

3.38.4.3. A Contratada deverá providenciar Procedimento Operacional Padrão (POP) desenvolvido com base em normas nacionais, manuais dos fabricantes, descrevendo a sistemática para manutenção preventiva de cada tipo de equipamento. Estes POPs deverão ser entregues em até 90 (noventa) dias após o início da execução dos serviços;

3.38.4.4. As manutenções preventivas deverão ser realizadas periodicamente nos equipamentos relacionados e de acordo com um cronograma anual elaborado pela Contratada e aprovado pela equipe de fiscalização do contrato. A periodicidade das manutenções preventivas deverá obedecer às recomendações técnicas do fabricante dos equipamentos. Na ausência desta recomendação, a periodicidade será definida em conjunto com o gestor e equipe de fiscalização do contrato;

3.38.4.5. Caberá a Contratada a realização de inspeção periódica dos equipamentos e sistemas de modo a garantir que todos os equipamentos disponíveis no HC-UFU/EBSERH possam executar suas funções de forma plena e segura. O técnico deverá visitar os setores assistenciais e verificar, junto ao responsável de cada setor, ou a quem por ele for designado, se há algum equipamento que tenha apresentado algum tipo de falha para, se necessário, encaminhá-lo à manutenção ou a sua substituição;

3.38.4.6. As inspeções periódicas compreendem a verificação da normalidade de funcionamento do equipamento, se está corretamente instalado e regulado para uso, por meio do uso e aplicação de uma lista de checagem (*checklist* previamente elaborado em conjunto com a equipe de fiscalização do contrato), devidamente documentada, buscando identificar irregularidades no funcionamento dos equipamentos;

3.38.4.7. As inspeções periódicas deverão ser realizadas diariamente nas casas de máquinas e em sistemas e equipamentos críticos;

3.38.4.8. Todas as atividades de manutenção preventiva e inspeções periódicas deverão ser documentadas e registradas em sistema informatizado (*software*) disponibilizado pela contratante.

3.39. **Manutenção Corretiva**

3.39.1. A Contratada será responsável pelo atendimento inicial de todos os sistemas e equipamentos gerenciados e cadastrados, referentes aos chamados para avaliação de defeitos, e solucionar integralmente os problemas.

3.39.1.1. Entende-se por atendimento inicial a prestação de serviços básicos nos equipamentos, independente da complexidade tecnológica envolvida ou existência de contrato terceirizado, para verificação das condições de utilização do equipamento, analisando eventuais problemas relacionados com as instalações ordinárias e especiais, verificando acessórios e eventuais procedimentos inadequados por parte dos usuários, incluindo a execução de testes operacionais, limitando-se a procedimentos que não envolvam a abertura do equipamento ou que violem as responsabilidades exclusivas, caso haja empresa terceirizada para manutenção preventiva e corretiva;

3.39.1.2. Entende-se por solução integral a manutenção corretiva realizada pela Contratada, nos equipamentos, sendo a mesma responsável pela mão de obra e aquisição dos materiais necessários, conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência;

3.39.1.3. Os serviços de maior especificidade serão aqueles que exigirem conhecimento ou mão-de-obra especializada de fábrica e que exigem a substituição de peças não disponíveis em estoque ou que não possam ser encontradas no mercado comum, cuja manutenção pelo suporte de serviço local não é viável por questões de limitação técnica e/ou riscos a integridade do equipamento, e que apresentam baixo custo de execução, inferior a cinquenta por cento do seu valor de mercado.

3.39.1.4. Tais serviços deverão ser providos pela Contratada admitindo-se sua subcontratação, mediante aprovação do Fiscal do Contrato;

3.39.1.5. Trata-se de serviços especializados, não englobando serviços de manutenção rotineiros nos equipamentos da lista;

3.39.1.6. Trata-se de serviços cuja execução exige profissionais e/ou materiais e /ou ferramentas não disponíveis no contrato.

3.39.2. As Ordens de Serviço de Manutenções Corretivas deverão ser abertas sempre que houver um chamado ou quando uma falha for detectada durante as inspeções periódicas e execução das manutenções preventivas ou calibrações. Devem ser executadas conforme orientação dos manuais dos fabricantes dos equipamentos e registradas, sendo posteriormente assinadas pelos responsáveis técnicos (ou por quem estes designarem) dos setores nos quais os equipamentos encontram-se ou são utilizados;

3.39.3. Os serviços serão executados mediante uma solicitação de manutenção corretiva, por parte da fiscalização, ou qualquer funcionário devidamente credenciado, por *software* de gerenciamento disponibilizado pela contratante e, em situações especiais, telefone ou e-mail;

3.39.3.1. Chamados emergenciais poderão ser solicitados por telefone, num primeiro momento, com posterior abertura de Ordem de Serviço;

3.39.3.2. Os chamados de emergência deverão ser atendidos em até 15 (quinze) minutos da efetivação dos mesmos.

3.39.4. Todas as atividades de manutenção corretiva deverão ser documentadas, registradas em sistema informatizado (*software*) específico disponibilizado pela contratante, informando no mínimo: identificação do equipamento, o defeito apresentado, o diagnóstico do problema, descrição clara das ações tomadas para sua correção, identificação do executor de cada uma das ações, horário de abertura, atendimento e encerramento da ordem de serviço, intervalo início-fim de cada atividade e material aplicado.

3.40. Apoio ao Gerenciamento dos Sistemas e Equipamentos

3.40.1. A contratada será responsável pelo apoio à gestão dos equipamentos beneficiados pelo contrato, devendo acompanhar o andamento, avaliar a qualidade e manter registro de todas as intervenções técnicas realizadas. Esse processo de gestão deve ser efetivado por meio de Ordens de Serviço e deverá ser utilizado *software* disponibilizado pela contratante para gestão do parque tecnológico;

3.40.2. A empresa contratada deverá participar da discussão dos processos de qualidade desenvolvidos no âmbito do HC-UFU/EBSERH, contribuindo com sua experiência. Todas as rotinas desenvolvidas pela empresa contratada deverão ser apresentadas sob a forma de POP's, tendo em vista os processos de qualidade. Tais procedimentos deverão ser apresentados e aprovados pela equipe de fiscalização do contrato;

3.40.3. Todas as intervenções técnicas que necessitem dos serviços externos às instalações da contratante só serão realizadas após autorização prévia do Gestor e equipe de fiscalização do contrato;

3.40.4. A contratada deverá elaborar, com o apoio da contratante, mecanismos de controle de entrada/saída de sistemas e equipamentos hospitalares do HC-UFU/EBSERH;

3.40.5. Sempre que necessário, a contratada deverá providenciar a remoção, deslocamento e o transporte de equipamentos de pequeno e médio porte (peso igual ou inferior a 200 kg), visando dar maior agilidade no processo de instalação, descarte, calibração, qualificação ou manutenção dos aparelhos. Quanto aos equipamentos de grande porte, a contratada prestará toda a assessoria para a contratação de transportadora especializada, se esta for necessária, cujo custo do transporte ocorrerá pela contratante, para a remoção e transporte do equipamento ao novo setor ou localidade em que este será instalado, descartado, calibrado, qualificado ou reparado;

3.40.6. A contratada deverá atualizar e prestar contas constantemente sobre a localização dos equipamentos enviados a terceiros, realizando inventário dos sistemas e equipamentos hospitalares assistidos;

3.40.7. A contratada deverá apresentar, mensalmente, ou sempre que solicitado, relatório técnico, conforme modelo a ser definido e apresentado pela contratada e aprovado pela contratante, disponibilizando cópia eletrônica e cópia impressa devidamente assinada pelo coordenador da equipe técnica, com a apresentação dos itens sugeridos abaixo:

- I - Quantitativo de Ordens de Serviço Corretivas e Preventivas no período;
- II - Gráfico de Tendência indicando o percentual de manutenções preventivas realizadas X planejadas, com análise de resultados;
- III - Gráfico de Tendência indicando o percentual de manutenções corretivas realizadas X solicitadas, com análise de resultados;
- IV - Quantitativo de calibrações, testes de automação, testes elétricos e qualificações realizadas X planejados;
- V - Pendências, as razões de sua existência e o setor responsável pela solução;
- VI - Indicação dos custos dos serviços realizados;
- VII - Outras considerações pertinentes aos serviços executados, incluindo falha em infraestrutura física;
- VIII - Atividades gerenciais realizadas ou programadas;
- IX - Problemas operacionais para realizar as atividades do contrato;
- X - Apresentação de dados referentes aos indicadores de monitoramento do processo, definidos e no padrão estabelecido pela Contratante;
- XI - Sugestões para adequação de todas as atividades;
- XII - Reuniões técnicas presenciais de planejamento.

3.40.8. A contratada manterá cópia dos relatórios mensais de que trata o item anterior, arquivados e entregues em papel e digital por um período não inferior a 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de emissão do mesmo. Os relatórios deverão ser disponibilizados à

fiscalização tanto em meio físico, quanto digital (e-mail);

3.40.9. A contratada deverá manter histórico documentado dos problemas e incidentes relacionados aos eventos adversos causados, ou potencialmente causados, por falhas em equipamentos que causem a interdição do sistema ou equipamento. Deverá existir evidência da ação tomada (encaminhamento da ação para o Setor de Infraestrutura Física, com o intuito de que esse notifique à administração, órgão sanitário competente ou fornecedor, quando pertinente);

3.40.10. Todos os registros históricos, pertinentes aos equipamentos ou sistema, deverão ser arquivados pelo tempo em que o aparelho estiver em operação pela Contratante, acrescido de, pelo menos, 05 (cinco) anos;

3.40.11. A Contratada deverá desenvolver e apresentar para avaliação da equipe de fiscalização e posterior implantação, um processo de melhoria de desempenho quanto ao gerenciamento do parque de Sistemas e Equipamentos;

3.40.12. A Contratada deverá implantar um processo que vise assegurar a integridade e o armazenamento dos sistemas e equipamentos hospitalares, respeitando as condições ambientais de cada produto. Para garantir a segurança patrimonial, a contratada deverá sinalizar à contratante no caso de equipamentos armazenados de forma inadequada. No que tange à identificação do equipamento, a contratada deverá aplicar modelos de rotulagem, que indique claramente a situação do produto (se em manutenção, se reprovado em ensaio de aceitação, se liberado para uso, etc.).

3.41. **Desativação**

3.41.1. A contratada deverá estabelecer e documentar critérios para o descarte, alienação ou desativação dos sistemas e equipamentos hospitalares. Deverá ser gerado laudo de desativação para cada equipamento que necessite ser desativado, com no mínimo as seguintes informações técnicas: identificação do equipamento (série, patrimônio, marca, modelo e fotos indicando a avaria), data, motivo e responsável pela indicação da desativação;

3.41.2. A decisão para realizar a desativação deverá ser, obrigatoriamente, baseada em análise técnica e financeira (custos envolvidos), devendo o laudo ser submetido e assinado pelo gestor local do equipamento (setor fim), pela equipe de fiscalização do contrato e pelo Supervisor de Manutenção de Equipamentos da contratada, de modo que possa ser decidido com maior rapidez e menor sobrecarga da alta administração;

3.41.3. A necessidade de desativação de um equipamento deve possuir uma ou mais das razões descritas a seguir:

- I - Obsolescência do equipamento, podendo ser substituído por outro com desempenho superior ou com custo de operação/manutenção menor;
- II - Alterações nos padrões e normas que exigem tecnologia distinta;
- III - Fatores de segurança que resultam em aumento do risco para operadores ou pacientes;
- IV - Materiais e peças de reposição pararam de ser fornecidos ou se tornaram indisponíveis no mercado;
- V - Alterações em exigências de legislações e normas, desde que estas sejam citadas.
- VI - Custo de manutenção corretiva inviável, se comparado ao custo de aquisição de um sistema ou equipamento novo para substituí-lo.

3.41.4. Os equipamentos desativados deverão estar separados e devidamente identificados quanto a sua condição e destino. Deverá ser feito o Ateste do mesmo, com as informações necessárias para caracterização do fim da vida útil ou impossibilidade de conserto. A sugestão da definição quanto à destinação pós-alienação de um equipamento será orientada pela Contratada;

3.41.5. A aprovação da desativação de um equipamento será da Unidade de Manutenção Predial e deverá ser encaminhada à Unidade de Patrimônio da Contratante, que se encarregará dos procedimentos administrativos do descarte. A embalagem, deslocamentos horizontais e verticais e transporte, ficam a cargo da Contratada.

3.42. **Da Propriedade Intelectual**

3.42.1. No tocante aos aspectos relativos ao direito à propriedade intelectual dos materiais a serem elaborados em conjunto com a Contratante e utilizado na gestão dos equipamentos tais como manuais, POPs, fluxogramas, etc., bem como os dados gerados da utilização do *software* de gestão de equipamentos disponibilizado pela contratante, não cabe a contratada seus direitos vistos serem inerentes ao desenvolvimento de suas atividades para o pleno atendimento ao objeto deste contrato;

3.42.2. Quando do encerramento da prestação dos serviços estabelecida nesse Termo de Referência, a contratada deverá disponibilizar e deixar em poder da contratante um exemplar atualizado de todos os materiais utilizados na prestação de serviço tanto em meio físico como em meio digital;

3.42.3. A contratada deverá guardar sigilo sobre dados e informações obtidos em razão da execução dos serviços contratados ou da relação contratual mantida com a contratante.

3.42.6. A Contratada deverá manter o seu pessoal engajado na execução dos serviços, com adequado equipamento individual de segurança, julgados necessários pelas Normas legais de Segurança e Medicina e Higiene do Trabalho, para cada categoria profissional;

3.43. **Acompanhamento de Serviços Terceirizados**

3.43.1. A Contratada deverá realizar o acompanhamento de quaisquer atividades executadas por outrem, tais como serviços eventuais com intervenção na infraestrutura predial do HC-UFU/Ebserh, bem como testes de funcionalidade em todos os equipamentos relacionados no **Anexo I - Características Gerais dos Imóveis (57887522)**.

3.43.2. Caberá à contratada acompanhar os seguintes contratos terceirizados firmados em processos licitatórios distintos deste:

3.43.3. Manutenção de Elevadores;

3.43.4. Fornecimento de gases medicinais (parte técnica);

3.43.5. Sistemas de automação;

3.43.6. Outros contratos referentes à infraestrutura física e aos sistemas de utilidades do Hospital das Clínicas da UFU/Ebserh.

3.44. **Dos Uniformes**

3.44.1. O fornecimento de **uniformes completos e EPIs é obrigatório e de responsabilidade da contratada**, desde o início das

- atividades.
- 3.44.2. Os funcionários da Contratada deverão estar uniformizados e portando crachás com nome próprio e da respectiva empresa contratada.
- 3.44.3. Os uniformes a serem fornecidos pela contratada a seus funcionários deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes.
- 3.44.4. As licitantes deverão prever em sua proposta o valor suficiente para cobrir custo dos uniformes, no qual o valor total anual será rateado entre os todos os postos.
- 3.44.5. O uniforme deverá compreender, no mínimo as seguintes peças do vestuário, que compreenderão um conjunto:

ITEM DE UNIFORME	DESCRIÇÃO
Calça	Tecido: Brim pesado, modelo tipo cargo, resistente à abrasão. Cintura: Elástico embutido e cordão interno para melhor ajuste e conforto. Bolsos: 2 bolsos frontais embutidos; 2 bolsos traseiros reforçados; 2 bolsos laterais tipo cargo, com aba e fechamento em velcro, ideais para transporte de ferramentas pequenas. Faixas refletivas discretas próximas à barra para aumentar a visibilidade e segurança em ambientes externos ou de baixa luminosidade.
Camisa	Modelo: Polo de alta gramatura manga curta Tecido: Malha piquet com algodão + poliéster (60/40) Abertura com 2 botões reforçados Logomarca bordada no peito esquerdo e pequena bandeira da empresa na manga direita Sugestão: Nome da equipe (ex: "Administrativo", "Predial", "Elétrica", "Gasoterapia", "Jardinagem") bordado nas costas, centralizado, para fácil identificação entre setores. Além de constar a sigla "SIF" bordada nas costas e na frente
Blusa/Jaqueta	Blusa de frio manga longa com logomarca da empresa Modelo tipo jaqueta corta-vento com forro em algodão e enchimento leve Fechamento com zíper frontal e botão de pressão Punhos e cintura com elástico ajustável Capuz embutido na gola Dois bolsos frontais com zíper e bolso interno para celular Faixas refletivas nos braços e costas para segurança em ambientes escuros; Tecido impermeável e resistente à abrasão Logomarca bordada no lado esquerdo do peito
Jaleco Técnico	Tecido: Brim leve com tratamento antichama e antiestático (opcional conforme área de atuação) Abertura frontal com zíper e botões de pressão Ajuste nos punhos com botão de pressão 2 bolsos frontais amplos 1 bolso superior com compartimento para caneta 2 bolsos laterais embutidos nas mangas com fechamento em velcro Fácil remoção em caso de emergência (design com costura de segurança) Faixas refletivas nos braços e costas para maior visibilidade
Meia	Tecido: Algodão (100%) Modelo tipo cano alto com reforço no calcanhar e na ponta dos pés para maior durabilidade Cor: Branca
Calçado	Botina de segurança tipo ocupacional ou com bico de composite Solado: Bidensidade, antiderrapante, resistente a óleo, graxa e água. Palmilha antimicótica e antibacteriana Resistente a óleo, graxa e água Cores sugeridas: Preto, marrom escuro ou azul marinho
Capa de Chuva	Capa de chuva, cor preta Com forro de poliéster Mangas longas Com capuz Fechamento frontal com botões de pressão

- 3.44.6. Caso os uniformes não atendam as condições mínimas de apresentação, a fiscalização poderá solicitar a substituição do uniforme no prazo 72 (setenta e duas) horas, após a comunicação escrita.
- 3.44.7. A contratada deverá substituir as peças dos uniformes que apresentar defeito ou desgaste independente do prazo mínimo estabelecido, sem qualquer ônus ao funcionário.
- 3.44.8. A contratada deverá fornecer 04 (quatro) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 02 (dois) conjuntos completos de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação.
- 3.44.9. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, proporcionando o conforto necessário e adequado a cada categoria durante a atividade executada.
- 3.44.10. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados. Em atenção ao Decreto nº 4.377/2002, a contratante não permitirá atos discriminatórios em geral, principalmente contra a mulher, assegurando condições de igualdade com o homem, garantindo que tenham direitos iguais perante a contratação para execução dos serviços que compõem o objeto
- 3.44.11. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.Em casos específicos, como para com os profissionais que executam serviços elétricos, a contratada, poderá utilizar por medidas de segurança, uniformes refletivos, chamados também de vestimentas de alta

visibilidade, que fornecem proteção em ambientes com pouca luminosidade, conforme previsto na NBR15292. A contratada poderá aderir ao uso de calças e jaquetas resistentes com mangas compridas nos casos que requerem o uso de ferramentas cortantes

3.45. **EPI (EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL)**

3.45.1. O fornecimento dos **EPIs é obrigatório e de responsabilidade da contratada**, desde o início das atividades.

3.45.2. A contratada deverá fornecer os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) a todos os funcionários de acordo com a atividade desempenhada, podendo ser: capacetes, óculos, protetor facial, protetor auricular, respirador, proteção de tronco, luvas, mangas, calçados, macacão e cinturão, em conformidade com a NR 18, NR 12, NR 6 e demais normas regulamentadoras dos serviços contratados.

3.45.3. A Contratada deverá disponibilizar para a equipe prestadora dos serviços, sem ônus para o Contratante, todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), indispensáveis à execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, conforme Normas Regulamentadoras (NR) da área ministerial competente;

3.45.4. As licitantes deverão prever em sua proposta o valor suficiente para cobrir o custo dos EPI's, no qual o valor total anual será rateado entre os todos os postos.

3.45.5. A Contratada deverá entregar cópia da ficha de EPI contemplando os seguintes itens: nome do funcionário, EPI entregue, data de entrega, nº certificado de aprovação, assinatura do empregado de cada item recebido;

3.45.6. Todos os EPIs fornecidos devem possuir certificado de aprovação (CA) conforme Portaria MTE n.º 3.214, de 08 de junho de 1978, NR-06, quando couber;

3.45.7. A contratada deve observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde Ocupacional para a prevenção de acidentes no desempenho de cada etapa dos serviços, pois serão responsáveis por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do Contratante.

3.45.8. A CONTRATADA é inteiramente responsável pela correta e efetiva utilização dos EPI pelos seus colaboradores, devendo fornecê-los antes do início da execução dos serviços de forma a garantir a segurança de seus funcionários.

3.45.9. A CONTRATADA deverá fornecer a todos os colaboradores os EPI previstos na aba "EPI" no Anexo XX - Planilha do Licitante (57892621)

3.45.10. As licitantes deverão prever em sua proposta o valor suficiente para cobrir os gastos com **EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL** conforme item específico constante da planilha apresentada na aba "EPI" Anexo XX - Planilha do Licitante (57892621) a qual o valor total anual será rateado entre os todos os postos

3.46. **Dos materiais e peças de reposição**

3.46.1. A Contratada será responsável pelo fornecimento integral de todos os materiais, peças, componentes e insumos necessários à execução dos serviços de manutenção predial, elétrica, hidráulica, gasoterapia, climatização e demais sistemas abrangidos no escopo contratual.

3.46.2. A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais para manutenção necessários à execução do contrato.

3.46.3. Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser comprovadamente de primeiro uso e devem atender rigorosamente aos padrões especificados e às normas da ABNT.

3.46.4. Todos os materiais, componentes e equipamentos fornecidos pela CONTRATADA deverão ser novos, sem utilização anterior e possuir garantia pelo prazo estabelecido pelo fabricante.

3.46.5. A CONTRATADA assumirá toda a responsabilidade pelo transporte, carga, descarga, armazenagem e guarda dos materiais para manutenção.

3.46.6. A Contratada deverá dispor de meios para a realização de compras através de sites da Internet, caso os preços mais vantajosos sejam encontrados nestes;

3.46.7. A compra poderá ser efetuada em quaisquer *sites*, inclusive plataformas digitais e *marketplaces*, desde que o vendedor emita Nota Fiscal.

3.46.8. A Contratada é responsável pela logística reversa de peças e equipamentos que forem substituídos em conformidade às resoluções do CONAMA que forem aplicáveis;

3.46.9. As peças a serem adquiridas pela contratada deverão obedecer aos seguintes critérios:

3.46.10. A garantia deverá ser fornecida pela Contratada;

3.46.10.1. Todas as peças devem ser originais, adquiridas originalmente pelo fabricante, novas e sem uso prévio; será admitida a utilização de peças similares, desde que comprovada sua compatibilidade e qualidade;

3.46.10.2. Todas as peças devem ser fornecidas em embalagens invioláveis e originais do fabricante de maneira que possibilite sua rastreabilidade;

3.46.11. O controle de materiais e peças é de responsabilidade da Contratada.

3.46.12. A contratada deverá providenciar a aquisição dos materiais em tempo hábil para a execução dos serviços;

3.46.13. A fiscalização não aceitará a alegação de atraso dos serviços devido ao não fornecimento tempestivo dos materiais pelos fornecedores;

3.46.14. A CONTRATADA deverá manter um estoque mínimo de materiais e peças de reposição.

3.46.14.1. Para fins de referência, uma listagem estimativa para estoque mínimo se encontra disponibilizada no Anexo XVII - Estoque Mínimo (57892081). Esta lista poderá sofrer alterações ao longo do contrato a critério da Contratante, a depender da demanda de serviços do contrato.

3.46.15. Para garantia de pronto atendimento, sob pena de incorrer em multa contratualmente prevista, a Contratada deverá manter, as suas próprias custas, estoque mínimo de materiais de reposição, o qual somente será pago quando de sua efetiva utilização;

3.46.15.1. Para fins de referência, uma listagem estimativa para estoque mínimo se encontra disponibilizada no Anexo XVII - Estoque Mínimo (57892081). Esta lista poderá sofrer alterações ao longo do contrato a critério da Contratante, a depender da demanda de serviços do contrato.

3.46.16. Durante a vigência do contrato, a contratada, em conjunto com a contratante, deverá atualizar a lista de peças, acessórios, materiais de reposição e insumos para compor o estoque mínimo necessário para executar as rotinas de manutenção predial e dos sistemas e equipamentos hospitalares cadastrados. Os itens (com suas especificações detalhadas) e as quantidades dessa lista devem ser sugeridos pela contratada e acordadas com o fiscal do contrato. A Contratada deverá manter esta lista sempre atualizada e enviar relatório mensal de gastos de materiais à contratante;

3.46.17. É responsabilidade da Contratada o pagamento dos fretes;

3.46.17.1. Os custos com fretes incorrerão por conta da Contratada, salvo no caso de compras emergenciais, ou quando o valor do frete superar 25% (vinte e cinco por cento) do valor da Nota Fiscal de compra dos materiais.

3.46.18. O local para armazenamento dos equipamentos e ferramentas será indicado pelo CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA manter a área reservada para esse fim perfeitamente limpa e organizada.

3.46.19. A substituição de peças, equipamentos ou acessórios mediante prévia comprovação da necessidade deverá ser feita pela CONTRATADA, cuja justificativa deverá ser assinada pelo responsável técnico e autorizada pelo Fiscal do Contrato.

3.46.20. A CONTRATADA é responsável pela destinação (descarte) de peças ou equipamentos que forem substituídos, exceto quando tratar-se de bem patrimonial.

3.46.21. A Contratada deverá dispor de um cartão corporativo para compras emergenciais de materiais;

3.46.21.1. Define-se "compra emergencial" de material a aquisição de itens que precisa ser feita rapidamente devido a uma situação inesperada ou urgente. Este tipo de compra geralmente não é planejado, mas é necessário para resolver problemas imediatos, como substituição de equipamentos quebrados, ou compra de materiais para atender a uma demanda súbita;

3.46.21.2. As compras emergenciais devem ser indicadas pela Contratante como tal, não podendo exceder o valor mensal de 20% sobre o valor de consumo médio de materiais previsto no contrato;

3.46.21.3. Caso se comprove que a necessidade de substituição de materiais, peças ou componentes de reposição se deu em razão de negligência, imperícia ou imprudência na execução de serviços pela CONTRATADA, o CONTRATANTE fica desobrigado do ressarcimento e poderá descontar os valores correspondentes nas próximas faturas, caso já tenham sido pagos.

3.46.22. O disposto neste item não está abarcado pela composição da parcela fixa. Os materiais serão aplicados mediante aprovação prévia da fiscalização em relação às quantidades e custos envolvidos.

3.46.23. Serão remunerados os materiais e peças de reposição, efetivamente utilizados, aplicando o mesmo desconto ofertado na licitação para o respectivo subitem 3 - Serviços **mensais** de intermediação de fornecimento e aplicação de materiais e peças para serviços de operação e manutenção (sob demanda), seguido do BDI proposto pela Contratada.

3.46.24. Para materiais adquiridos pela CONTRATADA: Para o valor unitário de MATERIAIS DE INFRAESTRUTURA FÍSICA ESTOCÁVEIS EM ALMOXARIFADO PRÓPRIO, será considerada a seguinte hierarquia para a definição dos valores:

3.46.25. I - Valor de referência correspondente na publicação do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, relativa ao mês da apresentação da proposta ou do contrato reajustado;

3.46.26. **Fórmula de pagamento por item fornecido:**

$$\text{Valor a ser Pago} = (\text{Valor SINAPI} \times (1 - D)) \times (1 + \text{BDI})$$

Onde:

Valor SINAP = valor publicado no SINAP para o insumo, no mês da proposta ou reajuste;

D = percentual de desconto ofertado na proposta;

BDI = percentual de bonificação e despesas indiretas constante da proposta.

3.46.27. II - Valor contido em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor, relativa ao mês da apresentação da proposta ou do contrato reajustado;

3.46.28. **Fórmula de pagamento por item fornecido:**

$$\text{Valor a ser Pago} = (\text{Valor Tabela Referência} \times (1 - D)) \times (1 + \text{BDI})$$

Onde:

Valor Tabela Referência = valor publicado na Tabela Referência para o insumo, no mês da proposta ou reajuste;

D = percentual de desconto ofertado na proposta;

BDI = percentual de bonificação e despesas indiretas constante da proposta.

3.46.29. III - Pesquisa de Mercado:

3.46.30. a) realizada pela CONTRATADA, devendo a CONTRATADA apresentar, no mínimo, 03 (três) orçamentos formais de fornecedores distintos, contendo a descrição completa do(s) insumo(s) a ser(em) fornecida(s), respeitando-se o prazo máximo de 180 dias entre as datas das cotações - neste caso, o valor unitário considerado será o menor dos valores apresentados na pesquisa. O valor obtido será deflacionado até a data de apresentação da proposta mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado no período.

3.46.31. **Fórmula de pagamento por item fornecido:**

$$\text{Vd} = (\text{Vm} / 1 + \text{IPCA ac})$$

Onde:

Vd = valor deflacionado;

Vm = valor menor dos 03 orçamentos;

IPCA ac = índice acumulado do IPCA (em decimal).

3.46.32. b) Pesquisa de Mercado Complementar realizada pela CONTRATANTE, no caso de a FISCALIZAÇÃO julgar necessária à Pesquisa de Mercado realizada pela CONTRATADA. O valor obtido será deflacionado até a data de apresentação da proposta mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado no período. Incidirá o percentual de desconto informado pela Contratada na apresentação da sua proposta.

3.46.33. **Fórmula de pagamento por item fornecido:**

$$Vd = (Vp / 1 + IPCA ac) \times (1 - D)$$

Onde:

Vd = valor deflacionado;

Vp = valor obtido na pesquisa complementar;

IPCA ac = índice acumulado do IPCA (em decimal);

D = desconto informado pela Contratada (em decimal).

3.46.34. Por fim, será aplicado o percentual referente a taxas de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI - DESPESAS OPERACIONAIS, CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS) para itens de fornecimento de materiais e equipamentos, que resultará no valor a ser pago pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

3.46.35. Caso não seja possível apresentar a quantidade mínima de orçamentos definida acima, a CONTRATADA deverá apresentar o(s) orçamento(s) obtido(s) e uma declaração por escrito à FISCALIZAÇÃO com a devida justificativa.

3.46.36. No caso de fornecedor exclusivo do componente, a CONTRATADA deverá apresentar uma carta de exclusividade do fornecedor.

3.46.37. Os materiais e peças de reposição serão empregados conforme demanda dos serviços, ou seja, sem restrição quanto ao tipo de insumo e aos quantitativos individuais empregados.

3.46.38. A comprovação do consumo de materiais deverá ser apresentada no relatório mensal de atividades por meio dos dados a serem gerados pelo software de gerenciamento e controle de manutenção, demonstrando-se a correspondência de todos os materiais utilizados e as respectivas ordens de serviço que comprovem sua utilização.

3.46.39. O cálculo do BDI deverá estar em consonância com os valores médios Acórdão nº 2.622/2013-Plenário do Tribunal de Contas da União – TCU.

3.46.40. A Contratada deverá arcar, sem ônus para a Contratante, com o custo do fornecimento de pilhas e baterias necessários aos equipamentos/instrumentos de trabalho;

3.46.41. A Contratada é responsável pela logística reversa de peças e equipamentos que forem substituídos em conformidade às resoluções do CONAMA que forem aplicáveis;

3.46.42. As peças e materiais adquiridos deverão ser totalmente aplicados nos serviços de manutenção deste Termo de Referência, não havendo possibilidade de sua utilização para outros fins;

3.46.43. A Contratada deverá fornecer mensalmente relatório de atividades contendo as ordens de serviço e, se necessário, fotos para evidenciar a aplicação dos materiais e peças utilizados durante as rotinas de manutenção;

3.46.44. As peças a serem adquiridas pela contratada deverão obedecer aos seguintes critérios:

3.46.44.1. A garantia deverá ser fornecida pela Contratada;

3.46.44.2. Todas as peças devem ser originais, adquiridas originalmente pelo fabricante, novas e sem uso prévio; será admitida a utilização de peças similares, desde que comprovada sua compatibilidade e qualidade;

3.46.44.3. Todas as peças devem ser fornecidas em embalagens invioláveis e originais do fabricante de maneira que possibilite sua rastreabilidade;

3.46.44.4. O controle de materiais e peças é de responsabilidade da Contratada.

3.46.45. A FISCALIZAÇÃO poderá, a qualquer tempo, realizar medições nos serviços executados com o objetivo de comprovar os quantitativos de materiais utilizados. Caso haja discordância entre o quantitativo informado pela CONTRATADA ao final dos serviços e o quantitativo medido pela FISCALIZAÇÃO, estes últimos serão considerados para fins de pagamento e serão aplicadas as penalidades previstas por prestação de informações falsas pela CONTRATADA, conforme tabela de sanções administrativas.

3.47. **Serviços Eventuais**

3.47.1. Considerando a dinâmica operacional do ambiente hospitalar e a complexidade de sua infraestrutura predial, verifica-se a necessidade de previsão contratual para a execução de **Serviços Eventuais**, caracterizados por atividades que, pela sua natureza, escopo, complexidade ou volume, extrapolam as rotinas ordinárias da equipe residente de manutenção.

3.47.2. Esses serviços são indispensáveis para atender demandas de caráter não recorrente, emergencial ou de grande porte, que não podem ser absorvidas pela equipe de manutenção alocada em regime de dedicação exclusiva, seja por restrições de tempo, pela exigência de recursos adicionais, pela necessidade de mão de obra especializada complementar ou pela abrangência das intervenções.

3.47.3. Para os prestadores de serviços eventuais, valerão as mesmas normas de conduta, higiene e segurança aplicados aos funcionários do quadro permanente;

3.47.4. A qualidade dos serviços eventuais será de inteira responsabilidade da contratada, podendo o HC-UF/Ebserh, dentro dos prazos e garantias legais, solicitar a correção de vícios de execução sem custo adicional;

3.47.5. A previsão de Serviços Eventuais no escopo contratual assegura flexibilidade operacional, permitindo respostas ágeis às demandas que não podem ser absorvidas pela equipe ordinária, sem comprometer as atividades regulares de manutenção corretiva, preventiva, preditiva e intervenções programadas.

3.47.6. O quantitativo dos serviços eventuais, por sua natureza, não pode ser previamente quantificado, todavia, foram estimados no **Anexo X - Rotina de Serviços Eventuais (57888330)** alguns serviços que podem ser necessários no decorrer da vigência do contrato fruto deste Termo de Referência.

3.47.7. A estimativa dos serviços eventuais foi estabelecida com base na análise do histórico de execução do contrato vigente, especialmente na proporção de utilização dos serviços eventuais ao longo do período contratual.

3.47.8. Tal proporção reflete o comportamento real das demandas do hospital, considerando sua dinâmica operacional, os constantes processos de readequação de espaços, a incorporação de novos serviços assistenciais, bem como as necessidades de atualização de sistemas prediais e tecnológicos.

3.47.8.1. Trata-se de previsão do gasto, podendo ocorrer durante a execução do contrato em casos excepcionais custo mensal superior, justificados pela fiscalização do contrato, de forma que a soma dos valores mensais não ultrapasse o montante contratado, respeitando-se, assim, a dotação orçamentária anual para o serviço em tela;

3.47.9. Dessa forma, o dimensionamento dos serviços eventuais está tecnicamente fundamentado e busca assegurar que o hospital disponha de capacidade contratual para:

3.47.9.1. Atender de forma tempestiva e adequada às necessidades não previstas na rotina;

3.47.9.2. Preservar a continuidade e a segurança operacional das unidades hospitalares;

3.47.9.3. Assegurar a manutenção da infraestrutura alinhada às exigências assistenciais, regulatórias e de biossegurança.

3.47.10. Portanto, a inclusão dos Serviços Eventuais configura-se como medida indispensável à garantia e manutenção da **continuidade assistencial**, da **segurança operacional** e da **preservação do patrimônio público**, alinhando-se às melhores práticas de gestão de manutenção predial aplicada a ambientes hospitalares de alta complexidade.

3.47.11. A seguir, apresentam-se **exemplos de serviços eventuais** que poderão ser demandados no decorrer da vigência contratual, a depender das necessidades operacionais do HC-UFU/EBSERH.

I - Serviços de pintura;

II - Serviços de Sucção e desobstrução de rede de esgoto;

III - Serviços de torneiro mecânico;

IV - Serviços de Limpeza de dutos do sistema AVAC;

V - Realocações de infraestrutura elétrica em Baixa Tensão, hidrossanitárias e redes;

VI - Poda de árvores;

VII - Serviços especializados relacionados a sistemas de climatização e refrigeração;

VIII - Serviços de Limpeza e Desinfecção de Reservatório Enterrados e Elevados de Água Potável;

IX - Serviço especializado de Confecção e Manutenção de Dutos de Ar Condicionado duteiro;

X - Serviços civis: serviços diversos, como demolições, retiradas, concretagens, pisos e contrapisos, bancadas, alvenaria, reboco, divisórias de gesso acartonado, revestimento em paredes e fornecimento e instalação de portas, portais e alizares;

XI - Serviços de impermeabilização: escavação, reaterro, remoções, regularização de superfícies, impermeabilizações diversas, proteções mecânicas e juntas de dilatação;

XII - Serviços de vidraçaria: substituição de vidro, substituição de vidro laminado;

XIII - Serviços complementares: serviços auxiliares à realização dos demais, como locação de andaime metálico tubular tipo torre, remoção e transporte de entulho;

XIV - Serviços no sistema de detecção e alarme contra incêndio: retirada de elementos, instalação de elementos, instalação ou remanejamento de cabeamento e tubulação, substituição de baterias;

XV - Serviços em sistemas de CFTV e controle de acesso: substituição e instalação de câmeras, controladores de acesso, leitores biométricos, fechaduras eletromagnéticas e demais dispositivos, bem como reorganização de infraestrutura lógica e elétrica;

XVI - Serviços em sistemas de automação predial: substituição ou reprogramação de controladores, sensores e atuadores, revisão de cabeamento, atualizações de software e ajustes de parametrização;

XVII - Serviços de telefonia corporativa;

XVIII - Serviços de inspeção de coberturas por drone;

XIX - Serviços de telefonia móvel gsm 5G ou o que estiver disponível no mercado para discadoras de emergência;

XX - Serviços de som e comunicação por alto-falantes.

3.47.12. Os itens acima servem apenas para ciência da CONTRATADA dos possíveis serviços eventuais que porventura possam surgir durante a execução do contrato.

3.47.13. Da execução dos Serviços Eventuais:

3.47.13.1. Sempre que for necessária a realização de Serviço Eventuais, o CONTRATANTE fará uma requisição por e-mail à CONTRATADA, informando os itens e quantidades a serem executados e o prazo para execução

3.47.13.2. A aprovação de tais serviços deve ser previamente aprovada por integrante técnico engenheiro e/ou arquiteto da equipe de fiscalização contratual.

3.47.14. Para contratação dos Serviços Eventuais, a CONTRATADA deverá apresentar à FISCALIZAÇÃO:

I - Relatório formal contendo: registro fotográfico, descritivo do serviço, orçamento de referência, croqui, prazo de execução e demais informações relevantes à perfeita caracterização da demanda.

II - A FISCALIZAÇÃO terá 7 (sete) dias para análise e aprovação do Relatório, devendo ser emitida respectiva Ordem de Serviço, caso autorizada.

III - Via de regra, o orçamento do serviço eventual que está sendo contratado deverá ser composto a partir dos custos

unitários de insumos e/ou serviços de seus correspondentes informados na tabela SINAPI de Minas Gerais No caso de inviabilidade da definição dos custos do serviço eventual que está sendo contratado por meio da tabela SINAPI de Minas Gerais, a Contratada deverá se basear em tabelas de referência formalmente aprovadas por órgãos ou entidades da administração pública federal, ou em publicações técnicas especializadas;

IV - Caso não estejam listados no SINAPI, devem ser apresentados, no mínimo, 03 (três) orçamentos formais de fornecedores distintos, contendo a descrição completa do(s) serviço(s) a ser(em) contratado(s), respeitando-se o prazo máximo de 180 dias entre as datas das cotações.

V - O orçamento apresentado pela Contratada deverá ser aprovado pela equipe de fiscalização. A Contratada se obriga a fornecer o serviço pelo menor valor dentre os preços obtidos na pesquisa de mercado, acrescido do BDI;

3.47.15. Os orçamentos serão elaborados pela Contratada em nível analítico e contemplarão as composições de todos os serviços e profissionais envolvidos;

3.47.16. Sempre que exigido, a Contratada obrigará-se a registrar a ART - Anotação de Responsabilidade Técnica ou RRT - Registro de Responsabilidade Técnica - dos serviços eventuais realizados, no CREA-MG ou CAU-MG, apresentando à Equipe de Fiscalização o comprovante de registro e quitação.

3.47.17. Os serviços deverão ser prestados e pagos conforme orçamento prévio aprovado pela fiscalização, respeitando as quantidades e unidades de medida previamente definidas e acordadas. O HC-UFU/EBSERH não se responsabilizará por erros incorridos pela contratada na hora da elaboração do orçamento;

3.47.18. Em função da dimensão e complexidade dos serviços eventuais a serem realizados, será definido prazo para a conclusão dos mesmos em comum acordo entre a fiscalização e a contratada. Tal prazo será registrado em livro de ocorrência próprio e seu descumprimento estará sujeito à aplicação de multa contratual;

3.47.19. O faturamento/pagamento dos serviços eventuais deverá ser mensal e dar-se-á em separado do faturamento mensal da mão de obra;

3.47.20. Os serviços eventuais prestados deverão ser realizados dentro do objeto deste Termo de Referência, não havendo possibilidade de sua utilização para outros fins;

3.47.21. O valor a ser faturado de cada item será calculado conforme fórmula a seguir:

Valor a ser Pago=[PSINAPI]×(1+BDI)

Onde:

PSINAPI= valor do item na tabela SINAPI;

BDI= porcentagem de BDI a ser aplicado.

3.47.22. Caso não seja possível apresentar a quantidade mínima de orçamentos, a CONTRATADA deverá apresentar o(s) orçamento(s) obtido(s) e uma declaração por escrito à FISCALIZAÇÃO com a devida justificativa.

3.47.23. O valor a ser faturado de cada item será calculado conforme fórmula a seguir:

Valor a ser Pago = (Menor Valor Cotado) × (1 + BDI)

3.47.24. O cálculo do BDI para a contratação de Serviços Eventuais deverá estar em consonância com o Acórdão nº 2.622/2013-Plenário do Tribunal de Contas da União - TCU.

3.47.25. As composições utilizadas serão, sempre que possível, aquelas constantes da tabela SINAPI de composições analíticas, referente a Minas Gerais. Na impossibilidade de utilização da tabela SINAPI, poderão ser utilizadas tabelas de outros órgãos federais ou estaduais (ex. SICRO/DNIT, SEINFRA/CE), ou ainda, tabelas de publicações amplamente reconhecidas (Ex. TCPO/PINI). Em último caso as composições serão elaboradas pela CONTRATADA e aprovadas pela Gestão do Contrato, mediante pesquisa de mercado. A tabela SINAPI utilizada será aquela vigente na data da solicitação do serviço.

3.48. FERRAMENTAS

3.48.1. O fornecimento de todas as ferramentas, equipamentos e instrumentos necessários à plena execução dos serviços será de responsabilidade integral da **Contratada**, não sendo admitida qualquer justificativa para inexecução, atraso ou paralisação de serviços em virtude de ausência, insuficiência ou inadequação desses recursos.

3.48.2. A Contratada deverá disponibilizar aos seus profissionais os equipamentos e ferramental constantes da relação inserta na Planilha de Custo na Aba "Mat. Básicos", em perfeitas condições de uso, substituindo-se os que não estiverem em condições adequadas para execução dos serviços;

3.48.3. A Contratada é responsável por manter, nas dependências da Contratante, as ferramentas e equipamentos básicos constantes na Planilha de Custo na Aba "Mat. Básicos", sem ônus adicional para a Contratante, face ao fato de que os respectivos custos já compõem uma parcela dos valores referentes à mão de obra na Planilha de Custos e Formação de Preços;

3.48.4. A relação de equipamentos e ferramental básico detalhada na Planilha de Custo na Aba "Mat. Básicos" **não se trata de rol exaustivo, sendo uma referência para composição de custos, podendo ser necessária a utilização de outros itens ao longo da execução do contrato, os quais devem ser objeto de avaliação por parte da contratada.**

3.48.5. A Contratada deverá garantir, desde o início da prestação dos serviços, a disponibilidade de, no mínimo, todas as **ferramentas e instrumentos relacionados** na Planilha de Custo na Aba "Mat. Básicos" exceto nos casos específicos em que haja previsão de prazos diferenciados.

3.48.6. Os custos relativos às ferramentas, incluindo:

I - **Aquisição inicial;**

II - **Depreciação anual;**

III - **Reposição por desgaste, obsolescência, quebra ou extravio;**

IV - **Manutenção preventiva e corretiva dos instrumentos.**

3.48.7. Deverão estar integralmente contemplados na composição financeira da proposta da contratada.

3.48.8. Assim, as parcelas correspondentes à **depreciação anual das ferramentas e instrumentos serão ajustadas proporcionalmente ao prazo de fornecimento**, quando aplicável.

3.48.9. As ferramentas deverão estar sempre em perfeitas condições de uso, devidamente calibradas (quando aplicável) e compatíveis com as tecnologias, sistemas e demandas operacionais do HC-UFU/EBSERH, contemplando tanto as atividades de manutenção corretiva, preventiva, preditiva, intervenções setorizadas, apoio técnico operacional, quanto os serviços eventuais previstos contratualmente.

3.48.10. A relação mínima de ferramentas, equipamentos e instrumentos obrigatórios encontra-se detalhada na Planilha de Custo na Aba "Mat. Básicos", que deve ser considerada como referência base para atendimento às exigências contratuais.

3.48.11. Ressalta-se que essa lista **não é exaustiva**, cabendo à contratada avaliar, prover e manter, sempre que necessário, quaisquer outros itens adicionais que sejam imprescindíveis para a adequada execução dos serviços, em função da especificidade técnica das demandas, dos sistemas atendidos ou das boas práticas de manutenção predial hospitalar.

3.48.12. **Caso, durante a vigência contratual, sejam identificadas demandas que exijam ferramentas, equipamentos ou instrumentos não previstos na lista mínima, a contratação desses itens poderá ser realizada por meio de termo aditivo, devidamente justificado tecnicamente e autorizado pela administração contratante**, nos termos da legislação vigente, observando-se, especialmente, o interesse público e a continuidade dos serviços.

3.49. **Materiais de consumo:** são aqueles que se consomem à primeira aplicação e são empregados em pequenas quantidades com relação ao valor dos serviços. A CONTRATADA deverá prever em seus custos quaisquer desses que não estejam explicitamente previstos no **Anexo III - Material de Consumo (57887687)**;

3.49.1. **Entende-se por materiais de consumo, a título de exemplo:** fitas isolantes de quaisquer cores, parafusos sobre o qual incidirá o fator de descontos, porcas e arruelas, anilhas, terminais, solda, abraçadeiras em nylon ou metal, brocas, serra copo, arrebites, buchas de nylon, pregos, cola, fita zebreada, arame galvanizado, materiais de escritório, materiais de limpeza, buchas de limpeza, flanelas, estopas, panos para limpeza entre outros.

3.50. **Mobiliários de Escritório e Operacionais**

3.50.1. O fornecimento de todos os **mobiliários necessários para a adequada instalação dos postos administrativos e operacionais da contratada** é de responsabilidade integral da empresa contratada.

3.50.2. Os mobiliários devem ser compatíveis com as funções administrativas e operacionais exigidas pelo serviço, proporcionando condições ergonômicas, segurança, conforto e organização.

3.50.3. Todos os mobiliários devem ser entregues em perfeito estado, novos (sem uso anterior), observando-se os critérios de durabilidade, resistência, segurança, ergonomia e adequação funcional.

3.51. **Do software de gestão de manutenção predial**

3.51.1. O *software* de gestão da manutenção será disponibilizado pela Contratante;

3.51.2. O custo referente à disponibilização e manutenção do *software* será de responsabilidade do HC-UFU/EBSERH;

3.51.3. O banco de dados contendo todas as informações sobre os serviços executados deverá ser entregue **mensalmente** à Contratante, quando da apresentação das Notas Fiscais para pagamento;

3.51.4. Todo o banco de dados relativo a serviços ou demandas associadas ao contrato é propriedade da Contratante;

3.51.5. Caso o HC-UFU/Ebserh interrompa a disponibilização do software de gerenciamento da manutenção, a Contratada poderá adquirir um novo software por meio da verba dedicada para serviços eventuais.

3.52. Todos os materiais do escritório da Contratada, conforme definido neste Termo de Referência, incluindo, mas não se limitando a, computadores com acesso a internet, impressoras, mobiliário e demais itens necessários ao funcionamento do escritório da Contratada é de responsabilidade da própria Contratada;

3.52.1. A Contratada deverá disponibilizar, durante a vigência do contrato, todo material necessário para a execução de seus serviços, como mobiliário, bancada técnica, material de escritório, computador e seus periféricos, equipamentos para refeitório, impressora, consumíveis de informática, EPIs, ferramentas, instrumentos, materiais de consumo, telefonia fixa para chamadas externas, telefonia celular, internet para escritório;

3.52.2. A responsabilidade final dos serviços será da Contratada, que deverá observar as ordens da Unidade de Manutenção Predial, bem como as normas técnicas e legislações vigentes no país e diretrizes internas do HC-UFU/EBSERH;

4. **DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.4. Os serviços contratados serão realizados com fornecimento de mão de obra em regime de **dedicação exclusiva de mão de obra**, nos termos art. 17 da IN SEGES/MP nº 05/2017;

4.5. Os serviços contratados são definidos como **continuados** nos termos do art. 15 da IN SEGES/MP nº 05/2017 e do art. 93, inciso I, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh;

4.6. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Anexo da Resolução nº 298, de 17 de julho de 2025, do Conselho de Administração da EBSEH;

4.7. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;

4.8. A seleção do fornecedor será realizada por meio de licitação na forma eletrônica com critério de julgamento **menor preço** e modo de

disputa **aberto e fechado**, sendo necessário para sua operacionalização a utilização do Pregão Eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal;

4.9. A licitação em tela não será destinada de forma exclusiva para microempresa e empresas de pequeno porte nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

4.10. O intervalo mínimo de diferenças de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento) do valor mensal do contrato;

4.10.1. A licitante deverá ainda apresentar a **planilha de formação de preços** e a **proposta** da seguinte forma:

4.10.1.1. O modelo de Anexo XX - Planilha do Licitante (57892621) deste Termo de Referência, em conformidade com IN SEGES/MP nº 05/2017;

4.10.1.2. Para compor o custo total de fornecimento de materiais, as licitantes deverão apresentar o percentual de BDI que irá incidir sobre a rubrica de fornecimento de materiais, **além de um percentual de desconto nesta mesma rubrica**;

4.10.1.2.1. O percentual de desconto apresentado pelas licitantes em suas propostas na rubrica de fornecimento de material será aplicado quando do fornecimento dos materiais, durante toda a vigência do contrato.

4.10.1.3. Para compor o custo total dos serviços eventuais, as licitantes deverão apresentar o percentual de BDI que irá incidir sobre a rubrica de serviços eventuais.

4.10.2. As licitantes deverão preencher e apresentar a Planilha de Formação de Preços em arquivo Excel. As licitantes deverão apresentar ainda as memórias de cálculo detalhadas, discriminando a metodologia e fórmulas adotadas para a obtenção dos valores propostos para os encargos e demais componentes de composição de custos e formação de preços dos postos de serviço, a fim de facilitar a análise por parte da área técnica;

4.10.3. A Planilha de Formação de Preços servirá para demonstrar possíveis variações de custos/insumos no curso da execução do contrato e deverá ser utilizada como base em eventuais repactuações ou revisões de preços;

4.10.4. No preenchimento da Planilha de Formação de Preços a licitante deverá observar as orientações/informações referentes aos Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas de Trabalho locais das categorias e demais valores e percentuais utilizados como parâmetro pela Contratante, não sendo obrigatório seguir os mesmos Instrumentos Coletivos de Trabalho;

4.10.5. A inobservância das orientações/informações citadas nos subitens seguintes quanto ao correto preenchimento da Planilha de Formação de Preços resultará na desclassificação da proposta;

4.10.6. A área técnica da Contratante poderá realizar diligências junto à licitante classificada em primeiro lugar, a fim de esclarecer dúvidas acerca dos valores e/ou percentuais informados na Planilha de Formação de Preços apresentada, sendo que a identificação da inclusão de informações e/ou valores em desconformidade com as normas gerais ou específicas aplicáveis à empresa (não comprovados documentalmente) acarretará a desclassificação da proposta;

4.10.7. A inobservância do prazo fixado pela Contratante para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência ou ainda o envio de informações ou documentos considerados insuficientes ou incompletos ocasionará a desclassificação da proposta;

4.10.8. Nos casos em que forem detectados erros e/ou inconsistências nas planilhas apresentadas, durante a análise da aceitação da proposta, a Contratante poderá determinar à licitante vencedora, mediante diligência, a promoção de ajustes nessas planilhas, se possível, para refletir corretamente os custos envolvidos na contratação, desde que não haja majoração do preço proposto;

4.10.9. A licitante deverá preencher o Anexo XX - Planilha do Licitante (57892621) e apresentar a proposta consolidada conforme o Anexo XI - Modelo de Proposta **57888401**;

4.10.10. A licitante deverá encaminhar a Planilha de Formação de Preços, cujo preenchimento deverá observar as respectivas categorias e também o disposto neste Termo de Referência no que diz respeito a fixação de salários acima das categorias;

4.10.11. A licitante deverá encaminhar, junto com as planilhas, uma cópia dos Acordos, dos Dissídios ou das Convenções Coletivas de Trabalho vigentes, afetas à cada categoria;

4.10.12. No preço proposto deverão estar incluídas todas as despesas com salários, leis sociais, trabalhistas, seguros, impostos, taxas e contribuições, transporte, alimentação, despesas administrativas e lucros e demais insumos necessários à sua composição;

4.10.13. Os custos de vale-refeição deverão ter como base as condições estabelecidas nas Convenções Coletivas de Trabalho celebradas pelos Sindicatos das respectivas categorias, e indicadas nas propostas de preços;

4.10.14. O vale-transporte deverá ser concedido pela licitante vencedora aos empregados de acordo com o preço fixado por meio de Decreto Municipal para Uberlândia - MG, no valor referente ao itinerário de cada funcionário, observadas as demais disposições insertas nas Convenções Coletivas de Trabalho indicadas nas propostas de preços;

4.10.15. A licitante vencedora deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

4.10.16. O disposto acima se aplica, inclusive, nos casos de equívoco afeto à fixação dos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como o valor provido com o quantitativo de vale-transporte;

4.10.17. O tipo de assistência médica e odontológica ofertado aos profissionais será aquele previsto em leis, normativos ou nas Convenções Coletivas de Trabalho indicadas nas propostas de preços, devendo tais despesas serem inseridos como parte dos custos da prestação dos serviços (Módulo 2 - "Benefícios Mensais e Diários");

4.10.18. Na hipótese em que a lei, o normativo ou as Convenções Coletivas de Trabalho indicadas nas propostas de preços forem silentes a respeito dos benefícios aqui tratados, ou mesmo nos casos em que inexistir lei ou norma específica, e havendo inserção na proposta de valor referente ao vale alimentação, assistência médica e odontológica e outros, a licitante deverá apresentar os documentos comprobatórios e a memória de cálculo que serviram de base para a definição desses valores em sua planilha;

4.10.18.1. A não apresentação dos documentos comprobatórios citados neste subitem resultará na desclassificação da proposta.

4.10.19. As propostas deverão conter indicação dos Sindicatos, Acordos e Convenções Coletivas de Trabalhos que regem cada categoria profissional que executará os serviços e a respectiva data base e vigência, com base no Código Brasileiro de Ocupações (CBO), de acordo na alínea "c" do item 6.2 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 05/2017;

4.10.20. Deverão ser observados, quando do preenchimento da Planilha de Formação de Preços, os valores, percentuais e benefícios exigidos neste Termo de Referência e em normas gerais e específicas aplicáveis, em especial aqueles estabelecidos na legislação vigente relativos ao recolhimento dos encargos sociais (tais como INSS, Sesi ou Sesc, SENAI ou SENAC, INCRA, Salário Educação, FGTS, Seguro Acidente de Trabalho/RAT/INSS, SEBRAE, Férias, 13º Salário e outros);

4.10.21. As empresas deverão observar as disposições do Decreto nº 6.957/2009 e outras que porventura tenham sido editadas até o momento da formulação de sua proposta, devendo aplicar o Fator Acidentário de Prevenção - FAP para o seu CNPJ, definido pela área ministerial competente;

4.10.22. A licitante deverá preencher o item "Riscos Ambientais do Trabalho - RAT" da Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços (Submódulo 4.1) considerando o valor de seu FAP, a ser comprovado no envio de sua proposta adequada ao lance vencedor, mediante apresentação da GFIP ou outro documento apto a fazê-lo;

4.10.23. Considerando-se jurisprudência do TCU (Acórdão nº 288/2014 - Plenário), fica vedada a inclusão do item "Reserva Técnica" na Planilha de Formação de Preços, já que não existem eventos que motivariam a aceitação desse tipo de custo. A inserção de custos dessa natureza acarretará a necessidade de retificação da proposta, solicitada mediante diligência, sendo que o não atendimento da mesma acarretará a desclassificação da proposta;

4.10.24. Conforme Súmula nº 254 do TCU, o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) não podem ser repassados para a Contratante, pois são tributos de natureza direta e personalística, que oneram diretamente a Contratada;

4.10.25. O montante de que trata o aviso prévio trabalhado deverá ser integralmente depositado durante a primeira vigência do contrato;

4.10.26. Os custos referentes ao item "Treinamento/Capacitação/Reciclagem", considerando o entendimento esposado pelo TCU (Acórdão nº 220/2004 - Plenário e Acórdão nº 1.453/2009 - Plenário) deverão estar contemplados no item "Custos Indiretos, Tributos e Lucro", da Planilha de Formação de Preços (Módulo 5);

4.10.27. Na formulação de sua proposta, a licitante deverá observar ainda o regime de tributação ao qual está submetida, no tocante à correta aplicação das alíquotas de ISS, PIS e COFINS sobre seu faturamento, conforme previsto nas Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003 (Acórdão TCU nº 2.647/2009 - Plenário), e, se for o caso, se há incidência da Lei nº 12.546/2011 e alterações, em face da opção pelo Regime da CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta);

4.10.28. Considerando a não inclusão da Engenharia entre as atividades listadas no art. 7º Lei nº 12.546/2011, a eventual aplicação da norma, mais especificamente a regra prevista no § 1º, do art. 9º, observada a disposição do § 5º do mesmo artigo, deverá ser avaliada pela licitante, que fará refletir os respectivos registros dos percentuais na Planilha de Formação de Preços;

4.10.29. A licitante deverá comprovar, por meio de documentação hábil (DCTF, GFIP, EFD etc), a opção aos regimes acima elencados, a fim de que se possa certificar que as alíquotas do PIS e da COFINS e da Contribuição Social consignadas na planilha conferem com sua opção tributária;

4.10.30. Para as empresas tributadas pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e de COFINS não será admitida, em nenhuma hipótese, a cotação do percentual integral das alíquotas relativas a PIS (1,65%) e COFINS (7,60%), tendo em vista que as Leis 10.637/2002 e 10.833/2003 permitem o desconto de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos da pessoa jurídica pagos em etapas anteriores, fazendo com que o valor do tributo efetivamente recolhido, em relação ao faturamento, seja inferior à alíquota dessas contribuições;

4.10.31. As empresas tributadas pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem cotar os percentuais que representem a média das alíquotas efetivamente recolhidas nos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, apurada com base nos dados da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS (EFD-Contribuições), cujos respectivos registros deverão ser remetidos juntamente com a proposta e as planilhas;

4.10.32. Caso a licitante tenha recolhido tributos pelo regime de incidência não-cumulativa em apenas alguns meses do período que deve ser considerado para o cálculo do percentual médio efetivo (12 meses anteriores à data da proposta), poderá apresentar o cálculo considerando apenas os meses em que houve recolhimento;

4.10.33. Considerando tratar-se de contratação de serviços que se enquadra, para fins tributários, no conceito de cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações e nos arts. 112, 115, 117 e 118, da Instrução Normativa - RFB nº 2110, de 17 de outubro de 2022 e alterações, a licitante Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) optante pelo Simples Nacional, que porventura venha a ser Contratada, não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência da sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, art. 30, inciso II e art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações. (Acórdão TCU 797/2011 - Plenário);

4.10.34. As licitantes estarão IMPEDIDAS de apresentar planilha de formação de preços com base no regime de tributação do SIMPLES NACIONAL, já que tal prática implicaria ofensa às disposições da LC 123/2006, conforme posicionamento externado pelo TCU no Acórdão TCU 797/2011 - Plenário;

4.10.35. A licitante optante pelo Simples Nacional que porventura venha a ser contratada, deverá apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção por tal regime tributário) à respectiva Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações;

4.10.36. Caso a licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, a própria Contratante, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações;

4.10.37. A base para estabelecimento de critérios de repactuação de preços serão as Convenções Coletivas de Trabalho locais dos Sindicatos, indicadas nas propostas de preços, ou ainda, na ausência de regulação por tais instrumentos, o preço praticado no mercado ou apurado em publicações ou pesquisas setoriais para a categoria profissional correspondente, desde que documentalmente demonstradas

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação adotará práticas de sustentabilidade ambiental de acordo com o que determina a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01,

- 5.1.1. Construção civil: utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção; e comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço;
- 5.1.2. Descarte adequado de fluidos refrigerantes;
- 5.1.3. Uso exclusivo de LED de alto rendimento e de luminárias eficientes e utilização de iluminação natural em projetos de iluminação;
- 5.1.4. Controle de medição individualizado de consumo de energia;

5.2. **REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE**

5.2.1. A execução dos serviços contínuos de manutenção predial no HC-UFU/EBSERH deverá ser realizada por profissionais qualificados, devidamente habilitados e uniformizados, sob supervisão direta da empresa contratada, utilizando materiais e ferramentas adequadas. O objetivo é manter os serviços na instituição em perfeitas condições, em conformidade estrita com o Termo de Referência, normas técnicas aplicáveis e regulamentos legais conforme exigido pelas autoridades competentes.

5.2.2. A contratação deverá atender os serviços que implicam em modificar, adaptar, adequar, recuperar, consertar, conservar e reparar as instalações prediais e seus componentes, na forma estabelecida na planilha estimativa de preços e caderno de especificações técnicas.

5.3. **SERVIÇO CONTINUADO OU NÃO**

5.3.1. Serviço continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva e fornecimento e reposição de materiais, bem como serviços eventuais;

5.4. **CRITÉRIOS E PRÁTICA DE SUSTENTABILIDADE**

5.4.1. Os serviços envolvidos nesta contratação devem considerar critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (artigo 7o, XI, da Lei no. 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos). Todos os processos envolvidos na execução desse objeto, quer sejam de extração, fabricação, utilização ou descarte de materiais e serviços devem estar revestidos da preocupação com a sustentabilidade ambiental e totalmente de acordo com as imposições normativas editadas pelos órgãos de proteção ao meio ambiente;

5.4.2. A Contratada deverá observar o disposto na Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o Decreto nº 7.404/2010 que a regulamenta, a Lei nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e a Instrução Normativa SLTI/MPOG 01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, sem prejuízo de outros normativos vigentes, no que couber;

5.4.3. De acordo com a Instrução Normativa n.º 01 SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, a empresa deverá atender aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, tais como:

I - que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;

II - que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III - que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

5.4.4. A empresa deverá reconhecer seu compromisso sócio-ambiental, mantendo-se disponível à fiscalização pelos órgãos responsáveis;

5.4.5. Em atendimento ao inciso XI do art. 7º da Lei nº 12.305/2010 deve ser dada prioridade aos produtos reciclados e recicláveis, sempre que possível e no que couber, bem como devem ser utilizados critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;

5.4.6. Em consonância com o art. 4º do [Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH](#) - RLCE 2.0 as seguintes diretrizes devem ser observadas:

Art. 4º As seguintes diretrizes devem ser observadas nas contratações conduzidas pela Ebserh:

(...)II - busca da maior vantagem competitiva, considerando custos e benefícios diretos e indiretos de natureza econômica, social e ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância;

5.4.7. De acordo com o art. 5º do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0, também devem ser observadas, no que couber, as normas relativas à:

Art. 5º As contratações devem observar, no que couber para cada tipo de objeto, as normas relativas à:

I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados;

II - mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;

IV - avaliação de impactos de vizinhança, observada a legislação urbanística;

V - proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados pela Ebserh;

VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;

VII - vigilância sanitária, proteção radiológica e demais normas técnicas relacionadas à garantia de qualidade e de

disponibilidade sobre infraestrutura, equipamentos e suprimentos.

Parágrafo único. A contratação da qual decorra impacto negativo sobre bens do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial tombados dependerá de prévia autorização da esfera de governo encarregada da proteção do respectivo patrimônio, devendo o impacto ser compensado por meio de medidas determinadas pela Diretoria Executiva, na forma da legislação aplicável.

5.4.8. Além disso, devem ser adotados os seguintes atos de logística sustentável, previstos no art. 202 do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0:

Art. 202. As unidades da Ebserh devem adotar os seguintes atos de logística sustentável com reflexo em seus procedimentos de contratação:

I - adotar práticas de racionalização com o objetivo de melhoria da qualidade do gasto público e contínua busca por economicidade e primazia na gestão dos processos;

II - adotar práticas de sustentabilidade com o objetivo de construir um novo modelo de cultura institucional visando à inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades e contratações da unidade;

III - coordenar o fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, considerando a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado;

IV - implementar estratégias que garantam a padronização dos processos de trabalho, como a implantação de protocolos assistenciais, procedimentos operacionais padrão e fluxos padronizados, visando à redução de custos e o desenvolvimento das dimensões da qualidade;

V - elaborar Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS no âmbito da unidade, instruindo e designando Comitê Gestor do Plano de Gestão de Logística Sustentável - CGPLS;

VI - relatar à Administração Central da Ebserh as boas práticas realizadas sob a diretriz da gestão sustentável para subsidiar a elaboração do relatório anual de sustentabilidade da empresa.

5.4.9. As previsões constantes na Instrução Normativa do Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG) n.º 01/2020, devem ser observadas:

Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

I - que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;

II - que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III - que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

e IV - que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

§ 1º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

5.4.10. Vejam-se, ainda, as previsões do [Decreto nº 7.746/2012](#):

Art. 2º Na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes adotarão critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios, observado o disposto neste Decreto.

Parágrafo único. A adequação da especificação do objeto da contratação e das obrigações da contratada aos critérios e às práticas de sustentabilidade será justificada nos autos, resguardado o caráter competitivo do certame.

(...)

Art. 4º Para os fins do disposto no art. 2º, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II - preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III - maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV - maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V - maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e

VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade."

(...)

Art. 8º A comprovação das exigências apresentadas no instrumento convocatório poderá ser feita por meio de certificação emitida ou reconhecida por instituição pública oficial ou instituição credenciada ou por outro meio definido no instrumento convocatório.

5.4.11. O fornecedor no momento do recolhimento dos materiais não consumidos e que serão por ele descartados, deverá apresentar declaração de que o referido resíduo está sendo tratado e destinado, conforme a legislação ambiental para o caso, inclusive, informando o local onde será destinado e/ou tratado, bem como o nome da pessoa (jurídica ou física) responsável pelo controle e destinação dos referidos materiais caso não seja executado/realizado pelo próprio fornecedor.

5.4.12. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5.4.13. Utilizar materiais que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448- 1 e 15448-2;

5.4.14. Utilizar materiais que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio(Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

5.4.15. Aplicar materiais que tenham sido produzidos observando os critérios de sustentabilidade ao meio ambiente, de conformidade com o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 da Presidência da República, dando preferência para aqueles fabricados com materiais recicláveis.

5.4.16. Responsabilizar pelo descarte ambientalmente adequado de lâmpadas, reatores queimados, baterias substituídas e demais materiais provenientes das manutenções elétrica, eletromecânica e lixo eletrônico. Assim como qualquer outro resíduo sólido, o descarte de lâmpadas de forma incorreta é considerado crime ambiental, conforme lei 12.305/10 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

5.4.17. Responsabilizar pela remoção de todo o entulho proveniente dos serviços executados e pelo seu transporte até o local ambientalmente destinado pelo poder público.

5.4.18. Utilizar produtos que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA para a limpeza e conservação de superfícies de equipamentos envolvidos nos serviços.

5.4.19. Estar ciente que em nenhuma hipótese poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros domiciliares, áreas de "bota-fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por lei, bem como áreas não licenciadas.

5.5. SUBCONTRATAÇÃO

5.5.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

5.5.1.1. É expressamente vedada a subcontratação total do objeto deste contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação de penalidade prevista.

5.5.1.2. A subcontratação fica limitada a 30% (trinta por cento).

5.5.1.3. A subcontratação parcial, somente será admitida para os Serviços Eventuais, mediante autorização expressa da Fiscalização.

5.5.1.4. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

5.5.1.5. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

5.5.1.6. O contratado apresentará à Ebserh documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

5.5.1.7.

5.5.2. São obrigações adicionais da contratada, em razão da subcontratação:

5.5.3. Informar de maneira prévia à equipe de fiscalização do contrato os motivos da subcontratação, da identificação da subcontratada e das razões da escolha;

5.5.4. Atendimento pela subcontratada, no que couber, das condições de habilitação e das disposições do edital e do contrato, mediante a apresentação da documentação pertinente à equipe de fiscalização do contrato;

5.5.5. Substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

5.5.6. A subcontratação de parcelas do objeto se justifica por serem parcelas autônomas, especializadas ou não relacionadas com o objeto principal da contratação cuja a permissão de subcontratar amplia a competitividade e viabilização da referida contratação.

5.5.6.1. Os atestados de capacidade técnica específicos para as subcontratadas serão oportunamente cobrados das empresas subcontratadas quando de sua atuação no empreendimento ou quando de sua determinação formal no processo com base em sua parcela de execução no objeto.

5.5.6.2. A CONTRATADA, independentemente da subcontratação parcial, permanece responsável pela execução do objeto contratado, respondendo pela qualidade e exatidão dos trabalhos subcontratados, sendo, ainda, perante a CONTRATANTE, responsável solidária com a subcontratada junto aos credores desta, no que se refere aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, e pelas consequências dos atos e fatos a esta imputáveis.

5.5.6.3. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5.6. VISTORIA

5.6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, é facultado ao licitante realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8 horas às 15 horas. Devendo o agendamento ser efetuado previamente no Setor de Infraestrutura Física, no telefone: (34) 3218-2171.

5.6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

5.6.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.6.4. O agendamento deverá ser feito com prazo suficiente para que a visita ocorra dentro do previsto.

5.6.5. Por ocasião da vistoria será emitida uma Declaração de Vistoria à empresa, conforme modelo constante do Anexo IV - Modelo de Declaração Formal de Vistoria (57887761).

5.6.6. A empresa que OPTAR POR NÃO REALIZAR A VISTORIA, deverá obrigatoriamente apresentar a Anexo V - Modelo de Dispensa de Vistoria (57887829), assinada pelo Responsável Técnico da licitante/Representante Legal/Preposto, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o HC-UFU/EBSERH, conforme modelo constante do Edital.

5.6.7. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5.6.8. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

5.7. **DOS REQUISITOS LEGAIS PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

5.7.1. O objeto deste Termo de Referência tem amparo legal disposto especialmente nos seguintes instrumentos

- I - Regulamento de Licitações e Contratos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh (RLCE 2.0);
- II - Norma Operacional - SEI nº 7/2023/DAI-EBSERH (28062396), que dispõe sobre a apuração de irregularidades e aplicação de sanções a licitantes no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh;
- III - Norma Operacional - SEI nº 3/2024/SCCEN/CAD/DAI-EBSERH (40700077), aplicável subsidiariamente como boa prática, que dispõe sobre a Norma Operacional de Pesquisa de Preços da Rede Ebserh;
- IV - Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016;
- V - Lei nº 14.133, de 01º de abril 2021;
- VI - Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002;
- VII - Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;
- VIII - Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013;
- IX - Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015;
- X - Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016;
- XI - Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018;
- XII - Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, e suas atualizações;
- XIII - Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 3, de 26 de abril de 2018 (IN SEGES/MPDG n.º 3/2018);
- XIV - Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 1, de 19 de janeiro de 2010.

5.8. **CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

5.8.1. As condições de participação são aquelas previstas no edital de licitação.

5.9. **PROPOSTA DE PREÇOS**

5.9.1. Durante o pregão eletrônico, a Contratada deverá enviar sua proposta contendo as seguintes informações:

- a) Descrição Detalhada do item;
- b) Identificação do CATSER;
- c) Unidade de Medida
- d) Quantidade Ofertada
- e) Preços Unitários e Preços Totais;
- f) Marca, fabricante e rótulo, quando aplicável;
- g) Prazo de validade, quando aplicável;
- h) Registro na Anvisa conforme Habilitação - Qualificação Técnica, quando aplicável;

5.9.2. Após a fase de lances, a licitante deverá encaminhar, no prazo fixado em edital, a contar da convocação do agente de licitação, no sistema Comprasnet: Proposta de Preços com os valores atualizados em conformidade com os lances eventualmente ofertados.

5.9.3. Deverão constar na proposta os dados bancários da empresa como: conta corrente, agência, banco, cidade e os dados de seu representante legal, caso os mesmos ainda não tenham sido oportunamente informados a título de atualização/informação junto ao cadastro de fornecedores da Ebserh. Na falta de tal informação, a Administração poderá solicitá-la em outro momento.

5.9.4. O CNPJ indicado nos documentos e na proposta de preços deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente fornecerá o objeto da presente licitação e a respectiva Fatura/Nota Fiscal.

6. **REGIME DE EXECUÇÃO**

6.1. Quanto ao regime de execução, em conformidade com o art. 8º do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RLCE 2.0), será adotada a contratação por preço global tendo em vista a possibilidade de definir previamente, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem executados, nos termos do inciso II, do Art. 14, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

7. **NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

7.1. A contratação será formalizada através de Contrato celebrado entre as partes, cuja minuta é anexa ao edital.

7.2. A vigência inicial será de 05 (cinco) anos, contados a partir da data de sua assinatura.

7.3. A diluição dos custos, proporcionada pela extensão da duração inicial do contrato, é imprescindível, considerando que o processo de realização de uma nova licitação ou renovação de contratos demanda um tempo considerável. Estima-se que o planejamento e estudo necessários levem, no mínimo, seis meses, o que prejudica a avaliação da prestação de serviços pela empresa (TCU - Acórdão 714/2021 - Plenário).

7.4. Deve-se ressaltar que os serviços contratados são essenciais para o funcionamento do HC-UFU/EBSERH. A duração proposta aumenta a expectativa de concorrência entre as empresas disponíveis no mercado, contribuindo para condições contratuais mais favoráveis.

7.5. Além dos aspectos relacionados aos custos e às dificuldades administrativas na obtenção de serviços, um prazo de 60 meses proporciona estabilidade na conservação das instalações. A constante troca de empresas prestadoras de serviços, seja de forma voluntária ou involuntária, pode comprometer a durabilidade dos sistemas devido à falta de uniformidade na qualificação técnica dos profissionais envolvidos.

7.6. Periodicamente, a cada 12 meses, sem necessidade de prorrogação formal, as partes poderão se reunir para negociar, obedecidos os limites legalmente admitidos, a manutenção ou extinção do contrato, sem qualquer repercussão negativa para a parte desistente.

7.7. A denúncia contratual, concedido um aviso prévio, possa ser realizada a qualquer tempo, desde que preservado um prazo inicial mínimo de 90 (noventa) dias, antes que se efetive a extinção do contrato.

7.8. Os contratos regidos pelo Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh 2.0 somente poderão ser prorrogados por acordo entre as partes, vedando-se ajuste que resulte em violação da obrigação de licitar por força do art. 150 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. A execução dos serviços terá início na data informada na Ordem de Serviços e vigorará por 60 (sessenta meses) meses, podendo ser prorrogado por períodos subsequentes, conforme determinação legal;

8.2. Definiu-se o prazo inicial do contrato de 05 (cinco) anos, em função das seguintes justificativas:

8.2.1. Tornar a contratação mais atrativa para o mercado;

8.2.2. Atender aos princípios da **economicidade, razoabilidade, competitividade e interesse público**, considerando que:

I - A quantidade de postos de trabalho envolvidos neste contrato é elevada, o que implica maior custo administrativo para a empresa contratada com a contratação de pessoal e mobilização inicial;

II - Com um contrato de 60 meses, a futura empresa contratada poderá diluir os custos de contratação e mobilização ao longo de um período mais extenso, permitindo que as licitantes apresentem propostas com valores mais competitivos e atrativos para a Administração Pública;

III - O prazo de vigência inicial de 60 meses reduz significativamente o risco de necessidade de realização de nova contratação em curto prazo, evitando gastos adicionais com um novo processo licitatório;

IV - A extensão do prazo inicial contribui para a atratividade da contratação no mercado e promove a **competitividade no processo licitatório**;

V - Considera-se razoável o prazo de 60 meses diante da **complexidade dos serviços a serem executados**, da quantidade significativa de mão de obra dedicada e do tempo necessário para que a equipe se familiarize com a infraestrutura do **HC-UFU/EBSERH**, atualmente instalada em mais de **90.000 m² de área construída**.

8.3. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

I - **Assinatura do Contrato:** A primeira etapa consiste na assinatura do contrato entre as partes, a qual ocorrerá após os trâmites legais e publicação do extrato no Diário Oficial da União.

II - **Reunião de Alinhamento:** Após a assinatura do contrato, será realizada uma reunião entre a contratante e a contratada, com o objetivo de alinhar os procedimentos iniciais, definir a data de emissão da Ordem de Serviço e estabelecer a data de início efetivo das atividades.

III - **Emissão da Ordem de Serviço:** A Ordem de Serviço deverá ser emitida conforme definido na reunião de alinhamento, sendo esta a referência para o início da execução dos serviços..

IV - **Início da Execução dos Serviços:** A partir da data indicada na Ordem de Serviço, a empresa contratada deverá iniciar imediatamente a prestação dos serviços de manutenção predial, assumindo integralmente todas as atividades descritas no escopo deste Termo de Referência, garantindo a disponibilização imediata de estrutura e equipe mínima para atendimento às demandas;

8.3.1. Após a assinatura do contrato, será realizada uma reunião de alinhamento entre a Contratante e a Contratada, com o objetivo de definir os procedimentos iniciais para o início da execução contratual.

8.3.2. A Contratada deverá apresentar a designação formal do preposto responsável pela interlocução com a Administração, previamente aceito pela Contratante, contendo nome completo, telefones de contato (fixo e celular, com custo local e disponibilidade ininterrupta, inclusive em finais de semana e feriados), bem como e-mail funcional para comunicação com a fiscalização, sem qualquer ônus para a Contratante.

8.4. **Início das Atividades:** A partir da data indicada na Ordem de Serviço, a Contratada deverá assumir integralmente as atividades previstas neste Termo de Referência, garantindo a imediata disponibilização de estrutura mínima necessária para o atendimento às demandas, de forma a não haver descontinuidade na prestação dos serviços, especialmente nas frentes de gasoterapia, elétrica e manutenção predial.

8.4.1. Disponibilizar a quantidade mínima, a ser definida pela equipe de fiscalização, dos itens abaixo:

8.4.1.1. Pessoal qualificado que deverão ser alocados quando do início da execução dos serviços

8.4.1.1.1. O provimento dos postos de trabalho poderá ocorrer de forma gradual, mediante prévio alinhamento entre a fiscalização técnica do contrato e a empresa contratada, garantindo a adequação da equipe à demanda e a continuidade dos serviços. Esse alinhamento inicial será realizado nas primeiras reuniões de integração e planejamento entre as partes.;

8.4.1.2. Aparelhos de rádio para comunicação;

8.4.1.3. Equipamentos, Instrumentos e Ferramentas necessários para a execução dos serviços;

8.4.1.4. Estoque mínimo de material básico e peças de reposição.

8.5. Em até 15 (quinze) dias contados a partir da assinatura do contrato, a contratada deverá:

8.5.1. Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos serviços contratados, devidamente quitada junto ao CREA/MG.

8.5.2. Em até 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data informada na Ordem de Serviço para início das atividades, a contratada deverá:

8.5.2.1. Disponibilizar os itens abaixo em sua totalidade:

8.5.2.1.1. Pessoal qualificado;

8.5.2.1.2. Aparelhos para comunicação;

8.5.2.1.3. Equipamentos, Instrumentos e Ferramentas necessários para a execução dos serviços;

8.5.2.1.4. Estoque mínimo de material básico e peças de reposição;

8.5.2.1.5. Registro do Serviço de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT ou protocolo de solicitação junto ao MTE para acompanhar a implantação do contrato e fiscalizar as atividades iniciadas e atividades permanentes, se aplicável.

8.5.3. Apresentar a documentação abaixo à equipe de fiscalização:

8.5.3.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, RG, CPF, comprovante de endereço e comprovante de registro no Conselho Técnico, quando for o caso;

8.5.3.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

8.5.3.3. Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços, em conformidade com os requisitos previstos na legislação vigente;

8.5.3.4. Recibos que comprovem a entrega de uniformes e EPIs a todos os funcionários da Contratada.

8.5.3.5. Apresentar declaração prévia de documentação técnica e treinamento dos profissionais (registro de classe e treinamentos de segurança exigidos pelo Ministério do Trabalho);

8.5.3.6. Dimensionar, quantificar, descrever e apresentar a relação de ferramentas, instrumentos, materiais de consumo e materiais básicos que compõem o estoque, bem como comprovar a disponibilização imediata destes itens. Esta relação tem que ser aprovada pelo contratante;

8.5.3.7. Desenvolver o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) contendo a análise dos adicionais devidos de insalubridade e periculosidade através do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) elaborado pelo Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) da Contratada. Estes planos deverão ser entregues à Contratante, para fins de aprovação pela área competente.

8.5.3.8. Iniciar processo eleitoral para constituição da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA.

8.5.4. Em até 60 (sessenta) dias contados a partir da data informada na Ordem de Serviço para início das atividades a contratada deverá:

8.5.4.1. Apresentar o Plano de Manutenção e Controle (PMOC);

8.5.4.2. Diagnóstico Situacional de Início de Contrato

8.5.4.3. O relatório deverá conter, no mínimo:

I - **Relação de Equipamentos:** Inventário completo dos sistemas e equipamentos existentes, contendo fabricante, modelo, número de série, tipo, capacidade, tensão, corrente nominal e demais dados técnicos necessários à sua identificação;

II - **Relação de Peças e Materiais em Estoque:** Listagem estimada de peças e insumos que deverão ser mantidos em estoque técnico para atendimento imediato às manutenções preventivas e corretivas, com base nas características dos equipamentos e na experiência técnica da contratada;

III - **Observações Técnicas Relevantes:** Outros registros que, a critério da contratada ou da fiscalização, sejam pertinentes à análise da infraestrutura e à continuidade da prestação dos serviços;

IV - **Parecer Técnico:** Análise crítica sobre a situação geral das instalações, assinada pelos engenheiros responsáveis técnicos da contratada, com emissão de **ART específica** registrada no CREA;

V - **Abrangência das Inspeções:** O relatório deverá incluir inspeções em todos os sistemas e elementos construtivos vinculados à manutenção predial, incluindo instalações elétricas, hidráulicas, de climatização, gases medicinais, sistemas de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), nobreaks, geradores, subestações e estruturas civis aparentes;

VI - **Revisões pela Fiscalização:** Caso a fiscalização técnica do HC-UFU/EBSERH identifique necessidade de correções ou complementações no relatório apresentado, a contratada será oficiada para promover os ajustes necessários no prazo de **até 10 (dez) dias corridos**, contados do recebimento da solicitação, sem prejuízo da continuidade dos serviços.

8.5.4.4. Apresentar o Programa Interno de Treinamento de seus empregados.

8.5.4.5. Prontuário de Instalações Elétricas, em conformidade com o que determina a NR-10 para estabelecimentos com carga instalada superior a 75 kW, e garantir que seja mantido atualizado durante a vigência do contrato.

8.5.4.6. Arquivo Técnico da Edificação que será constituído por todos os documentos de projeto e construção, incluindo memoriais descritivos, memoriais de cálculo, desenhos, especificações técnicas. Será integrado ainda pelos catálogos, desenhos de fabricação e instruções de montagem, manuais de manutenção e de operação e termos de garantia fornecidos pelos fabricantes e fornecedores dos componentes e sistemas da edificação.

8.5.4.7. Cadastro da Edificação, que deverá conter o registro de todos os componentes e sistemas abrangidos pelo plano de manutenção, incluindo identificação, descrição e localização, bem como as relações de documentos e de peças sobressalentes fornecidas pelos fabricantes e fornecedores.

8.5.4.8. Apresentar o Cronograma Anual de Manutenção Preventiva, contemplando todos os equipamentos e instalações citados neste Termo e seus Anexos, deverá incluir os serviços que o Contratante entender como necessários para a execução da manutenção preventiva com indicação do local, prazos e profissionais, por meio de cronograma de execução, com as respectivas etapas e periodicidade - para análise e aprovação da equipe de fiscalização do contrato

8.5.4.9. Apresentar o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil;

8.5.4.10. Apresentar o Plano de Sustentabilidade conforme disposições da IN SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, especificamente o art. 6º;

8.5.5. No término da vigência contratual:

8.5.5.1. Entregar Relatório Técnico Final (RTF) dos serviços efetuados, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

8.5.5.1.1. Resumo das condições em que se encontram os equipamentos e infraestrutura do complexo hospitalar (civil, elétrica, hidráulica);

8.5.5.1.2. Recomendações a serem adotadas nas próximas atividades de manutenção corretiva;

8.5.5.1.3. Resumo histórico das intervenções realizadas nos equipamentos do complexo hospitalar;

8.5.5.1.4. Resumo do quantitativo de material e peças em estoque;

8.5.5.1.5. Informações e indicadores que permitam avaliar as melhorias e avanços em relação à gestão da infraestrutura física e dos equipamentos, tais como: redução no consumo de energia elétrica e água, diminuição no número de ordens de serviços de manutenção corretiva, diminuição do número de horas paradas dos equipamentos e sistemas, entre outras.

8.5.5.2. Apresentar ao Fiscal Administrativo a documentação abaixo:

8.5.5.2.1. Notificação de aviso prévio aos empregados desligados;

8.5.5.2.2. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados utilizados na prestação dos serviços contratados, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

8.5.5.2.3. Exames médicos demissionais dos empregados desligados;

8.5.5.2.4. Comprovante de pagamento das verbas rescisórias;

8.5.5.2.5. CTPS dos empregados demitidos;

8.5.5.2.6. Guias de recolhimento rescisório da contribuição previdenciária e do FGTS;

8.5.5.2.7. Extratos de depósitos feitos nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido.

8.6. Serão disponibilizadas pelo HC-UFU/EBSERH para a CONTRATADA as seguintes áreas, instalações e infraestruturas:

I - Área Oficina - Serralharia/Pintura: 300 m²;

II - Área para implantação de infraestrutura de apoio, podendo conter Almoxarifado / Manutenção / Ambiente Administrativo / Vestiários / entre outros: 800 m² - área de terreno.

8.6.1. Não será exigida remuneração pela disponibilização dos espaços citados no item acima. Todavia, após a desmobilização, os espaços devem ser entregues, minimamente, nas condições em que foram disponibilizados à CONTRATADA.

8.6.1.1. Será cedido à empresa contratada, para a realização de suas atividades, espaço dentro do complexo hospitalar. Quaisquer adequações necessárias nos espaços cedidos serão de responsabilidade da Contratada. Ainda, a manutenção e conservação desses espaços são de responsabilidade da contratada, não cabendo ao HC-UFU/EBSERH fornecer materiais e equipamentos para adequar os espaços às necessidades da empresa.

8.7. LOCAL DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

8.7.1. Os imóveis nos quais a Contratada prestará os serviços objeto deste Termo de Referência são os seguintes:

8.7.1.1. Sedes Principais: situada na Av. Pará, 1720 - Umuarama, Uberlândia - MG, 38405-320 e no Setor de Oncologia (Hospital do Câncer), situado na Av. Amazonas, 1996 - Umuarama, Uberlândia - MG, 38405-302;

8.7.1.2. Ambulatório de Ortopedia e Traumatologia, situado na Av. Amazonas, 1569 - Umuarama, Uberlândia - MG, 38405-302;

8.7.1.3. Centro de Referência Nacional em Hanseníase/Dermatologia Sanitária, situado na R. Capricórnio, 94 - Jardim Brasília, Uberlândia - MG, 38401-404;

8.7.1.4. Laboratório de Patologia Molecular e Biotecnologia - CREDESH, R: Ceará, esquina com Amazonas, s/n - BL. 6T Sala 5, Campus Umuarama - Uberlândia MG, Cep.: 38405-302;

8.7.1.5. Depósito 1: situado na Rua José Rezende, nº 5777, Bairro Tibery, Uberlândia/MG, com área total e construída de 720 m²;

8.7.1.6. Depósito 2: situado na Rua José Rezende, nº 5801, Bairro Custódio, Uberlândia/MG, com área total e construída de 920 m².

8.8. DOS REGIMES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.8.1. Diante desse cenário, adota-se como referência um regime de trabalho de **40 horas semanais**, complementado por **escala de plantão sobreaviso**, de acordo com a criticidade de cada especialidade técnica. Este modelo busca assegurar a cobertura das equipes nos períodos noturnos, finais de semana e feriados, especialmente nas áreas de **refrigeração/climatização, elétrica, gasoterapia e manutenção predial**, cujos sistemas não admitem falhas prolongadas sem comprometer diretamente a operação hospitalar.

8.8.2. Caso haja necessidade de atendimento emergencial fora do regime regular de trabalho e além dos profissionais previstos na escala de plantão sobreaviso, a CONTRATADA poderá ser acionada para disponibilizar equipe de suporte adicional, desde que haja prévia autorização da CONTRATANTE, que a situação exija reforço técnico em razão da complexidade ou volume do serviço, e que o atendimento esteja dentro dos limites do objeto contratual.

8.8.3. Os serviços executados nessas condições serão aferidos e medidos com base nos custos horários dos profissionais emergencialmente alocados, conforme valores constantes no Anexo XX - Planilha do Licitante (57892621).

8.8.4. A CONTRATADA deverá garantir que os profissionais escalados para o plantão sobreaviso estejam disponíveis e localizáveis durante todo o período designado, inclusive à noite, fins de semana e feriados. Para isso, deverá ser fornecido um telefone celular corporativo

por plantonista ou implantada central de plantão com canal de comunicação ativo, previamente validado pela fiscalização.

8.8.5. O profissional acionado deverá comparecer ao local da ocorrência em até 45 (quarenta e cinco) minutos após o chamado. O descumprimento poderá gerar penalidades e o não pagamento da remuneração correspondente.

8.8.6. Todos os acionamentos deverão ser registrados com data, hora, profissional envolvido, tempo de resposta, descrição do atendimento e responsável da CONTRATANTE. Esses registros serão exigidos para comprovação do serviço e validação de pagamento.

8.8.7. Ocorrências não atendidas dentro do prazo, sem justificativa aceita pela fiscalização, poderão resultar em responsabilização da CONTRATADA, aplicação de penalidades previstas contratualmente, inclusive impacto negativo nos Indicadores de Medição de Resultado (IMR), e eventual imputação de prejuízos à empresa.

8.9. **DOS PONTOS BIOMÉTRICOS**

8.9.1. Deverá ser instalado Sistema de Ponto Eletrônico biométrico de forma a comprovar a presença dos(as) funcionários(as) da Contratada, conforme artigo 74, § 2º da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT.

8.9.2. O controle e a fiscalização devem seguir, fielmente, a Portaria n. 671/MTP, de 8 de novembro de 2021, do Ministério do Trabalho e Emprego.

8.9.3. O Registrador de Ponto Eletrônico deve ser disponibilizado nos locais de execução dos serviços, e deverá ser biométrico e operar em modo offline.

8.9.4. O sistema instalado deverá possibilitar a verificação instantânea das marcações de ponto por meio de acesso online via rede, permitindo o acompanhamento em tempo real das jornadas pela fiscalização do contrato. O acesso ao sistema deverá ser integralmente disponibilizado à fiscalização, incluindo login, senha e interface de monitoramento.

8.9.5. Os registradores biométricos de ponto eletrônico (REP) deverão ser instalados considerando os seguintes quantitativos mínimos: 02 (dois) registradores biométricos no pátio do Setor de Infraestrutura Física.

8.9.6. O custo para a disponibilização e manutenção dos equipamentos de controle de jornada de trabalho será demonstrado na planilha de Formação de Preços na aba "Relógio Biométrico".

8.10. **ORDENS DE SERVIÇO**

8.10.1. A CONTRATADA receberá cada Ordem de Serviço no Sistema de Gerenciamento de Manutenção do HC-UFU/EBSERH (sistema Arkmeds ou aquele que vier a substituí-lo). As Ordens de Serviço deverão conter a autorização da FISCALIZAÇÃO.

8.10.2. Apenas após a plena execução de cada serviço, observadas as especificações técnicas e normas técnicas aplicáveis a cada caso, a Contratada deverá realizar o fechamento de Ordem de Serviço no Sistema de Gerenciamento de Manutenção, com o registro de todas as informações pertinentes à execução, incluindo data e horário de início e término do serviço, materiais utilizados, nome dos funcionários que executaram a atividade, procedimentos adotados e demais observações relevantes.

8.10.3. Como condição para o recebimento mensal dos serviços, a Contratada deverá elaborar e entregar, até o quinto dia útil do mês subsequente, um Relatório de Execução Mensal, o qual será analisado e validado pela FISCALIZAÇÃO, previamente à autorização de faturamento do mês de referência.

8.10.4. O relatório deverá ser apresentado em formato digital e conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Check-list das rotinas de manutenção preventiva e preditiva, com a data efetiva de realização de cada procedimento e identificação dos funcionários que executaram os serviços;
- b) Descrição detalhada das manutenções corretivas realizadas no período;
- c) Apresentação, em forma de gráficos e tabelas, dos dados das medições realizadas nos sistemas e equipamentos da Contratante, inclusive com comparativos em relação aos meses anteriores;
- d) Apresentação, em forma de gráficos, do consumo de gases medicinais nas dependências abrangidas pelo contrato, com visualização clara do consumo mensal e acumulado anual;
- e) Descrição de quaisquer anormalidades, falhas operacionais ou dificuldades enfrentadas durante a execução dos serviços;
- f) Sugestões para a melhoria contínua da execução dos serviços, incluindo medidas para maior eficiência no consumo de água, energia elétrica e gases medicinais;
- g) Planilha-resumo dos Índices de Medição de Resultado (IMR), contendo os percentuais de execução e conformidade contratual;
- h) Relação de peças, componentes, equipamentos, instrumentos, sistemas e materiais utilizados no período;
- i) Relação de toda a orçamentação realizada, nos casos em que se aplicar, para serviços, materiais e peças quando não for utilizada a planilha de referência;
- j) Relação de serviços em andamento, com a estimativa de prazo de conclusão, e de serviços ainda não iniciados, com previsão de início;
- k) Relação de equipamentos que passaram por calibração no período;
- l) Resumo das anormalidades e dos fatos ocorridos no período, como interrupções no fornecimento de energia elétrica, água ou gases medicinais, bem como registros de picos de consumo;
- m) Relação de pendências existentes, com a devida justificativa e a indicação daquelas que dependem de providência por parte da Contratante;
- n) Registro de acidentes de trabalho eventualmente ocorridos;
- o) Apresentação de estudos, relatórios e levantamentos técnicos realizados no período;
- p) Informações sobre o estado de conservação e funcionamento dos sistemas e equipamentos, com identificação de deficiências observadas;
- q) Sugestões de reparos preventivos, melhorias ou modernizações cuja necessidade tenha sido constatada no decorrer das atividades;
- r) O relatório deverá refletir com precisão a execução contratual e será utilizado como base para avaliação do desempenho da Contratada, podendo impactar diretamente no pagamento mensal e nos mecanismos de fiscalização e controle da Administração.

8.10.5. O banco de dados contendo todas as informações, fotos, relatório fotográficos e demais mídias referente aos serviços

executados deverá ser disponibilizado **mensalmente** à Contratante.

8.10.6. Semestralmente a contratada deverá disponibilizar a realização de backup completo das máquinas contendo documentações, projetos, arquivos, orçamentos, emails, contatos de fornecedores, catálogos, especificações e demais documentações referente às instalações do HC-UFU.

8.11. Para efeito de caracterização de feriados será considerado o calendário oficial da cidade de Uberlândia/MG.

8.12. Os horários de entrada, saída e intervalo intrajornada dos empregados devem ser apontados através de Registro Eletrônico de Ponto, disponibilizado pela Contratada no local de prestação do serviço. Com sistema instalado de software que deverá possibilitar a verificação instantânea das marcações de ponto por meio de acesso online via rede, permitindo o acompanhamento em tempo real das jornadas pela fiscalização do contrato. O acesso ao sistema deverá ser integralmente disponibilizado à fiscalização, incluindo login, senha e interface de monitoramento.

9. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consiste na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que será exercido por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos art. 161 a art. 167 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RLCE 2.0).

9.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

9.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

9.4. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

9.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

9.6. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

9.7. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

9.8. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Contratante com o objetivo de garantir a observância dos direitos e o cumprimento das obrigações pactuadas, bem como a obediência à legislação pertinente.

9.9. A Contratada deverá indicar preposto, aceito pela Contratante, para representá-la durante a execução do contrato.

9.10. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no item 20, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.10.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

9.10.2. O IMR poderá ser revisto, durante a vigência contratual, para ajuste fino, desde que essa alteração:

- a) não implique acréscimo ou redução do valor contratual além dos limites de 25% (vinte e cinco por cento), permitidos pelo art. 177 do RLCE 2.0;
- b) não configure descaracterização do objeto contratado.

9.10.3. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

9.10.4. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

9.10.5. Em hipótese alguma será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

9.10.6. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

9.10.7. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

9.10.8. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

9.10.9. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

9.10.9.1. Gestão da Execução do Contrato: coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente a área de acompanhamento dos contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação,

alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;

9.10.9.2. Fiscalização Técnica: acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços ou fornecimento de bens estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado;

9.10.9.3. Fiscalização Administrativa: acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços nos contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

9.10.9.4. Fiscalização Setorial: acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação dos serviços ou fornecimento de bens ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade;

9.10.9.5. Fiscalização pelo Público Usuário: acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços ou fornecimento de bens, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela Contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

9.10.10. Quando a contratação exigir fiscalização setorial, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais.

9.10.11. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

9.10.12. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

9.10.13. A fiscalização administrativa será realizada pelo Fiscal Administrativo verificando a regularidade fiscal da Contratada e, com base em critérios estatísticos, o cumprimento de suas obrigações previdenciárias, sociais e trabalhistas, inclusive FGTS, relativas aos empregados.

9.10.14. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias atestadas por signatário formalmente constituído):

9.10.14.1. No primeiro mês da prestação dos serviços, a Contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

- a) relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de serviço, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela Contratada;
- c) Exames médicos admissionais dos empregados da Contratada que prestarão os serviços; e
- d) Declaração de responsabilidade exclusiva da Contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

9.10.14.2. Entregar mensalmente, até o 5º dia útil do mês seguinte ao da prestação dos serviços, ao setor responsável pela fiscalização do contrato, os seguintes documentos:

- a) Certidão conjunta relativa aos débitos relacionados a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, conforme art. 65, inciso II, alínea "b", do RLCE 2.0;
- c) Certidão de regularidade do FGTS (CRF) e Seguridade Social, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e
- d) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

9.10.14.3. Entrega, quando solicitado pela Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

- a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Contratante;
- b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador Contratante;
- c) cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros) a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- e) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

9.10.14.4. Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

- a) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- b) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- d) exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

9.10.15. A documentação obrigatória deverá ser apresentada mensalmente, conforme previsto no Anexo XXII - Check List Fiscalização Administrativa (55213739) do Termo de Referência, para fins de acompanhamento e fiscalização contratual.

9.10.16. A Contratada deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias quando solicitado pela Contratante, quaisquer dos documentos

solicitados.

9.10.17. A Contratante deverá analisar a documentação solicitada no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

9.10.18. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

9.10.19. Sempre que houver admissão de novos empregados pela Contratada, os documentos elencados acima deverão ser apresentados.

9.10.20. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

9.10.21. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

9.10.22. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a Contratante comunicará o fato à Contratada e reterá o pagamento da fatura mensal em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

9.10.23. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de 15 (quinze) dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

9.10.24. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela Contratada poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

9.10.25. A Contratante poderá conceder prazo para que a Contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

9.10.26. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação pela Contratada do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

9.10.27. **Do FGTS Digital**

9.10.27.1. Iniciativa prevista pela Lei nº 14.438/2022, que moderniza a arrecadação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Seu objetivo principal é tornar mais ágil e eficiente a administração das contribuições ao FGTS por meio de uma plataforma digital gerida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

a) Documentos substituídos ou automatizados

I - **Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP)** - A GFIP será substituída pelo envio unificado das informações no **eSocial**, que será integrado ao FGTS Digital.

II - **Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS (GRRF)** - A emissão e gestão da GRRF para rescisões de contrato de trabalho serão incorporadas ao sistema do FGTS Digital, eliminando a necessidade de emissão manual.

III - **Conectividade Social** - A plataforma tradicional de envio de informações ao FGTS, o **Conectividade Social**, será gradualmente substituída pelo sistema FGTS Digital, que oferecerá maior integração com o eSocial.

IV - **A Certidão Negativa de Débitos Relativos ao FGTS (CRF)** será emitida de forma automatizada e integrada ao FGTS Digital, reduzindo processos manuais.

b) Documentação Complementar - Qualquer documento de suporte exigido anteriormente para ajustes ou retificações, como formulários específicos, será gerido digitalmente no novo sistema.

9.11. Além das disposições acima citadas, a **fiscalização administrativa** observará, ainda, as seguintes diretrizes:

9.11.1. **Fiscalização inicial** (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;

b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela Contratada e pelo empregado;

c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;

d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);

e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a Contratada;

f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI);

9.11.2. **Fiscalização mensal** (a ser feita antes do pagamento da fatura):

a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço, conforme Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022, Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003;

b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

9.11.3. **Fiscalização diária:**

a) Devem ser evitadas ordens diretas da Contratante dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas

ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.

b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da Contratada.

c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

9.11.4. Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a Contratada observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

9.11.5. O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da Contratada.

9.11.6. A Contratante deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

9.11.7. Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

9.11.8. O HC-UFU/EBSERH designará formalmente equipe de fiscalização do contrato.

9.11.9. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no Anexo V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.

9.11.28. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

9.11.29. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a Contratante e os empregados da Contratada.

9.11.30. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

9.11.31. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento provisório dos serviços, nos termos abaixo;

10.2. No prazo de até 5 (cinco) dias úteis do adimplemento da parcela mensal do serviço, a Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual referente ao mês anterior;

10.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e administrativo (e setorial) após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

10.3.1. No primeiro mês de prestação de serviços a empresa será obrigada a entregar apenas a documentação da fiscalização inicial, conforme item 10.11.1.

10.4. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e administrativo (e setorial) após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

10.4.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários;

10.4.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

10.4.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo ao gestor do contrato não receber definitivamente a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

10.4.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;

10.4.1.4. Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

10.4.2. No prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir do recebimento dos documentos da Contratada cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato;

10.4.3. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

10.4.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

10.5. No prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir do recebimento provisório dos serviços e da emissão da nota fiscal/fatura, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

10.5.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as

respectivas correções;

10.5.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

10.5.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

10.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002);

10.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

11. DO PAGAMENTO

11.1. Os pagamentos serão efetuados através de Ordens Bancárias emitidas pelo Sistema Integrado de Administração e Finanças (SIAFI) do Governo Federal, mediante o recebimento da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e), pela unidade administrativa responsável pela gestão do contrato, contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados;

11.1.1. Desde que atendidas às exigências da IN 02/2016 SEGES/MPDG, os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento definitivo da NFS-e;

11.1.2. Considera-se ocorrido o recebimento definitivo da NFS-e no momento em que o gestor do contrato proceder à elaboração de termo circunstanciado manifestando o recebimento dos serviços;

11.1.3. Não se realizará pagamento do serviço prestado através de Boleto Bancário, os pagamentos serão efetuados, apenas, mediante apresentação de NFS-e.

11.2. Havendo erro na apresentação da NFS-e, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

11.3. A emissão da NFS-e deverá ocorrer do primeiro dia útil até o décimo dia do mês posterior ao da prestação de serviços;

11.3.1. A emissão da NFS-e será precedida do recebimento provisório dos serviços;

11.3.2. No primeiro e último mês da vigência do contrato, as NFS-e serão parciais, isto é, correspondente apenas aos dias em que o serviço foi executado, de tal forma que o período de competência da prestação de serviços constante no documento fiscal seja compatível com o mês comercial;

11.3.3. A NFS-e a que se referir a prestação de serviços deverá possuir validação do sistema da Prefeitura de Belo Horizonte caso a Contratada seja do município, ou da prefeitura do respectivo município do estabelecimento da Contratada;

11.3.4. A Contratada é obrigada a emitir NFS-e de serviço pelo município de estabelecimento e terá que encaminhar para o e-mail acordado com o gestor do contrato o documento em arquivo digital no formato *pdf* assim como no formato *xml*;

11.3.5. A Contratada deverá obrigatoriamente destacar na NFS-e a tributação a ser retida, conforme artigo 2º, § 6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012;

11.3.6. A NFS-e deverá conter na descrição, ou nas informações complementares, os seguintes dados: o período de prestação dos serviços; o número da licitação e o número do contrato correspondente; e os dados bancários para a realização do pagamento (banco, agência e conta-corrente);

11.3.7. Conforme Anexo XI, item 3, da IN 05/2017 da SEGES/MPDG, além dos elementos descritos nos itens acima, a NFS-e deverá obrigatoriamente expressar os seguintes elementos essenciais:

- a) a competência da nota fiscal que deve ser o mês da data de emissão da nota fiscal, sendo este o mês posterior ao período de prestação de serviços;
- b) a data de emissão posterior ao período de prestação dos serviços;
- c) o valor a pagar;
- d) o CNPJ do tomador do serviço, conforme previsto em Contrato;
- e) o endereço do tomador, conforme previsto em Contrato;
- f) o CNPJ do prestador do serviço, que deverá ser o mesmo que a Contratada apresentou nos documentos de habilitação da licitação que deu origem ao contrato.
- g) o prazo de validade;
- h) os dados do contrato;
- i) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.3.8. É possível a emissão da NFS-e pela filial ou matriz do CNPJ indicado no item 12.3.7, letra "f", desde que a filial ou matriz mantenha as condições de habilitação da licitação.

11.4. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

11.4.1. Não produziu os resultados acordados;

11.4.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

11.4.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

11.4.4. Caso do contratante ser acionado judicialmente por fatores imputáveis ao contratado na monta do valor previsto da causa.

- 11.5. A glosa ou retenção será formalizada por meio de formulário específico e será aplicada no mês subsequente ao de competência da ocorrência do fato gerador, assegurada à Contratada a ampla defesa;
- 11.6. Quando houver a glosa parcial dos serviços, a Contratante deverá comunicar à Contratada para que emita a NFS-e com o valor exato do mês com a aplicação da glosa do mês anterior, evitando, assim, efeitos tributários sobre valor glosado pela Contratante, conforme Anexo XI, item 4.2, da IN 05/2017 da SEGES/MPDG;
- 11.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
- 11.8. A NFS-e deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais;
- 11.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29 da IN SEGES/MP nº 03/2018;
- 11.10. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital, observadas as seguintes condições, conforme art. 31 da IN SEGES/MP nº 03/2018;
- 11.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, deve-se providenciar a sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a Contratada regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da Contratante, conforme incisos I e II do art. 31 da IN SEGES/MP nº 03/2018;
- 11.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Contratante, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos, conforme inciso III do art. 31 da IN SEGES/MP nº 03/2018;
- 11.13. Persistindo a irregularidade, a Contratante adotará as medidas necessárias à rescisão do Contrato, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à Contratada a ampla defesa, conforme inciso IV do art. 31 da IN SEGES/MP nº 03/2018;
- 11.14. Havendo a efetiva prestação de serviços, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF, conforme inciso V do art. 31 da IN SEGES/MP nº 03/2018;
- 11.15. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pelo Superintendente do HC-UFU/Ebserh, não será rescindido o Contrato na situação irregular no Sicafe, conforme inciso VI do art. 31 da IN SEGES/MP nº 03/2018;
- 11.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 05/2017, na fonte, dos seguintes tributos, quando couber:
- 11.16.1. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;
- 11.16.2. Contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 17 de outubro de 2022, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e
- 11.16.3. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital sobre o tema.
- 11.16.4. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 11.17. Caso a Contratada tenha incentivo fiscal ou alíquota diferenciada deverá enviar declaração do seu contador responsável a respeito do enquadramento aplicável;
- 11.18. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária;
- 11.19. Em caso de dúvidas sobre emissão da NFS-e ou mudança do enquadramento fiscal, a Contratada deverá entrar em contato com a Unidade de Contabilidade Fiscal (UCF) nos contatos informados pelo gestor do contrato;
- 11.20. Em caso de posicionamento sobre pagamento de NFS-e após os prazos constantes no item 12.1.1, a Contratada poderá entrar em contato com a Unidade de Execução Orçamentária e Financeira (UEOF) nos contatos informados pelo gestor do contrato;
- 11.21. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente;
- 11.22. A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços;
- 11.23. Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual;
- 11.24. A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo;
- 11.25. Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada;
- 11.26. A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 10.854, de 2021.

11.27. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

12. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. A forma de seleção do fornecedor se dará por meio de processo licitatório na modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica, de acordo com inciso IV, art. 4º do RLCE 2.0.

13. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

13.1. Critério de Julgamento

13.1.1. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO**, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência, no instrumento convocatório e seus anexos quanto às especificações do objeto.

13.2. Intervalo entre Lances

13.2.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).

13.3. Modo de Disputa

13.3.1. O modo de disputa adotado para este certame será **aberto e fechado**, observadas as especificações contidas no instrumento convocatório.

14. INDICAÇÃO DO SIGILO DO ORÇAMENTO OU A ESTIMATIVA DETALHADA DOS PREÇOS REFERENCIAIS

14.1. Conforme previsto no art. 13 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh e no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 o valor estimado do contrato não será considerado sigiloso mediante a seguinte justificativa:

14.1.1. Reduzir o risco de preços considerados inexequíveis tendo em vista que será necessária a realização de cálculos complexos para contratação de um serviço de engenharia que envolve a dedicação exclusiva de mão de obra, a verificação de cálculos trabalhistas e previdenciários e itens de serviços técnicos de engenharia e cálculos de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI).

14.2. Com a finalidade de averiguar o custo da contratação e obter o valor de referência para o certame, elaborou-se a planilha com o orçamento estimativo da contratação nos termos do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013. A planilha com o orçamento estimativo encontra-se disponibilizada no processo SEI nº 23860.010613/2025-97.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

15.2. Cientificar a Consultoria Jurídica da Ebserh para adoção das medidas cabíveis quando o assunto exceder as competências próprias da Equipe de Fiscalização do Contrato;

15.3. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Termo de Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

15.4. Notificar os emitentes das garantias, quando for o caso, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

15.5. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do Termo de Contrato;

15.6. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

15.7. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução;

15.8. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15.8.1. Cabe ao gestor do contrato comunicar à área ministerial competente qualquer irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, com base nas informações fornecidas pelo fiscal administrativo;

15.8.2. De igual modo, devem ser realizadas comunicações acerca de irregularidades no recolhimento do FGTS dos respectivos trabalhadores terceirizados.

15.8.3. Notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

15.8.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

15.8.5. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e anexos.

15.8.6. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e anexos.

15.8.7. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

15.8.8. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

15.8.8.1. Indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

- 15.8.8.2. Fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;
- 15.8.8.3. Estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;
- 15.8.8.4. Definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 15.8.8.5. Demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação
- 15.8.8.6. Prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.
- 15.8.8.7. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 15.8.8.8. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
- 15.8.8.9. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 15.8.9. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:
- 15.8.9.1. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:
- 15.8.9.2. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;
- 15.8.9.3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
- 15.8.9.4. O objetivo da amostragem é que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano (sem que isso signifique que a análise não possa ser realizada mais de uma vez em um mesmo empregado), conforme item 10.5, alínea "c", do Anexo VIII-B, da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 15.8.10. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato;
- 15.8.11. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 15.8.12. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 15.8.13. Cientificar a Consultoria Jurídica da Ebserh para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.
- 15.8.14. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "*as built*", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 15.8.15. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado de preferência estabelecida por Lei;
- 15.8.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho;
- 15.8.17. Propiciar acesso aos empregados da Contratada às suas dependências para a execução dos serviços;
- 15.8.18. Impedir que terceiros executem o objeto deste Termo de Referência, salvo os serviços possíveis de subcontratação;
- 15.8.19. Comunicar oficialmente, por escrito, à Contratada quando não houver necessidade de substituição de profissional nas ocorrências de ausência temporária, como falta, gozo de férias ou afastamentos legais de qualquer natureza;
- 15.8.20. Proceder às vistorias nos locais onde os serviços estão sendo realizados, por meio dos Fiscais Técnicos do Contrato, cientificando o Coordenador da Manutenção e determinando a imediata regularização das falhas eventualmente detectadas;
- 15.8.21. Exigir a implementação, cronograma dos Programas/Planos e operacionalização dos serviços que deverão ser cumpridos pela Contratada;
- 15.8.22. Acompanhar a entrega dos uniformes, quando for o caso, rejeitando os que não apresentarem boa qualidade e perfeito caimento nos profissionais, ou ainda os que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;
- 15.8.23. Exigir da Contratada, quando da apresentação da fatura mensal, a comprovação do valor de aquisição das peças de reposição conforme previsto neste documento, mediante apresentação da respectiva nota fiscal de compra;
- 15.8.24. Instruir a Contratada acerca das normas de segurança e prevenção de incêndio implantadas nas dependências do Contratante, bem como inscrever os postos da Contratada nos treinamentos de segurança contra incêndio ofertados na instituição;
- 15.8.25. Solicitar à Contratada o imediato afastamento de qualquer empregado integrante da equipe designada para a execução dos serviços que, a seu exclusivo critério, esteja sem uniforme, ou sem crachá, ou dificultando a Fiscalização, ou prejudicando o andamento ou a qualidade dos serviços, ou que não acate suas ordens nem respeite sua autoridade, ou cuja permanência na área for julgada inconveniente;
- 15.8.25.1. Caso haja substituição do empregado, o substituto deverá possuir qualificação profissional igual ou superior à do substituído, sendo que isso deverá ser comprovado mediante documentação a ser encaminhada para o Gestor do Contrato.
- 15.8.26. Caso necessário, acatar e pôr em prática as recomendações feitas pela Contratada no que diz respeito às condições, ao uso e ao funcionamento dos equipamentos;
- 15.8.27. Disponibilizar cópias dos manuais de equipamentos que tiver em seu poder;
- 15.8.28. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

16.1.1. A Contratada deverá observar no que couber as diretrizes e definições contidas no Anexo VI - Manual EBSERH Gestão da Manutenção Predial (57887922) e o Anexo XIX - Prospecção e avaliação de mercado para contratação (57892279)

16.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

16.3. Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração.

16.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vier a causar à Contratante, independentemente da comprovação de culpa ou dolo, devendo ressarcir imediatamente a Contratante em sua integralidade, ficando a mesma autorizada a descontar da garantia, acaso exigida, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

16.4.1. Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos comprovadamente causem ao patrimônio da Contratante, ou a terceiros, durante a permanência no local de serviço, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente, desde que fique comprovada a responsabilidade.

16.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

16.6. Empregar na execução dos serviços prestadores de serviços portadores de atestado negativos de antecedentes criminais.

16.7. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203/2010.

16.8. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), quando for o caso.

16.8.1. Os crachás deverão possuir:

- I - Formatação vertical;
- II - Logomarca da empresa;
- III - Fotografia atualizada 3x4 colorida;
- IV - Nome do funcionário em destaque.
- V - Tecnologia por aproximação com RFID (125 kHz e/ou 13,56 MHz de frequência);
- VI - Modulação ASK;
- VII - Memória de 64 bits;
- VIII - Encapsulamento conforme os padrões internacionais de norma ISO CR80.

16.9. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes.

16.10. As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017:

16.10.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso.

16.10.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e

16.10.3. Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços.

16.10.4. Declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

16.10.5. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo, devendo ser informada à fiscalização no prazo de 24 (vinte e quatro) horas do início do contrato de trabalho. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

16.11. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

16.12. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

16.13. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

16.14. Implementar ações de formação e capacitação para todas as suas empregadas e empregados sobre prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação, garantindo ambiente de trabalho seguro e respeitoso;

16.15. Estabelecer canais de denúncia e procedimentos claros para recebimento, apuração e tratamento de casos de assédio e discriminação, assegurando a proteção dos denunciantes contra retaliações;

16.16. Promover a divulgação das políticas de combate ao assédio e discriminação para todos os trabalhadores alocados na execução contratual, mediante campanhas educativas e informativos específicos;

16.17. Apresentar à CONTRATANTE, quando solicitado, relatórios sobre as medidas adotadas e os resultados alcançados na implementação das políticas de enfrentamento ao assédio e discriminação;

16.18. Destinar 8% das vagas exclusivamente para mulheres vítimas de violência doméstica.

16.18.1. As vagas reservadas serão destinadas prioritariamente para mulheres pretas e pardas, na proporção que essas mulheres representarem na unidade da federação da prestação do serviço segundo o último censo do IBGE, que no presente caso corresponde a 58,6% (cinquenta e oito vírgula seis por cento).

16.18.2. As vagas reservadas serão destinadas exclusivamente às mulheres indicadas pelas unidades responsáveis pela política pública, signatárias de acordo de adesão, vedada a exigência, pela empresa contratada e pela Ebserh, de apresentação, pelas candidatas, de quaisquer outros documentos para fins de comprovação da situação de violência.

16.18.3. Incluem-se entre as beneficiárias das vagas reservadas as mulheres trans, travestis e outras possibilidades do gênero feminino, conforme definido no art. 5º da Lei nº 11.340/2006.

16.18.4. Sempre que houver um desligamento, a CONTRATADA deverá buscar atender ao percentual estabelecido no edital com a nova contratação.

16.18.5. Se não houver mulheres elegíveis em número suficiente para preencher as vagas reservadas, a empresa poderá contratar livremente.

16.18.6. Para cálculo do percentual de vagas reservadas serão considerados todos os empregados alocados no contrato, incluindo folguistas e substitutos.

16.18.7. Caso o contrato abranja diferentes tipos de serviços, as vagas deverão ser distribuídas de forma proporcional entre os diversos serviços, exceto se não houver disponibilidade de mão de obra com a qualificação necessária, devidamente justificada.

16.18.8. O percentual de mão de obra de que trata este item deverá ser mantido durante toda a execução contratual, ressalvado o subitem 16.18.5.

16.18.9. A CONTRATADA deve manter o sigilo da condição de violência doméstica da profissional que será alocada para a prestação do serviço.

16.19. Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei n.º 6.019/1974, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.

16.20.

16.21. Responsabilizar-se nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada à sanção prevista no art. 178, inciso III, do RLCE 2.0;

16.22. Responsabilizar-se exclusivamente pelo cometimento de erro ou fraude no enquadramento sindical e pelo eventual ônus financeiro decorrente, por repactuação ou por força de decisão judicial, em razão da necessidade de se proceder ao pagamento de diferenças salariais e de outras vantagens, ou ainda por intercorrências na execução dos serviços contratados, resultante da adoção de instrumento coletivo do trabalho inadequado;

16.23. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE;

16.24. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

16.25. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

16.26. Elaborar, quando aplicável, o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;

16.27. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto n.º 6.481, de 12 de junho de 2008;

16.28. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF), a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar à Unidade de Apoio Operacional, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017.

16.28.1. Em caso de afastamento de funcionários (férias, licença médica, entre outros), a contratada deverá fazer a substituição imediata dele, por outro com a mesma formação, experiência e capacitação técnica. As ausências não cobertas serão motivo de glosa (IMR).

16.29. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

16.29.1. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

16.30. A contratada deverá enviar à fiscalização do contrato, até o quinto dia útil de cada mês, o relatório de programação das férias dos

16.31. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

16.32. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

16.32.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

16.33. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente, exceto profissionais em escala de plantão de sobreaviso.

16.34. Substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sempre que exigido pela Contratante e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios, salvo nas hipóteses em que houver manifestação da Contratante concedendo prazo superior.

16.35. Caso a empresa coloque algum funcionário em Aviso Prévio, este não poderá cumpri-lo nas dependências do HC-UFU/EBSERH, devendo ser substituído imediatamente. A substituição imediata de funcionários é essencial para manter a qualidade do atendimento e a segurança do paciente.

16.36. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração .

16.37. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

16.38. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

16.38.1. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado.

16.38.2. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado.

16.38.3. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

16.39. Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato.

16.40. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

16.41. Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e do pagamento dos salários, assim como verbas rescisórias, e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante.

16.41.1. A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

16.41.2. Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

a) O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas, independentemente de previsão em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas.

16.42. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

16.43. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.44. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

16.45. Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

16.46. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123/2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art. 17, XII, art. 30, §1º, II e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006.

16.46.1. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

16.47. Arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de contravenção, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se, outrossim, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do Contrato a ser firmado.

16.48. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência da Contratante, inclusive por danos causados a terceiros.

16.49. Comunicar imediatamente ao Gestor do Contrato qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

16.50. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

16.51. Paralisar, por determinação da Contratante, seja pela Equipe de Fiscalização ou pela equipe de Segurança do Trabalho do HC-UFU, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

16.52. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

16.53. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

16.54. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

16.55. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

16.56. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação

16.57. Assegurar à Contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017:

16.57.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações.

16.57.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

16.58. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços após a conclusão do objeto deste Instrumento.

16.59. A empresa Contratada deverá fornecer todos os equipamentos necessários para suas atividades administrativas tais como telefones, impressoras, computadores, emitindo nota fiscal de remessa e aplicando etiqueta de identificação patrimonial.

16.59.1. Os computadores, impressoras, laptops e notebooks observarão as diretrizes da Política de Segurança de Informação do HC-UFU

16.60. Restituir à Contratante, mensalmente ou quando ocorrer, os valores referentes às ligações telefônicas interurbanas e/ou internacionais, realizadas por meio da linha telefônica (ramal) disponibilizada à Contratada.

16.61. Recrutar, selecionar e encaminhar à Contrante, no prazo fixado pelo Gestor do Contrato, os profissionais necessários à realização dos serviços, aptos ao início imediato das atividades no posto para o qual está sendo designado, de acordo com o quantitativo solicitado e com a qualificação mínima definida neste Termo de Referência.

16.62. Manter seus empregados sempre atualizados, por meio da promoção de treinamentos e reciclagens, cursos de relações interpessoais e segurança no trabalho e participação em eventos de caráter técnico, de acordo com a necessidade dos serviços e sempre que a Contratante entender conveniente.

16.63. Submeter à Contratante, por escrito, solicitação de retirada de quaisquer equipamentos de suas dependências, bem como proceder a sua devolução, no prazo fixado pela Contratante, observando os procedimentos da Unidade de Patrimônio.

16.64. Reconstituir todas as partes danificadas em virtude da execução dos serviços, incluindo lajes, paredes de gesso e alvenaria, forros de gesso e madeira, esquadrias, divisórias, pisos e revestimentos, de forma a restaurar a condição anterior à intervenção da Contratada.

16.64.1. Caberá à Contratante, de acordo com definido em Contrato, o pagamento da reconstituição das partes afetadas devido a intervenções estritamente necessárias à execução dos serviços, assim entendido e atestado pela Equipe de Fiscalização.

16.64.2. Caberá a Contratada o ônus da reconstituição das partes desnecessariamente danificadas, caracterizando má execução dos serviços.

16.65. Orientar seus empregados a se manterem sempre limpos, asseados e devidamente uniformizados, além de identificados por crachá, quando em serviço nas dependências da Contratante.

16.66. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o intento de verificar as condições em que o serviço está sendo prestado.

16.67. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Contratante, emitindo nota fiscal de remessa e aplicando etiqueta adesiva com boa durabilidade.

16.68. Colocar à disposição da Contrante o quantitativo de equipamentos e ferramentas necessários à perfeita realização dos serviços, que deverão estar em ótimas e permanentes condições de funcionamento, com qualidade e tecnologia adequadas.

16.69. Utilizar equipamentos e ferramentas de primeira qualidade, devendo mantê-los sempre em perfeitas condições de funcionalidade, de modo a evitar acidentes e prejuízos às instalações do Contratante e à prestação dos serviços.

16.70. Dotar os equipamentos elétricos de sistema de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica, sob pena de responsabilidade.

16.71. Manter, nas dependências da Contratante, relação que identifique a quantidade e a espécie dos equipamentos e ferramentas

necessários à execução dos serviços objeto do contrato, devendo providenciar e disponibilizar qualquer outro equipamento julgado indispensável para a realização dos serviços.

16.72. Substituir os equipamentos e ferramentas em até 48 (quarenta e oito) horas, quando apresentarem defeitos, devendo submeter os novos equipamentos à autorização formal da Equipe da Fiscalização.

16.73. Substituir, imediatamente, a pedido da Equipe da Fiscalização, sem que lhe caiba o direito de reclamação ou indenização, os equipamentos e ferramentas que apresentarem rendimentos insatisfatórios e de baixa qualidade.

16.74. Usar material e outros produtos químicos necessários, que estejam aprovados pelos órgãos governamentais competentes, todos de primeira qualidade, com embalagens originais de fábrica ou de comercialização, que não causem danos a pessoas ou a revestimentos, pisos, instalações elétricas ou hidráulicas, redes de computação, água e esgoto e às demais instalações do Contratante.

16.75. Comunicar, previamente, eventual necessidade de substituição de material especificado, com as devidas justificativas. O produto para reposição deverá ser aprovado pela Equipe de Fiscalização e sua remessa cessará tão logo normalize a causa impositiva.

16.76. Proceder à limpeza e retirada de entulhos dos locais de trabalho, após a execução de serviços, ficando o custo à encargo da Contratada, exceto quando da execução dos serviços eventuais, que poderão apresentar composição de custo dos serviços de limpeza e retirada dos entulhos.

16.77. Fornecer, mensalmente, no ato da entrega da Nota Fiscal/Fatura, relatório técnico escrito, assinado pelos Responsáveis Técnicos Engenheiros de cada área (Civil, Mecânica e Elétrica), sobre os serviços prestados, contendo no mínimo, as seguintes informações:

16.77.1. Check-list das rotinas de manutenção preventiva e preditiva, com a data efetiva de realização de cada procedimento e funcionários que executaram o serviço;

16.77.2. Descrição das manutenções corretivas realizadas;

16.77.3. Apresentação dos dados, na forma de gráfico e tabelas, das medições realizadas nos sistemas e equipamentos da Contratante, inclusive com a apresentação de gráficos comparativos com meses anteriores;

16.77.4. Apresentação, em forma de gráficos, do consumo de gases medicinais das dependências abrangidas pelo contrato, de forma clara, para avaliação de consumo mensal e anual;

16.77.5. Descrição de quaisquer anormalidades e dificuldades constatadas no decorrer da execução dos serviços;

16.77.6. Apresentação de sugestões para melhor execução dos serviços e consumo de água, energia e gases medicinais mais eficientes;

16.77.7. Apresentar relatório fotográfico das unidades do HC-UFU e dos imóveis locados evidenciando os serviços executados bem como os materiais aplicados;

16.77.8. O relatório deverá apresentar através de planilha resumo os índices de execução do contrato, conforme os IMR;

16.77.9. Relação de peças, componentes, equipamentos, instrumentos, sistemas e materiais utilizados;

16.77.10. Relação de serviços em andamento com estimativa de prazo de conclusão, e a executar com estimativa de prazo de início;

16.77.11. Resumo das anormalidades e dos fatos ocorridos no período, incluindo a falta de energia, água ou gases medicinais e picos de consumo de energia, água ou gases medicinais;

16.77.12. Relação de pendências, razões de sua existência e quais destas dependem de solução do Contratante;

16.77.13. Acidentes de trabalho porventura ocorridos;

16.77.14. Estudos e levantamentos realizados;

16.77.15. Informações sobre a situação dos sistemas e equipamentos, indicando deficiências;

16.77.16. Sugestões sobre reparos preventivos ou modernizações cuja necessidade tenha sido constatada;

16.78. Diligenciar para que seus empregados tratem com urbanidade o pessoal da Contratante, clientes, visitantes e demais contratados, podendo a Administração exigir a substituição daquele cuja conduta seja julgada inconveniente.

16.79. Fornecer mensalmente no ato da entrega da Nota Fiscal/Fatura mídia digital contendo todos os arquivos, em formato PDF com a tecnologia OCR, que compõem a documentação referente a medição do contrato, inclusive arquivo digital das ordens de serviços fechadas no mês, com respectivas assinaturas dos requisitantes servidores ou empregados públicos, quando for o caso.

16.80. Fornecer ao Gestor do Contrato, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, as relações nominais de licenças, faltas, se houver, bem como escala nominal de férias dos empregados, promovendo as substituições necessárias, nessas hipóteses, de modo a manter o quantitativo de pessoal contratado, salvo se houver comunicação oficial, por escrito, ao Preposto da Contratada, no sentido de não haver a necessidade de substituição.

16.80.1. Deduzir o valor da respectiva Nota Fiscal/Fatura, não representando, qualquer sanção à Contratada, na hipótese de a Contratante manifestar a desnecessidade de substituição de profissional nas ocorrências citadas acima.

16.81. Prover de meio de comunicação de telefonia celular com Preposto e o Encarregado, às expensas da Contratada, a fim de viabilizar o contato permanente, inclusive em dias não úteis.

16.82. Disponibilizar sistemas de comunicação por rádio, ou tecnologia similar, para comunicação remota entre os funcionários da equipe permanente (mão de obra contínua) de manutenção, a fim de agilizar e otimizar as atividades da equipe.

16.82.1. É necessária a disponibilização de um equipamento de comunicação para os seguintes postos de trabalho: Gerente de Serviço de Manutenção, Coordenador de Manutenção Mecânica, Coordenador de Manutenção Elétrica e Automação, Coordenador de Manutenção Predial, para todos os técnicos em edificações (sendo 9 profissionais) que atuarão no campo apoiando os coordenadores;

16.82.2. A Contratada deverá prover, ainda, 03 (três) rádio comunicadores para a equipe de fiscalização do HC-UFU/Ebserh.

16.83. Cuidar para que os serviços a serem executados acarretem a menor perturbação possível aos serviços públicos, às vias de acesso e a todo e qualquer bem, público ou privado, adjacente às instalações da Contratante, providenciando sinalização e/ou isolamento das áreas de serviço, inclusive solicitando aos órgãos competentes autorização para qualquer modificação de acesso às vias públicas.

16.84. Arcar com o transporte de todo o material necessário à execução dos serviços, inclusive intra e inter Unidades Físicas do HC-UFU, assim como em casos de paralisação dos transportes coletivo, nas situações em que se faça necessária a execução dos serviços eventuais o transporte será fornecido pela contratante mediante agendamento prévio.

16.84.1. Em caso de danos e atrasos causados por greves, manifestações sociais e/ou públicas, a contratada deverá arcar com os prejuízos ocorridos em um prazo de até 30 (trinta) dias, a cada período de 12 (doze) meses, enquanto o contratante assume o ônus decorrente das paralisações além desse prazo.

16.85. Fornecer aos seus funcionários até o último dia útil do mês que antecede ao mês de sua competência, os vales transporte e alimentação, de acordo com o horário de trabalho, e qualquer outro benefício que se torne necessário ao bom e completo desempenho de suas atividades.

16.86. Manter sede, filial ou escritório no município de Uberlândia/MG com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários. A Contratada deverá comprovar no prazo de 60 (sessenta) dias corridos da assinatura do Contrato o cumprimento desta obrigação.

16.86.1. Justifica-se a obrigação da licitante possuir ou instalar escritório no município de Uberlândia de Minas Gerais devido a complexidade do serviço prestado pelos seguintes motivos:

a) os serviços possuem grande quantidade de postos de trabalho alocados (123 postos de trabalho) com elevada rotatividade devido à baixa qualificação para a contratação de cada funcionário, elevando por consequência a necessidade de seleção, treinamento, e gestão de pessoal;

b) os serviços possuem necessidade de aquisições e contratações frequentes de insumos, peças e equipamentos, bem com contratação de serviços especializados, o que demanda muitos contatos da área de compras e contratações da empresa com fornecedores locais, sendo que os fornecedores são em geral locais para atender com celeridade as demandas críticas do HC-UFU por ser uma unidade hospitalar.;

c) Dessa forma, busca-se garantir que contratada possua capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários.

16.87. Manter sistema de pronto atendimento de emergência 24 (vinte e quatro) horas, acessível por meio de telefone celular ou fixo, disponibilizando equipe técnica especializada e operacional, a fim de sanar urgências que ponham em risco a integridade dos ocupantes e/ou das instalações físicas da Contratante ou qualquer de seus equipamentos e instalações, que não possam ser resolvidas pela equipe permanente ou pelo plantonista, sem ônus adicional a contratante.

16.88. Disponibilizar telefone celular com disponibilidade de rede (4G) para cada coordenador, plantonista e para cada líder de equipe de manutenção (técnicos em edificações).

16.89. Apresentar à Contratante, em até 15 (quinze) dias corridos da assinatura do Contrato, as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), devidamente registradas junto ao CREA, dos responsáveis técnicos pela áreas de engenharia civil, elétrica e mecânica.

16.90. Implantar e manter disponível no imóvel o Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), do sistema de climatização, nos termos da Portaria n.º 3.523/GM do Ministério da Saúde.

16.91. Elaborar em até 60 dias após a assinatura da ordem de serviço o Plano de manutenção para o cumprimento das rotinas de execução dos serviços contínuos previstos no Anexo II - Rotinas Operacional dos Serviços de Manutenção(57887566).

16.92. Elaborar o Prontuário de Instalações Elétricas do HC-UFU, em conformidade com o que determina a NR-10 para estabelecimentos com carga instalada superior a 75 kW, e garantir que seja mantido atualizado durante a vigência do contrato.

16.93. Organizar e manter atualizado o Arquivo Técnico da Edificação, que será constituído por todos os documentos de projeto e construção, incluindo memoriais descritivos, memoriais de cálculo, desenhos, especificações técnicas. Será integrado ainda pelos catálogos, desenhos de fabricação e instruções de montagem, manuais de manutenção e de operação e termos de garantia fornecidos pelos fabricantes e fornecedores dos componentes e sistemas da edificação.

16.94. Elaborar e manter atualizado o Cadastro da Edificação, que deverá conter o registro de todos os componentes e sistemas abrangidos pelo plano de manutenção, incluindo identificação, descrição e localização, bem como as relações de documentos e de peças sobressalentes fornecidas pelos fabricantes e fornecedores.

16.94.1. Indicar preposto, aceito pela Contratante, para representá-la durante a execução do contrato.

16.94.2. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

16.94.3. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

16.94.4. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

16.94.5. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

16.94.6. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto da contratação.

16.94.7. Submeter, previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

16.94.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

16.94.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de

habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.94.10. Manter, durante toda a vigência do Contrato, a regularidade da empresa junto ao Cadin (Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal). Conforme art. 20 da Lei n.º 14.973/2024 e art. 6º da Lei 10.522/2002, a existência de registro no Cadin, constitui fator impeditivo para: (i) realização de operações de crédito que envolvam a utilização de recursos públicos, (ii) concessão de incentivos fiscais e financeiros, (iii) celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos, e respectivos aditamentos.

16.94.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

16.94.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

16.94.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

16.94.14. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

16.94.15. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

16.94.16. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes.

16.94.17. Fornecer chachá de identificação para todos os colaboradores alocados na execução do contrato, conforme especificado nesse Termo de Referência.

16.94.18. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente.

16.94.19. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

16.94.20. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a Contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

16.94.21. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

16.94.22. Autorizar a Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

16.94.23. Assegurar à Contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII - F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

16.94.23.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

16.94.23.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

16.95. Apresentar, em até dez dias úteis após a assinatura do contrato, por parte da CONTRATADA, uma cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART dos profissionais responsáveis pelos serviços.

16.96. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto n.º 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente;

16.97. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

16.97.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

16.97.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei n.º 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA n.º 5, de 15/03/2014, e legislação correlata;

16.97.3. Documento de Origem Florestal - DOF, instituído pela Portaria n.º 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA n.º 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória;

16.97.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

16.98. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução n.º 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

16.98.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

16.98.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA n.º 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

16.98.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

16.98.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

16.98.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

16.98.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

16.98.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

16.98.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

16.99. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

16.99.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n.º 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

16.99.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

16.100. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

16.101. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações;

16.102. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);

16.103. **Da segurança do trabalho e saúde ocupacional**

16.103.1. A Contratada deverá atender às recomendações expressas na Lei nº 6.514/1977 e Normas Regulamentadoras (NR) relativas à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, aprovadas pela Portaria nº 3.214/1978, em especial as seguintes:

16.103.1.1. Norma Regulamentadora Nº 01 - Disposições Gerais.

16.103.1.2. Norma Regulamentadora Nº 03 - Embargo ou Interdição.

16.103.1.3. Norma Regulamentadora Nº 04 - Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT.

16.103.1.4. Norma Regulamentadora Nº 05 - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.

16.103.1.5. Norma Regulamentadora Nº 06 - Equipamentos de Proteção Individual.

16.103.1.6. Norma Regulamentadora Nº 07 - Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional.

16.103.1.7. Norma Regulamentadora Nº 08 - Edificações

16.103.1.8. Norma Regulamentadora Nº 09 - Programas de Prevenção de Riscos Ambientais.

16.103.1.9. Norma Regulamentadora Nº 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade

16.103.1.10. Norma Regulamentadora Nº 11 - Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais.

16.103.1.11. Norma Regulamentadora Nº 12 - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos.

16.103.1.12. Norma Regulamentadora Nº 13 - Caldeiras, Vasos de Pressão e tubulações e Tanques Metálicos de Armazenamento.

16.103.1.13. Norma Regulamentadora Nº 15 - Atividades e Operações Insalubres.

16.103.1.14. Norma Regulamentadora Nº 16 - Atividades e Operações Perigosas

16.103.1.15. Norma Regulamentadora Nº 17 - Ergonomia.

16.103.1.16. Norma Regulamentadora Nº 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção Civil.

16.103.1.17. Norma Regulamentadora Nº 23 – Proteção contra Incêndios.

16.103.1.18. Norma Regulamentadora Nº 25 – Resíduos Industriais.

16.103.1.19. Norma Regulamentadora Nº 26 – Sinalização de Segurança.

16.103.1.20. Norma Regulamentadora Nº 32 – Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Saúde.

16.103.1.21. Norma Regulamentadora Nº 33 - Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados.

16.103.1.22. Norma Regulamentadora Nº 35 – Segurança e Saúde no Trabalho em Altura.

16.103.2. Elaborar, manter atualizados e apresentar à Contratante, em 30 (trinta) dias após o início das atividades, as cópias do Programa de Gerenciamento de Risco (PGR), Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e o Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção (PCMAT);

16.103.3. O PCMSO, além do previsto na NR-07, e observando o disposto no inciso I do item 32.2.2.1, deve contemplar: a) o reconhecimento e a avaliação dos riscos biológicos; b) a localização das áreas de risco segundo os parâmetros do item 32.2.2; c) a relação contendo a identificação nominal dos trabalhadores, sua função, o local em que desempenham suas atividades e o risco a que estão expostos; d) a vigilância médica dos trabalhadores potencialmente expostos; e) o programa de vacinação;

16.103.4. Sempre que houver transferência permanente ou ocasional de um trabalhador para um outro posto de trabalho, que implique em mudança de risco, esta deve ser comunicada de imediato ao médico coordenador ou responsável pelo PCMSO;

16.103.5. Com relação à possibilidade de exposição acidental aos agentes biológicos, deve constar do PCMSO: a) os procedimentos a serem adotados para diagnóstico, acompanhamento e prevenção da soroconversão e das doenças; b) as medidas para descontaminação do local de trabalho; c) o tratamento médico de emergência para os trabalhadores; d) a identificação dos responsáveis pela aplicação das medidas pertinentes; e) a relação dos estabelecimentos de saúde que podem prestar assistência aos trabalhadores; f) as formas de remoção para atendimento dos trabalhadores; g) a relação dos estabelecimentos de assistência à saúde depositários de imunoglobulinas, vacinas, medicamentos necessários, materiais e insumos especiais;

16.103.6. O PCMSO deve estar à disposição dos trabalhadores, bem como da inspeção do trabalho;

16.103.7. O PCMSO deverá obedecer a um planejamento em que estejam previstas as ações de saúde a serem executadas durante o ano, devendo estas ser objeto de relatório anual;

16.103.8. A contratada deverá realizar os exames ocupacionais conforme determinado pela NR 07, item 7.4.1: a) admissional; b) periódico; c) de retorno ao trabalho; d) de mudança de função; e) demissional. Sendo que:

16.103.8.1. O exame médico admissional deverá ser realizado antes que o trabalhador assuma suas atividades;

16.103.8.2. No exame médico periódico, de acordo com os intervalos mínimos de tempo discriminados: a) para trabalhadores expostos a riscos ou a situações de trabalho que impliquem o desencadeamento ou agravamento de doença ocupacional, ou, ainda, para aqueles que sejam portadores de doenças crônicas, os exames deverão ser repetidos: a.1) a cada ano ou a intervalos menores, a critério do médico encarregado, ou se notificado pelo médico agente da inspeção do trabalho, ou, ainda, como resultado de negociação coletiva de trabalho; a.2) de acordo com a periodicidade especificada no Anexo n.º 6 da NR 15, para os trabalhadores expostos a condições hiperbáricas; b) para os demais trabalhadores: b.1) anual, quando menores de 18 (dezoito) anos e maiores de 45 (quarenta e cinco) anos de idade; b.2) a cada dois anos, para os trabalhadores entre 18 (dezoito) anos e 45 (quarenta e cinco) anos de idade;

16.103.8.3. O exame médico de retorno ao trabalho deverá ser realizado obrigatoriamente no primeiro dia da volta ao trabalho de trabalhador ausente por período igual ou superior a 30 (trinta) dias por motivo de doença ou acidente, de natureza ocupacional ou não, ou parto;

16.103.8.4. O exame médico de mudança de função será obrigatoriamente realizado antes da data da mudança. Entende-se por mudança de função toda e qualquer alteração de atividade, posto de trabalho ou de setor que implique a exposição do trabalhador a risco diferente daquele a que estava exposto antes da mudança;

16.103.8.5. O exame médico demissional será obrigatoriamente realizado em até 10 (dez) dias contados a partir do término do contrato, desde que o último exame médico ocupacional tenha sido realizado há mais de: - 135 (cento e trinta e cinco) dias para as empresas de grau de risco 1 e 2, segundo o Quadro I da NR-4; - 90 (noventa) dias para as empresas de grau de risco 3 e 4, segundo o Quadro I da NR-4.”;

16.103.9. Os laudos de insalubridade e periculosidade de cada empregado alocado na prestação dos serviços serão elaborados da seguinte maneira:

16.103.9.1. Todas as licitantes deverão considerar, quando do preenchimento da planilha de composição de custos, para cada profissional, o percentual fixo de 30% sobre o salário base e o percentual de 40% sobre o salário mínimo no item remuneração na planilha de composição de custos e formação de preços, ficando o pagamento das verbas de adicional condicionado à realização, pela empresa contratada, de perícia a ser confeccionada por profissional competente (médico ou engenheiro do trabalho), atestando o grau de insalubridade (máximo, médio ou mínimo), bem como se a atividade apontada como insalubre consta na relação da NR 15 do Ministério do Trabalho, nos termos do art. 192 da CLT e NR 15, aprovada pela Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego ou se a atividade está sujeita ao adicional de periculosidade, nos termos da NR 16. Essa perícia deverá ser realizada pela CONTRATADA no período máximo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato, conforme Anexo XVIII - Dos Adicionais de Periculosidade e Insalubridade (57892171);

16.103.9.1.1. O percentual fixo de adicional de 30% sobre os salários base dos profissionais e o percentual fixo de 40% sobre o salário mínimo deverá constar na planilha de composição de custos e formação de preços para fins de balizamento das propostas das licitantes, ficando o pagamento, pela Contratante à Contratada, destes adicionais, condicionado à aprovação, pela Contratante, dos laudos elaborados pela Contratada por profissional competente (médico ou engenheiro do trabalho);

16.103.9.1.2. O pagamento dos adicionais de insalubridade ou periculosidade pela Contratante à Contratada após aprovação dos laudos não desobriga a Contratada a remunerar, desde o início da execução dos serviços, os seus empregados que enquadrem em casos já previstos em Acordo Coletivo de Trabalho e/ou Lei;

16.103.9.1.3. O pagamento dos adicionais de insalubridade e periculosidade, para cada profissional, não são cumulativos.

16.103.9.2. A CONTRATANTE, por meio do médico ou engenheiro de segurança do trabalho, terá 30 (trinta) dias a contar da apresentação dos documentos para avaliar o Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais (PPRA) e o Laudo Técnico de Condições

16.103.9.3. Constatada a incidência do adicional de periculosidade ou de insalubridade, a empresa fica obrigada a pagá-lo a todos os empregados envolvidos na prestação dos serviços desde o início de sua execução.

16.103.10. Indicar 1 (um) funcionário para representá-la junto à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) do HC-UFU/Ebserh, para participar das reuniões conforme calendário anual;

16.103.11. Implementar, em conjunto com a Contratante, de forma integrada, medidas de prevenção de acidentes e doenças do trabalho de forma a garantir o mesmo nível de proteção em matéria de segurança e saúde a todos os trabalhadores do estabelecimento;

16.103.12. Para os empregados da contratada que por ventura realizarem atividades consideradas especiais, tais como trabalho em altura, espaço confinado, trabalho a quente, trabalho envolvendo escavação, serviços gerais em áreas classificadas como de risco elevado e outros trabalhos que envolvem riscos acentuados de acidentes, devem ser elaboradas e emitidas, anteriormente à execução das atividades: Análise Preliminar de Riscos (APR) e Permissão para Trabalhos Especiais (PTE), sendo a PTE substituída pela Permissão de Entrada e Trabalho (PET) em caso de espaço confinado; além de *checklist* das máquinas e equipamentos respeitando todas as orientações repassadas;

16.103.13. Entregar cópia do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) contemplando aptidão para trabalho em altura e/ou espaço confinado, quando for o caso;

16.103.14. Para cada exame médico realizado, previsto no item 7.4.1 da NR 7, o médico emitirá o Atestado de Saúde Ocupacional - ASO, em 2 (duas) vias:

16.103.14.1. A primeira via do ASO ficará arquivada no local de trabalho do trabalhador, inclusive frente de trabalho ou canteiro de obras, à disposição da fiscalização do trabalho.

16.103.14.2. A segunda via do ASO será obrigatoriamente entregue ao trabalhador, mediante recibo na primeira via.

16.103.14.3. a) nome completo do trabalhador, o número de registro de sua identidade e sua função;

16.103.14.4. b) os riscos ocupacionais específicos existentes, ou a ausência deles, na atividade do empregado, conforme instruções técnicas expedidas pela Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho - SSST;

16.103.14.5. c) indicação dos procedimentos médicos a que foi submetido o trabalhador, incluindo os exames complementares e a data em que foram realizados;

16.103.14.6. d) o nome do médico coordenador, quando houver, com respectivo CRM;

16.103.14.7. e) definição de apto ou inapto para a função específica que o trabalhador vai exercer, exerce ou exerceu;

16.103.14.8. f) nome do médico encarregado do exame e endereço ou forma de contato;

16.103.14.9. g) data e assinatura do médico encarregado do exame e carimbo contendo seu número de inscrição no Conselho Regional de Medicina.

16.103.14.10. Quando da ocorrência de acidentes com lesão, adotar o seguinte procedimento:

16.103.14.10.1. Os dados obtidos nos exames médicos, incluindo avaliação clínica e exames complementares, as conclusões e as medidas aplicadas deverão ser registrados em prontuário clínico individual, que ficará sob a responsabilidade do médico-coordenador do PCMSO;

16.103.14.10.2. Prestar todo tipo de atendimento que venha a se fazer necessário ao trabalhador acidentado, inclusive seguindo as diretrizes do HC-UFU/Ebserh;

16.103.14.10.3. Providenciar o preenchimento da Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT), conforme modelo específico do órgão ministerial competente;

16.103.14.10.4. Sendo constatada a ocorrência ou agravamento de doenças profissionais, através de exames médicos que incluam os definidos na NR 07; ou sendo verificadas alterações que revelem qualquer tipo de disfunção de órgão ou sistema biológico, através dos exames constantes dos Quadros I (apenas aqueles com interpretação SC) e II, e do item 7.4.2.3 da presente NR, mesmo sem sintomatologia, caberá ao médico-coordenador ou encarregado: a) solicitar à empresa a emissão da Comunicação de Acidente do Trabalho - CAT; b) indicar, quando necessário, o afastamento do trabalhador da exposição ao risco, ou do trabalho; c) encaminhar o trabalhador à Previdência Social para estabelecimento de nexos causal, avaliação de incapacidade e definição da conduta previdenciária em relação ao trabalho; d) orientar o empregador quanto à necessidade de adoção de medidas de controle no ambiente de trabalho;

16.103.14.10.5. Em toda ocorrência de acidente envolvendo riscos biológicos, com ou sem afastamento do trabalhador, deve ser emitida a Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT;

16.103.14.10.6. Comunicar o acidente ocorrido à Unidade de Serviço de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho (USOST) do HC-UFU/Ebserh, imediatamente ou no primeiro dia útil, e enviar uma cópia da CAT, já devidamente registrado no INSS, até o 3º dia útil após o acidente;

16.103.14.10.7. Fazer a investigação do acidente junto à USOST.

16.103.15. Da Vacinação dos Trabalhadores

16.103.15.1. A contratada deve fornecer gratuitamente aos seus trabalhadores, programa de imunização ativa contra tétano, difteria, hepatite B e os estabelecidos no PCMSO;

16.103.15.2. Sempre que houver vacinas eficazes contra outros agentes biológicos a que os trabalhadores estão, ou poderão estar, expostos, a contratada deve fornecê-las gratuitamente;

16.103.15.3. A contratada deve fazer o controle da eficácia da vacinação sempre que for recomendado pelo Ministério da Saúde e seus órgãos, e providenciar, se necessário, seu reforço;

16.103.15.4. A vacinação deve obedecer às recomendações do Ministério da Saúde;

16.103.15.5. A contratada deve manter cópia do cartão de vacinas dos trabalhadores no local de trabalho;

- 16.103.15.6. A contratada deve assegurar que os trabalhadores sejam informados das vantagens e dos efeitos colaterais, assim como dos riscos a que estarão expostos por falta ou recusa de vacinação, devendo, nestes casos, guardar documento comprobatório e mantê-lo disponível à inspeção do trabalho;
- 16.103.15.7. A vacinação deve ser registrada no prontuário clínico individual do trabalhador, previsto na NR-07, ou mantida uma cópia do cartão de vacinas na pasta funcional do colaborador;
- 16.103.15.8. Deve ser fornecido ao trabalhador comprovante das vacinas recebidas.
- 16.103.16. A contratante deverá encaminhar o responsável pela empresa prestadora de serviços à USOST para orientações sobre os procedimentos e documentação obrigatórios;
- 16.103.17. A Equipe da USOST deve:
- 16.103.17.1. Divulgar o Manual de Procedimentos de Segurança do Trabalho para contratada;
 - 16.103.17.2. Orientar o responsável pela empresa contratada sobre as exigências e procedimentos;
 - 16.103.17.3. Receber da contratada a documentação (em segurança e saúde do trabalhador) exigida neste Termo de Referência, conferir a documentação apresentada e encaminhar ao gestor do contrato para arquivar no processo de contratação;
 - 16.103.17.4. Ministar a integração de segurança para todos os colaboradores da contratada;
 - 16.103.17.5. Fiscalizar a Emissão da Permissão de Trabalho - PT pela contratada que irá desenvolver atividades dentro do HC-UFU/EBSERH;
 - 16.103.17.6. Fiscalizar, regularmente, o local de trabalho;
 - 16.103.17.7. Notificar ao fiscal do contrato acerca do descumprimento das Normas de segurança pela contratada e estabelecer prazos para correção;
 - 16.103.17.8. Solicitar a Gerência Administrativa e/ou Superintendência o embargo da obra ou interdição dos serviços da contratada, em desacordo com as regras de segurança em grave e iminente risco;
- 16.103.18. A contratada deve receber e executar as orientações de segurança do trabalho emitidas pela USOST;
- 16.103.19. A contratada não deve executar as atividades sem a emissão da Permissão de Trabalho - PT;
- 16.103.20. O cumprimento dos procedimentos e recomendações constantes neste Termo de Referência não desobriga a empresa a cumprir outras Normas e regulamentos que sejam incluídos por acordos coletivos de trabalho, códigos sanitários dos estados e municípios;
- 16.103.21. Os gestores e fiscais do contrato da contratante devem informar à USOST, antes do início da execução das atividades, a ocorrência de serviços que abrangerem trabalhos com eletricidade, em altura, espaço confinado, em equipamento de elevação e transporte de materiais e/ou atividades que necessitem habilidades específicas;
- 16.103.22. O responsável pela empresa contratada deverá comparecer a sala da USOST e fazer o treinamento de integração;
- 16.103.23. Antes do início da prestação dos serviços, a contratada deverá executar as ações elencadas abaixo:
- 16.103.23.1. Realizar treinamento de integração junto à USOST do HC-UFU/Ebserh;
 - 16.103.23.2. Encaminhar à equipe de fiscalização, para aprovação junto à USOST do HC-UFU/Ebserh, cópia:
 - 16.103.23.2.1.do Registro Funcional dos trabalhadores;
 - 16.103.23.2.2.do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) específico para cada função;
 - 16.103.23.2.3.do PGR, PCMSO, PCMAT, CIPA;
 - 16.103.23.2.4.do Registro do SESMT;
 - 16.103.23.2.5.das Fichas de recebimento de EPIs, com respectivos CA's e treinamento de uso correto;
 - 16.103.23.2.6.do Comprovante de Treinamento para atividades específicas;
 - 16.103.23.3. Informar ao Gestor/Fiscal do contrato e à USOST do HC-UFU/EBSERH o nome do responsável pelo serviço, as metodologias e equipamentos que serão utilizadas para a realização das tarefas;
 - 16.103.23.4. Fornecer gratuitamente, treinar e exigir o uso dos EPI's necessários para o desempenho das atividades de seus funcionários, comprovando através de fichas de controle, que deverão permanecer no local de realização das atividades;
 - 16.103.23.5. Elaborar APR (Análise Preliminar de Risco), antes do início do trabalho, verificando todos os riscos envolvidos nas atividades e propondo as soluções cabíveis para a execução dos trabalhos. A APR deve ser elaborada por profissional conhecedor da área de saúde e segurança do trabalho. A APR deverá conter a metodologia que será utilizada para a realização das atividades, a avaliação qualitativa e/ou quantitativa dos riscos envolvidos e as medidas de controle pertinentes;
 - 16.103.23.6. Comprovar a capacitação de seus funcionários em trabalhos com eletricidade, em altura, espaço confinado, em equipamento de elevação e transporte de materiais e/ou atividades que necessitem habilidades específicas;
 - 16.103.23.7. Apresentar estudo preliminar do ambiente de trabalho a seus funcionários, viabilizando o cumprimento das condições sanitárias, de alimentação e de conforto contidas na NR-24;
 - 16.103.23.8. Apresentar Plano de Emergência;
 - 16.103.23.9. Apresentar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), conforme NR 18 item 18.15.1.1, em caso da utilização de andaimes tipo suspensos, fachadeiro ou de balanço;
 - 16.103.23.10. Apresentar inventário de produtos químicos que serão utilizados, juntamente com suas respectivas FISPQs;
 - 16.103.23.11. Apresentar um cronograma de visitas aos postos de trabalho, além das ações que serão desenvolvidas por seu SESMT, caso a contratada se enquadre no quadro II da NR 4 da Portaria 3.214/78.

16.103.24. Durante a execução da prestação dos serviços, a contratada deve:

16.103.24.1. Comunicar ao Gestor/Fiscal do Contrato do HC-UFU/EBSERH e à USOST todo e qualquer incidente ou acidente ocorrido no trabalho, seguido de ações realizadas pelo SESMT da contratada, quando houver, como avaliação médica do acidentado, investigação do acidente e estabelecimento de medidas corretivas e preventivas, no prazo máximo de 2 dias úteis, entregando uma cópia da CAT ao Gestor/Fiscal do contrato e uma cópia para a USOST;

16.103.24.2. Cumprir todas as normas legais e técnicas de segurança no trabalho e meio ambiente vigentes no país;

16.103.24.3. Armazenar as ferramentas, as máquinas e os equipamentos em locais apropriados, bem como mantê-los em perfeitas condições de uso;

16.103.24.4. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços;

16.103.24.5. Manter a ordem, higiene e organização do local de trabalho;

16.103.24.6. Isolar o local adequadamente, quando as atividades forem realizadas em áreas de circulação de pessoas e veículos e nos locais onde houver riscos de queda de materiais, pessoas e objetos;

16.103.24.7. Providenciar toda a sinalização necessária à execução da obra, no sentido de evitar qualquer tipo de acidente, no caso das empresas prestadoras de serviços de construção civil;

16.103.24.8. Manter atualizada a documentação relativa aos colaboradores que estão desenvolvendo atividades no hospital. Toda alteração no quadro de colaboradores deve ser comunicada ao Gestor/Fiscal do contrato.

16.103.25. Proibições gerais no ambiente de trabalho da contratante durante a realização das atividades:

16.103.25.1. Trajar camiseta regata (sem mangas), bermuda, chinelos;

16.103.25.2. Consumir, portar ou vender bebidas alcoólicas, entorpecentes ou substâncias que causem qualquer tipo de dependência, no recinto da contratante;

16.103.25.3. Apresentar-se em estado de embriaguez;

16.103.25.4. Fumar;

16.103.25.5. Portar armas, de qualquer espécie (exceto de uso profissional, previsto em contrato);

16.103.25.6. Operar veículos, equipamentos e máquinas para os quais não esteja habilitado ou autorizado pela contratada;

16.103.25.7. O descumprimento de qualquer das disposições citadas poderá acarretar a retenção do pagamento, o ressarcimento por perdas e danos e a aplicação das sanções previstas no contrato celebrado.

16.103.26. A contratada deverá apresentar um fluxograma indicando as ações que serão executadas por sua liderança em caso de uma emergência (incêndios, alagamentos, explosões, choque elétrico, queimaduras, quedas, desmaios, variação abrupta de pressão arterial, mal súbito, acidente de trabalho, entre outras);

16.103.27. No Fluxograma deverá conter os telefones, endereços e vias de acesso de postos de urgência/emergência mais próximos ao local;

16.103.28. Providências em casos de acidentes de trabalho, a contratada deve:

16.103.28.1. Comunicar o Gestor/Fiscal do Contrato e à USOST, imediatamente, caso ocorra algum acidente onde haja lesões ou danos aos colaboradores;

16.103.28.2. Seguir o Fluxograma do Plano de Emergência estabelecido para o posto de trabalho;

16.103.28.3. A CIPA e o SESMT da contratada, juntamente com a USOST deverá investigar o acidente ocorrido;

16.103.28.4. Emitir CAT, imediatamente após o ocorrido, encaminhando cópia devidamente registrada no órgão competente, no prazo máximo de três dias úteis à USOST.

16.103.29. SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E EM MEDICINA DO TRABALHO - SESMT DA CONTRATADA:

16.103.29.1. A contratada que possua colaboradores regidos pela CLT manterá, obrigatoriamente, Serviços Especializados de Engenharia, Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT, devidamente registrado, quando enquadradas no quadro II da NR 4 da Portaria 3.214/78;

16.103.29.2. Os profissionais do SESMT da contratada devem realizar suas atividades conforme previsto na NR 4, sendo vedado o exercício de atividades que não sejam aquelas previstas pela norma;

16.103.29.3. Os profissionais da contratada devem estar sob a orientação direta dos profissionais da contratante, para que possam integrar as ações inerentes à prevenção de acidentes do trabalho.

16.103.30. COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DO TRABALHO - CIPA

16.103.30.1. A contratada deve constituir CIPA, devidamente registrada, com base no quadro I da NR 5 da Portaria 3.214/78. A CIPA da contratada deve participar, sempre que convidada, das reuniões da CIPA da contratante, promovendo integração entre as duas comissões;

16.103.30.2. A contratada que não se enquadrar no descrito no item anterior deverá indicar um representante (designado) para participar, caso convidado, das reuniões da CIPA da empresa contratante, a fim de integrar as ações preventivistas.

16.103.31. PROGRAMA DE CONDIÇÕES E MEIO AMBIENTE DE TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO - PCMAT

16.103.31.1. É obrigatória a elaboração e o cumprimento do PCMAT nos estabelecimentos com 20 (vinte) trabalhadores ou mais, contemplando os aspectos da NR 18 e outros dispositivos complementares de segurança;

16.103.31.2. O PCMAT deve contemplar as exigências contidas na NR 9 - Programa de Gerenciamento de Risco (PGR);

16.103.32. PERMISSÃO PARA TRABALHOS – PT

- 16.103.32.1. As atividades que contemplem trabalhos com solda, altura, escavação, espaço confinado, movimentação e transporte de cargas e instalações elétricas, devem ser precedidas de uma Permissão de Trabalho – PT;
- 16.103.32.2. Caso a atividade seja por qualquer motivo suspensa/encerrada, a PT para esta atividade deve ser encerrada também e aberta uma nova PT para continuação das atividades;
- 16.103.32.3. O responsável da contratada deverá elaborar a PT e a mesma deverá ser assinada em conjunto com fiscal do contrato;
- 16.103.32.4. A Permissão de Trabalho deve conter os requisitos mínimos a serem atendidos para a execução dos trabalhos, as disposições e medidas estabelecidas na Análise Preliminar de Risco – APR e a relação de todos os envolvidos e suas autorizações;

16.103.33. COMUNICAÇÃO, ISOLAMENTO E SINALIZAÇÃO DE ÁREA

- 16.103.33.1. O comunicado de execução de Obras/Serviços deverá ser preenchido pelo responsável da contratada que realizará o serviço, juntamente com o Gestor/Fiscal do contrato;
- 16.103.33.2. Os locais onde houver riscos de queda de materiais, pessoas e objetos deverão possuir isolamento e sinalização de advertência, restrição e/ou proibição;
- 16.103.33.3. As atividades realizadas em áreas de circulação de veículos deverão possuir isolamento e sinalização de advertência de material refletivo, inclusive uniformes dos trabalhadores, deverão atender este requisito quando necessário.

16.103.34. REALIZAÇÃO DE TRABALHO EM ALTURA

- 16.103.34.1. A contratada deverá elaborar a APR e a Permissão de Trabalho;
- 16.103.34.2. A contratada deverá comprovar que seus colaboradores são capacitados e estão aptos a realizar atividades nestas condições, ou seja, apresentar Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) e Certificado de treinamento para trabalho em altura, conforme preconizado na NR-35 (Trabalho em altura);
- 16.103.34.3. A contratada deverá apresentar a metodologia que será adotada para realização dos serviços, por exemplo: se farão uso de andaimes, escadas ou plataforma elevatória, e ainda, e quais alternativas de ancoragem que serão utilizadas;
- 16.103.34.4. Nota: Para sistemas de ancoragem, deverá ser apresentado Anotação de Responsabilidade Técnica.

16.103.35. REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES EM ESPAÇO CONFINADO

- 16.103.35.1. A contratada deverá elaborar a APR e a Permissão de Entrada e Trabalho - PET conforme preconizado na NR-33;
- 16.103.35.2. A contratada deverá comprovar a capacitação de seus colaboradores, conforme preconizado no item 33.3.5 da NR-33 (Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaço Confinado);
- 16.103.35.3. A contratada nunca deve permitir a permanência de apenas um trabalhador no espaço confinado. As atividades devem ser acompanhadas e supervisionadas por pessoa capacitada;
- 16.103.35.4. A contratada deve avaliar as condições ambientais antes de entrar e durante as atividades no espaço confinado, utilizando medidor de quatro gases (Oxigênio, Gases Explosivos, Monóxido de Carbono e Gás Sulfídrico);
- 16.103.35.5. A contratada deve elaborar e implementar procedimentos de emergência e resgate adequados aos espaços confinados;
- 16.103.35.6. A contratada deve interromper todo e qualquer tipo de trabalho em caso de suspeita de condição de risco grave e iminente, procedendo ao imediato abandono do local.

16.103.36. TRABALHO COM MÁQUINAS, FERRAMENTAS MANUAIS E ELÉTRICAS

- 16.103.36.1. As máquinas deverão possuir proteção nas partes móveis;
- 16.103.36.2. Os comandos de acionamento e de parada de emergência devem ser testados antes da utilização;
- 16.103.36.3. Para o manuseio de máquinas, o operador deve ser capacitado e autorizado;
- 16.103.36.4. As máquinas e ferramentas devem estar em boas condições de operação, com manutenção periódica, e ser utilizada apenas para a atividade a que se destina;
- 16.103.36.5. Para a realização de manutenção das máquinas, estas devem estar completamente desligadas, paradas e sinalizadas;
- 16.103.36.6. As ferramentas elétricas devem ser utilizadas sempre na tensão e na rotação correta, verificando sempre antes de ligar se a fiação está em perfeitas condições e se o material está bem fixado;
- 16.103.36.7. As extensões devem possuir duplo isolamento e serem utilizadas de maneira adequada e segura;
- 16.103.36.8. Deve-se garantir que os cabos não permaneçam soltos na área de circulação de pessoas de forma a ocasionar acidentes;
- 16.103.36.9. Reparos e manutenções elétricas deverão ser feitas somente por pessoal especializado e autorizado;
- 16.103.36.10. Os equipamentos elétricos deverão ser aterrados;
- 16.103.36.11. O operador deverá ser treinado no manuseio das máquinas e ferramentas, conforme orientação do fabricante, devendo estar ciente dos riscos envolvidos;
- 16.103.36.12. As atividades que envolvam quebra, perfurações ou soldas devem ser precedidas de estudo da planta, a fim de verificar a existência de rede de distribuição de gás, elétrica, hidráulica, entre outras;
- 16.103.36.13. A operação de máquinas ou ferramentas que possam gerar faísca deve ser realizada a uma distância segura de materiais inflamáveis.

16.103.37. EQUIPAMENTOS DE ELEVAÇÃO E TRANSPORTE DE CARGA

- 16.103.37.1. Os operadores de equipamentos de elevação e transporte de carga devem ser qualificados e capacitados, de acordo com

legislação pertinente;

16.103.37.2. Todos os equipamentos de elevação e transporte de carga devem possuir indicação da carga máxima permitida, a qual não poderá ser excedida;

16.103.37.3. Todo raio de movimentação da carga a ser transportada deve estar isolado e sinalizado e com acesso restrito;

16.103.37.4. A contratada deve apresentar documentação referente a manutenção periódica do veículo;

16.103.37.5. Os trabalhos de transporte e/ou elevação de carga, devem ser auxiliados por um funcionário devidamente treinado;

16.103.37.6. Os equipamentos de elevação e transporte de carga devem manter distância segura das redes de energia elétrica;

16.103.37.7. As transmissões de força mecânica devem estar protegidas obrigatoriamente por anteparos fixos e resistentes, não podendo ser removidos, em hipótese alguma, durante a execução dos trabalhos;

16.103.38. CONDIÇÕES SANITÁRIAS, CONFORTO NOS LOCAIS DE TRABALHO

16.103.38.1. A contratada deverá garantir condições sanitárias e de conforto (locais adequados para alimentação, higiene, vestiário) de acordo com o preconizado nas Normas Regulamentadoras 18 e 24;

16.103.38.2. Instalações móveis, inclusive contêineres, serão aceitos em áreas de vivência de canteiro de obras e frentes trabalho, desde que:

16.103.38.2.1. Possua área de ventilação natural e garanta condições de conforto térmico;

16.103.38.2.2. Atenda aos requisitos mínimos de conforto e higiene (limpeza dos containers periodicamente);

16.103.38.2.3. Os circuitos e equipamentos elétricos estejam protegidos, além de aterrados eletricamente;

16.103.38.2.4. Separados por módulos os vestiários, dos refeitórios e das instalações sanitárias;

16.103.38.2.5. Todas as áreas de trabalho da prestadora de serviço devem ser mantidas limpas e organizadas;

16.103.38.2.6. Os entulhos deverão ser acondicionados em caçambas e a contratada deverá garantir a destinação final adequada para os mesmos.

16.103.39. PRODUTOS QUÍMICOS

16.103.39.1. Antes da utilização dos produtos químicos, a contratada deverá informar oficialmente a USOST, anexando sua Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos - FISPQ;

16.103.39.2. O armazenamento e fracionamento de produtos químicos devem ser feitos em local específico, distante de locais que possam gerar faísca, materiais combustíveis, refeitórios, vestiários etc;

16.103.39.3. Os trabalhadores devem receber treinamento para compreender a rotulagem preventiva e a ficha com dados de segurança do produto;

16.103.39.4. A contratada deverá garantir a destinação final adequada para resíduos químicos.

16.103.40. EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI

16.103.40.1. Os EPI's deverão ser adequados aos riscos previstos em cada atividade, conforme descrito no PGR da contratada e a mesma deverá fornecer, treinar e fiscalizar o uso dos EPIs, mantendo cópias das fichas de controle de entrega, assinadas pelos funcionários e respectivos Certificados de Aprovação (C.A), no local de trabalho.

16.103.41. DESVIOS E SANÇÕES DISCIPLINARES

16.103.41.1. Quando constatado o não cumprimento da legislação, das normas de segurança, ou na evidência de condições que exponham pessoas a risco grave e iminente, o HC-UFU/EBSERH através de seus representantes, reserva-se o direito de paralisação/interdição imediata da atividade, até que sejam tomadas as medidas cabíveis à regularização, independentemente do cumprimento do cronograma da obra/serviço em execução.

16.103.42. A Contratada deverá prever a alocação de, no mínimo, 02 (dois) técnicos de segurança do trabalho no HC-UFU/EBSERH para acompanhamento dos serviços executados;

16.103.42.1. Os técnicos de segurança do trabalho não importarão em ônus adicional ao HC-UFU/EBSERH;

16.103.42.2. O custo dos técnicos de segurança do trabalho deve ser computado no percentual de Despesas Administrativas/Operacionais da licitante e alocados nos custos indiretos;

16.103.42.3. A empresa deverá considerar os devidos adicionais aos técnicos de segurança do trabalho, compatíveis com o exercício de suas atividades dentro do HC-UFU/Ebserh.

16.104. É responsabilidade da Contratada manter disciplina entre os seus funcionários no local do serviço, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer funcionário considerado com conduta inconveniente, assegurando, conforme solicitação da Contratante, que todo funcionário que cometer falta disciplinar não será mantido nas dependências da execução dos serviços ou quaisquer outras instalações da CONTRATANTE;

16.105. É ainda responsabilidade da Contratada manter a limpeza e organização dos espaços da Contratante destinado aos locais de trabalho dos profissionais alocados no contrato, tais como áreas técnicas, refeitórios, vestiários, banheiros, oficinas, etc.

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Ebserh a Contratada que:

17.1.1. Deixar de executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

17.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

- 17.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 17.1.4. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Ebserh previstos na Lei nº 12.846/2013;
- 17.1.5. Cometer fraude fiscal;
- 17.1.6. Não manter a proposta;
- 17.1.7. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- 17.1.8. Deixar de entregar a documentação exigida;
- 17.1.9. Apresentar documentação falsa.

17.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no item acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

17.2.2. Multa da seguinte forma:

17.2.2.1. Multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

17.2.2.2. Multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior;

17.2.2.3. Multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

17.2.2.4. Multa compensatória de 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante dos quadros 1 e 2 do Anexo XV -Quadro de referencia para aplicação de multa (57888769);

17.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor anual do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

17.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;

17.2.2.7. Em caso de inexecução parcial, a multa moratória ou compensatória, no mesmo percentual do subitem 18.2.2.2 ou do subitem 18.2.2.3, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

17.2.2.8. O atraso injustificado acima de 60 (sessenta) dias caracterizará a inexecução total do objeto, cabendo a multa compensatória conforme o subitem 18.2.2.3;

17.2.2.9. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com os quadros do Anexo XV - Quadro de referência para aplicação de multa (57888769);

17.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

17.3. As sanções previstas nos subitens 18.2.1 e 18.2.3 poderão ser aplicadas com as previstas no subitem 18.2.2;

17.4. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

- 17.4.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 17.4.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 17.4.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;
- 17.4.4. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;
- 17.4.5. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 17.4.6. apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- 17.4.7. ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- 17.4.8. não manter a proposta;
- 17.4.9. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 17.4.10. comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

17.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto no RLCE 2.0 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis;

17.5.1. Caberá apresentação de defesa prévia ou recurso contra a sanção imposta, a ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação para defesa prévia ou da notificação de imposição de sanção.

17.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Ebserh, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão cobrados judicialmente;

17.6.1. Deverá ser emitida Guia de Recolhimento da União (GRU) para pagamento da multa devida pela Contratada;

17.6.2. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação de imposição de sanção enviada pela autoridade competente.

17.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;

17.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR;

17.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

17.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público;

17.11. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no Sicaf;

17.11.1. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de que trata a Lei nº 12.846/2013.

18. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

18.1. Indica-se que o procedimento licitatório seja realizado com habilitação completa nos termos do art. 65, inciso III do RLCE 2.0;

18.2. Compõe a **Qualificação Técnica**, prevista no art. 6º, inciso V, da IN SEGES/MP nº 03/2018 c/c art. 65, inciso III, do RLCE, a **Capacidade Técnico-Profissional** e a **Capacidade Técnico-Operacional**;

18.2.1. As comprovações das capacidades técnicas estarão limitadas exclusivamente às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto;

18.2.2. Consideram-se parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto ora licitado, ou que seja possível estabelecer, por proximidade de características funcionais, técnicas, dimensionais e qualitativas realizados em área construída mínima de 25.000 m² com fornecimento de todo o material de reposição, observados, no mínimo, os seguintes parâmetros:

a) Operação e Manutenção Predial nas áreas de civil, elétrica e mecânica em edificações industriais, públicas, comerciais e de serviços com área mínima de 25.000 m².

b) Execução de Manutenção Preventiva, Corretiva e Operação de Equipamentos e Redes de Gases com área mínima de 25.000 m².

c) Operação e manutenção de instalações elétricas prediais de baixa tensão com capacidade instalada mínima de 800 KVA;

d) Operação e manutenção de instalações elétricas prediais de média tensão com capacidade instalada mínima de 800 KVA;

e) Manutenção em grupo gerador 200KVA

f) Operação e manutenção de instalações hidrossanitárias em edificações industriais, públicas, comerciais e de serviços com área mínima de 25.000 m².

g) Manutenção de equipamentos de ar condicionado tipo Chiller de 100 TR;

h) Instalação e manutenção de equipamentos de ar condicionado tipo Split;

i) Operação e manutenção do sistema de detecção de fumaça controlado por painel de controle de alarme de incêndio inteligente endereçável, que possua dentre outros componentes, os seguintes: acionador manual analógico endereçável, alarme visual e sonoro analógico endereçável, detector de fumaça/temperatura inteligente endereçável;

18.2.3. Justifica-se os parâmetros definidos em 18.2.2:

18.2.3.1. A alta relevância técnica e criticidade dos sistemas de infraestrutura que compõem o complexo HC-UFU/Ebserh;

18.2.3.2. O baixo grau de confiabilidade das instalações das edificações do HC-UFU/EBSERH, considerando:

a) A idade das edificações;

b) A ausência de projetos originais e *as-built* das instalações;

18.3. Para comprovação da **Capacidade Técnico-Profissional** serão exigidos os seguintes documentos:

18.3.1. Responsável(eis) Técnico(s), devidamente registrados no CREA, com habilitação para a área de Engenharia Civil, ou de Engenharia Elétrica ou de Engenharia Mecânica com experiência nas áreas descritas nos subitens 18.2.2.

18.3.2. A comprovação do vínculo do(s) profissional(ais) com a licitante deverá ser feita por meio de cópias das Carteiras de Trabalho ou fichas de Registro de Empregado que comprove a condição de que pertence ao quadro da licitante, ou contrato/estatuto social que demonstre a condição de sócio do profissional, ou por meio de contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum, ou, ainda, da Declaração de Compromisso de Contratação Futura do(s) profissional(ais), acompanhada da anuência deste(s);

18.3.3. No caso de compromisso de contratação futura, será exigido, no ato da assinatura do contrato, a comprovação da efetivação do vínculo profissional, bem como o comprovante de registro e anotação, junto ao CREA-MG, do profissional como responsável técnico da empresa;

18.3.4. No caso de o profissional não ser registrado ou inscrito no CREA-MG, deverá ser providenciado o respectivo visto deste órgão regional, por ocasião da assinatura do Contrato;

18.3.5. É irregular a indicação do mesmo profissional como responsável técnico por dois ou mais licitantes, caso, a partir da análise da situação concreta, se constate a ocorrência de conflito de interesses com prejuízo à isonomia entre os participantes bem como ao sigilo e à independência das propostas.

18.3.6. Os profissionais indicados pela contratada para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional deverão participar efetivamente da supervisão dos serviços objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela contratante;

18.3.7. Declaração da licitante, assinada pelo representante legal, de que, sendo vencedora, apresentará à Contratante, em até 15 (quinze) dias corridos após a assinatura do contrato, comprovante de registro das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) referentes aos serviços contratados, no Conselho Regional competente, conforme a circunscrição do local de execução da atividade, nos termos do art. 1º da Lei n.º 6.496/1977 e do art. 3º da Resolução Confea n.º 1.137/2023.

18.4. Para comprovação da **Capacidade Técnico-Operacional** serão exigidos os seguintes documentos:

18.4.1. Registro ou a inscrição da licitante no CREA, em plena validade, comprovando estar apta ao desempenho das atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da presente licitação, conforme art. 59 da Lei nº 5.194/1966;

18.4.2. No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA de Minas Gerais, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato;

18.4.3. No mínimo, 01 (um) Atestado (declaração) de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que faça explícita menção à licitante como executora dos serviços, comprovando a sua aptidão na prestação de serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto deste Termo de Referência, e que faça explícita referência, no mínimo, às parcelas definidas no item 18.2.2;

18.4.4. O(s) atestado(s) (declaração) deverá(ão) comprovar que a licitante tenha executado serviços compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 2 (dois) anos, até a data da abertura da licitação para propostas

18.4.4.1. Os atestados (declarações) apresentados para fins de habilitação da capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária da licitante, especificadas no contrato social vigente, registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil (RFB);

18.4.4.2. A licitante, caso a área técnica entenda necessário, deverá disponibilizar todas as informações essenciais à comprovação da legitimidade dos atestados (declarações), à ratificação das informações neles inseridas ou do efetivo atendimento aos requisitos técnicos exigidos neste Termo de Referência, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, e os respectivos Termos Aditivos, Notas Fiscais/Faturas, Notas de Empenho, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, sendo que estas e outras informações complementares poderão ser requeridas mediante diligência.

18.4.5. Declaração da licitante, assinada pelo Representante Legal da empresa, de que apresentará, no ato da assinatura do Contrato, os documentos que indiquem o planejamento da adequação das instalações e da transição contratual, a existência de equipamentos/aparelhamento e o pessoal técnico, adequados, suficientes e disponíveis para a realização do objeto do Contrato, bem como de que disponibilizará a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

18.4.6. Declaração da licitante, assinada pelo Representante Legal da empresa, de que, caso seja declarada vencedora da licitação, manterá, em Uberlândia - MG, sede, filial ou representação dotada de infraestrutura administrativa e técnica adequadas, com recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados, a ser comprovada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da assinatura do Contrato.

18.5. Para comprovação da **qualificação econômico-financeira** serão exigidos os seguintes documentos:

18.5.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

18.5.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

18.5.2.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

18.5.2.2. capital circulante líquido ou capital de giro (ativo circulante - passivo circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor anual da proposta, em atenção ao disposto no Acórdão TCU n.º 1335/2010-Plenário ;

18.5.2.3. patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor anual da proposta, em atenção ao disposto no Acórdão TCU n.º 1335/2010-Plenário ;

18.5.2.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

18.5.2.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

18.5.2.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

18.5.3. declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de acordo com a alínea "d" do item 11.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n.º 05/2017, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

18.5.3.1. a declaração de que trata o item acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social;

18.5.3.2. quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

18.5.4. Além da documentação anteriormente listada, as licitantes deverão observar as demais exigências correlatas à fase de habilitação, porventura definidas no Instrumento Convocatório.

19. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

19.1. A fiscalização técnica avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) conforme quadros I, II, III, IV e V para aferir a qualidade da prestação de serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.

- 19.2. Poderá haver **revisão e aprimoramento da metodologia do IMR**, ao longo da vigência contratual, conforme a evolução da maturidade de manutenção e o aperfeiçoamento dos processos de gestão, garantindo maior aderência às necessidades operacionais e aos padrões de qualidade desejados.”
- 19.3. Poderão ser considerados e incorporados ao IMR **indicadores previstos no Manual “Gestão de Manutenção Predial Hospitalar para os Hospitais da Rede Ebserh” (57887922)**, utilizando-se as ferramentas de gestão e mecanismos de avaliação mencionados no referido manual, conforme sua pertinência à execução contratual.”
- 19.4. Os fiscais técnicos deverão avaliar o IMR mensalmente para evitar a sua degeneração.
- 19.5.

Quadro I - Pontos conforme Avaliação das Ordens de Serviços

AVALIAÇÃO OBTIDA	PONTOS
Acima de 95 %	0
Entre 94,9 e 85 %	0,3
Entre 84,9 e 75 %	0,7
Entre 74,9 e 65 %	1,0
Abaixo de 65 %	2,0

Quadro II - Detalhamento dos resultados mensais esperados nas Ordens de Serviços

ITEM	INDICADOR	AVALIAÇÃO OBTIDA	PTS	OBSERVAÇÃO/COMENTÁRIO
1	(OS preventivas realizadas / OS preventivas programadas) * 100			
*2	(OS corretivas fechadas dentro do prazo / OS corretivas fechadas) * 100			
**3	(OS corretivas atendidas dentro do prazo / OS corretivas) * 100			
4	Satisfação do demandante nos atendimentos de OS corretivas = {[(OS excelente * 5) + (OS Bom * 4) + (Neutro * 3) + (Ruim * 2) + (Péssimo * 1)] / (OS avaliadas * 4)} * 100			
SUBTOTAL DE PONTOS = \sum itens 1 ao 4				

- 19.6. *OS fechada no prazo estipulado, de acordo com o nível de criticidade, é o tempo transcorrido entre a abertura do Chamado de manutenção corretiva e a conclusão do serviço.
- 19.6.1. Fica estabelecido o seguinte critério para o tempo de fechamento da OS:
- I -
- II - Atendimento a situações emergenciais, áreas e sistemas críticos como centro cirúrgico, CME, unidade tratamento intensivo, emergência; sistemas elétricos críticos; sistemas de gases medicinais; sistema de abastecimento de água; geradores; e outros a serem definidos pela Contratante: tempo máximo de fechamento da OS de 48 (quarenta e oito) horas após registro do chamado em QUALQUER DIA OU HORÁRIO;
- III - Atendimento a situações não emergenciais, áreas e sistemas não críticos: tempo máximo de fechamento da OS de 5 (cinco) dias úteis após registro do chamado.
- IV - Na hipótese do fechamento da OS necessitar de mão-de-obra em maior quantidade que a razoável ou de materiais não disponíveis no Estoque de Emergência, a prorrogação do prazo poderá ser acordada com a CONTRATANTE condicionado à disponibilidade dos materiais.
- 19.7. **Atendimento no prazo estipulado, de acordo com o nível de criticidade, é o tempo transcorrido entre a abertura do Chamado de manutenção corretiva e a chegada do profissional no local relativo a este chamado.
- 19.8. Fica estabelecido o seguinte critério para o tempo de atendimento da CONTRATADA:
- I - Atendimento a situações emergenciais, áreas e sistemas críticos como centro cirúrgico, CME, unidade tratamento intensivo, emergência; sistemas elétricos críticos; sistemas de gases medicinais; sistema de abastecimento de água; geradores; e outros a serem definidos pela Contratante: tempo máximo de início do atendimento de 45 (quarenta e cinco) minutos após registro do chamado em QUALQUER DIA OU HORÁRIO;
- II - Atendimento a situações não emergenciais, áreas e sistemas não críticos: tempo máximo de início do atendimento de 3 (três) horas após registro do chamado durante a jornada de trabalho de segunda à sexta-feira.
- III - Fora do horário da jornada de trabalho, bem como aos sábados, domingos e feriados, a CONTRATADA deverá garantir que os profissionais escalados para o plantão sobreaviso estejam disponíveis e localizáveis destinados exclusivamente ao atendimento de chamados para normalização inadiável, podendo na ocasião aplicar materiais de pequeno porte.
- 19.9. **Ocorrências:**
- 19.10.

Quadro III - Pontos conforme grau das ocorrências

GRAU	PONTOS
I	0,3
II	0,7
III	1,0
IV	2,0

Quadro IV - Detalhamento das ocorrências

ITEM	OCORRÊNCIAS GRAU I	CF	NC	OBSERVAÇÃO/COMENTÁRIO
1	Ausência ou inadequação na identificação dos funcionários da Contratada por meio de crachás e uniformes.			
2	Entrega de relatórios e planilhas sem formatação/organização.			
3	Não registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal			
4	Não manter a limpeza e organização dos ambientes de trabalho, conforme especificado no Termo de Referência.			
5	Não fornecer meios para que seus funcionários cumpram as tarefas gerais ou específicas previstas para cada posto de trabalho			
6	Retrabalho em até 2 ordens de serviços preventivas ou corretivas			
SUBTOTAL DE PONTOS = Σ (itens 1 ao 5 não conforme) * 0,3				
ITEM	OCORRÊNCIAS GRAU II	CF	NC	OBSERVAÇÃO/COMENTÁRIO
7	Atraso na entrega de relatórios mensais em período não superior a 10 dias.			
8	Não dar retorno, no prazo combinado entre Contratante e Contratada, de eventuais questionamentos feitos pela Contratante.			
9	Demora injustificada no atendimento das solicitações de serviço solicitadas pela equipe de fiscalização			
10	Não substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições			
11	Não entregar uniforme e EPIs aos funcionários no prazo estipulado no contrato			
12	Não empregar materiais de qualidade na prestação dos serviços.			
13	Contratada dar baixa de Ordem de Serviço sem a devida conclusão da atividade, sem a anuência/autorização da Contratante			
14	Não manter os projetos atualizados, quando na manutenção for necessário alguma alteração na infraestrutura civil, mecânica ou elétrica			
15	Retrabalho em até 4 ordens de serviços preventivas ou corretivas			
SUBTOTAL DE PONTOS = Σ (itens 6 ao 13 não conforme) * 0,7				
ITEM	OCORRÊNCIAS GRAU III	CF	NC	OBSERVAÇÃO/COMENTÁRIO
16	Identificar não conformidades quanto ao uso adequado dos EPIs e a execução dos procedimentos de segurança definidos pela SOST e pelas Normas regulamentadoras, com especial atenção para (NR 10 - Segurança Elétrica, NR 33 - Trabalho confinado e NR 35 - Trabalho em altura)			
17	Não manter estoque mínimo de material conforme previsto no termo de referência.			
18	Não manter e adquirir ferramentas/equipamentos conforme previsto no termo de referência.			
19	Atraso na aquisição de materiais ou serviços eventuais, no prazo estipulado com a Contratante.			
20	Não cumprir os prazos acordados para realização dos serviços corretivos.			
21	Apresentar ferramentas/equipamentos de trabalho sem calibração e sem boas condições de conservação e segurança.			
22	Utilizar as dependências do HC-UFU/Ebserh para fins diversos do objeto do contrato.			
21	Recusar-se a executar serviço determinado pela equipe de fiscalização, sem motivo justificado			
23	Retirar funcionários, supervisor ou coordenador do serviço durante o expediente, sem anuência prévia do HC-UFU/Ebserh			
24	Descumprir determinação formal ou instrução complementar da equipe de fiscalização			
25	Efetuar o pagamento de verbas trabalhistas em desacordo com a proposta apresentada ou determinação normativa, inclusive das convenções coletivas aplicáveis às categorias			
26	Não executar os serviços conforme as obrigações da Contratada, item 27 do Termo de Referência.			
27	Retrabalho em até 6 ordens de serviços preventivas ou corretivas			
28	Não providenciar a sinalização e/ou isolamento das áreas de serviço, inclusive solicitando aos órgão competentes autorização para qualquer modificação de acesso às vias públicas.			
SUBTOTAL DE PONTOS = Σ (itens 14 ao 25 não conforme) * 1,0				
ITEM	OCORRÊNCIAS GRAU IV	CF	NC	OBSERVAÇÃO/COMENTÁRIO

29	Efetuar modificações na infraestrutura física do hospital existente sem a prévia comunicação e anuência da Contratante, excetuando-se as alterações rotineiras e indispensáveis à execução dos serviços de manutenção.			
*30	Não efetuar a reposição do empregado em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, no prazo acordado com a Contratante.			
31	Suspender ou interromper, parcial ou em sua totalidade, os serviços contratuais, salvo motivo de força maior ou caso fortuito			
32	Subcontratar serviço sem autorização			
33	Apresentar funcionário responsável pela execução dos serviços sem qualificação e habilitação mínimas exigidas quando da execução dos trabalhos.			
34	Retrabalho em mais 6 ordens de serviços preventivas ou corretivas			
35	Não atendimento de OS críticas nos prazos estipulados			
36	Não efetuar o pagamento de salários, vale transportes, auxílio alimentação, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionada à execução do contrato nas datas avençadas			
37	Não apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária			
38	Não observar as determinações da legislação trabalhista			
39	Não recolher as contribuições sociais da Previdência Social e do FGTS			
SUBTOTAL DE PONTOS = \sum (itens 26 ao 33 não conforme) * 2,0				

- 19.11. *A pontuação obtida no item 30 poderá ser multiplicada pelo número de empregados ausentes.
- 19.12. Deverá ser realizado o monitoramento diário dos serviços prestados e o registro de eventuais OCORRÊNCIAS em formulário específico, para subsidiar a avaliação mensal da CONTRATADA, por meio do cálculo de indicadores estabelecidos no IMR.
- 19.13. Para cada OCORRÊNCIA registrada para a apuração do respectivo indicador, deverá ser informada à CONTRATADA que deverá realizar o monitoramento diário para providenciar o saneamento.
- 19.14. Resguardado o direito de ampla defesa, a CONTRATADA terá o direito de apresentar justificativa ao fiscal do contrato; que procederá a análise da justificativa e, em caso de aceitação ou procedência da justificativa, a OCORRÊNCIA não deve ser considerada para aplicação.
- 19.15. **Resultados**
- 19.16. **TOTAL DE PONTOS = \sum (Quadro II + Quadro IV)**
- 19.17.

Quadro V - Detalhamento das glosas em função da pontuação acumulada	
PONTUAÇÃO ACUMULADA	SANÇÃO
Até 2 ponto	Advertência*, caso não tenha sido aplicada anteriormente durante a vigência do contrato.
2 a 4 pontos	Glosa correspondente a 1,5% do valor da Nota Fiscal.
4 a 6 pontos	Glosa correspondente a 3% do valor da Nota Fiscal.
Acima de 6 pontos	Glosa correspondente a 5% acrescido de 0,5% a cada ponto extra, do valor da Nota Fiscal.
O máximo de desconto na fatura, considerando a Avaliação Final, será de 7% do valor mensal.	

- 19.18. *A advertência será aplicada uma vez, de modo que se a empresa somar até 2 ponto por dois meses consecutivos, a advertência será aplicada somente no primeiro mês. A partir do segundo mês, será aplicada glosa correspondente a 1,5% do valor da Nota Fiscal.
- 19.19. A cada mês será apurado o somatório da pontuação decorrente dos registros de ocorrências (Quadro II + Quadro IV). Esta soma servirá como base para que a Contratante aplique a glosa na Nota Fiscal emitida pela Contratada, de modo que, atingindo o quantum necessário à configuração de uma sanção (conforme parâmetros do Quadro V), esta será imediatamente aplicada sobre o valor apurado da Nota Fiscal do mês referente à avaliação do serviço e descontado na próxima Nota Fiscal emitida pela Contratada.
- 19.20. A Contratada deverá ser notificada a respeito do resultado da avaliação dos serviços executados por meio de IMR até o 5º dia útil do mês subsequente ao mês de referência da fatura. O gestor do contrato deverá enviar o relatório de IMR com o detalhamento das ocorrências.
- 19.21. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 19.22. Cabe à equipe responsável pela fiscalização do contrato:
- 19.22.1. No início do contrato deverá ser realizada reunião entre a fiscalização do contrato e a equipe de gerenciamento da manutenção da CONTRATADA (responsável técnico, supervisor de manutenção, planejador e programador), para que sejam apresentados e debatidos: os critérios a serem utilizados para avaliação da qualidade dos serviços, bem como os parâmetros que serão utilizados para os cálculos dos indicadores e os procedimentos a serem adotados quando da aplicação das glosas.
- 19.22.2. No final do mês de apuração, encaminhar à CONTRATADA os resultados auferidos no IMR gerados no período, indicando as glosas cabíveis previstas neste documento.

19.22.3. A decisão de aplicação ou não da aplicação das glosas.

19.22.4. Realizar reuniões com a CONTRATADA para discutir os resultados auferidos objetivando a definição de adoção de ações cabíveis para aperfeiçoamento dos serviços prestados.

19.22.5. Durante os **três primeiros meses de vigência contratual**, o IMR será aplicado apenas para fins de **acompanhamento e avaliação diagnóstica, sem incidência de glosas financeiras**. Esse período tem como objetivo permitir a **adaptação e adequação da empresa contratada** aos processos internos, rotinas operacionais e sistemas de controle da Contratante, garantindo a padronização dos registros e a consolidação dos procedimentos de manutenção e gestão.

20. **GARANTIA DA EXECUÇÃO (DO CONTRATO)**

20.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 70 da Lei n.º 13.303, de 2016, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor Parecer - SEI 12 (57529256) SEI 23860.000713/2025-13 / pg. 7 correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor anual do contrato, com a obrigação de ser renovada a cada 12 (doze) meses.

20.2. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do orçamento estimado, equivalente à diferença entre esse último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigidas, nos termos do § 6º do artigo 144 do RLCE 2.0.

20.3. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária.

20.4. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

20.5. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem o inciso I do art. 184 do RLCE 2.0.

20.6. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n.º 5/2017.

20.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

20.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

20.7.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

20.7.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

20.7.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

20.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

20.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

20.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

20.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

20.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

20.13. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

20.14. Será considerada extinta a garantia:

20.14.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

20.14.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n.º 05/2017.

20.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva do CONTRATANTE e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

20.16. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que o contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

20.17. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

20.18. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

20.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

20.20. A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia na forma prevista no Edital e no Contrato.

20.21. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

21. GARANTIA DO PRODUTO OU SERVIÇO

21.1. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços executados que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, podendo o HC-UFU/EBSERH exigir a reexecução dos serviços, sem custo adicional, considerando as obrigações previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.

22. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO)

22.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado.

22.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

22.2.1. da data limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço;

22.2.2. da data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

22.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

22.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que apostilada.

22.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

22.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

22.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

22.7. Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

22.8. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

22.8.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

22.9. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

22.10. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

22.11. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

22.12. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

22.13. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

22.14. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

22.15. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

22.16. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

22.17. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

22.18. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

22.19. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria,

ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

22.20. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

22.21. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

22.22. O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

22.23. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

22.23.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

23. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

23.2. Os dados referentes aos recursos orçamentários constarão em Declaração de Disponibilidade Orçamentária.

23.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

24. DA SUBCONTRATAÇÃO

24.1. É expressamente vedada a subcontratação total do objeto deste contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação de penalidade prevista no Termo de Referência.

24.2. A subcontratação parcial será admitida até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato e somente para os Serviços Eventuais, mediante autorização expressa da equipe de fiscalização do Contrato.

24.3. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

24.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

24.5. São obrigações adicionais da contratada, em razão da subcontratação:

24.5.1. Informar de maneira prévia à equipe de fiscalização do contrato os motivos da subcontratação, da identificação da subcontratada e das razões da escolha;

24.5.2. atendimento pela subcontratada, no que couber, das condições de habilitação e das disposições do edital e do contrato, mediante a apresentação da documentação pertinente à equipe de fiscalização do contrato;

24.5.3. Substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

24.6. A subcontratação de parcelas do objeto se justifica por serem parcelas autônomas, especializadas ou não relacionadas com o objeto principal da contratação cuja a permissão de subcontratar amplia a competitividade e viabilização da referida contratação.

24.7. Os atestados de capacidade técnica específicos para as subcontratadas serão oportunamente cobrados das empresas subcontratadas quando de sua atuação no empreendimento ou quando de sua determinação formal no processo com base em sua parcela de execução no objeto.

25. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

25.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

26. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

26.1. No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a Contratante e a Contratada se comprometem, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:

26.1.1. adotar medidas para conformidade de suas operações ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais e das orientações emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

26.1.2. assegurar que o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);

26.1.3. manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;

26.1.4. adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;

26.1.5. cooperar entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na legislação em vigor;

26.1.6. orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;

26.1.7. comunicar à outra parte, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais a que

tenha acesso, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do art. 48 da LGPD.

26.2. Especificamente a Contratada se compromete ao seguinte:

26.2.1. cientificar-se da Política de Proteção de Dados Pessoais da Contratante;

26.2.2. apresentar todos os dados e informações solicitados pela Contratante em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida com a Contratante e/ou adotar as providências lícitas por ela indicadas;

26.2.3. não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da Contratante e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;

26.2.4. quando verificada qualquer das hipóteses de término do tratamento de dados pessoais previstas no art. 15 da LGPD, interromper o tratamento e eliminar completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), autorizada a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da LGPD.

26.3. A CONTRATADA, ainda, se compromete, em relação à Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:

26.3.1. adotar medidas para adequação de suas operações ao cumprimento das legislações de proteção de dados pessoais aplicáveis e das orientações emanadas da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), bem como seguir as instruções fornecidas pela Ebserh, inclusive as fixadas na sua Política de Proteção de Dados Pessoais e demais normas e orientações da Ebserh;

26.3.2. assegurar que esse tratamento será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);

26.3.3. manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizar;

26.3.4. adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;

26.3.5. orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos de qualquer natureza sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;

26.3.6. apresentar todos os dados e as informações solicitados pela CONTRATANTE em relação ao tratamento de dados pessoais e/ou adotar as providências indicadas;

26.3.7. permitir e contribuir, sempre que necessário, para a realização de auditorias e inspeções relativas à proteção de dados pessoais, realizadas pela CONTRATANTE ou por ela designadas;

26.3.8. não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da CONTRATANTE e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;

26.3.9. comunicar à CONTRATANTE, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do art. 48 da LGPD;

26.3.10. reparar os danos patrimonial, moral, individual e/ou coletivo causados a outrem pelo tratamento de dados pessoais, quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados, quando não tiver seguido as instruções lícitas da CONTRATANTE e/ou quando não adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD;

26.3.11. encerrado o tratamento de dados pessoais pelas partes, nos termos do art. 15 da LGPD, eliminá-los, salvo nas hipóteses previstas no art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

27. **CONTA-DEPÓSITO VINCULADA**

27.1. Em atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP n. 5/2017, será adotado mecanismo de controle por meio de Conta-Depósito Vinculada, em conformidade com o Anexo XII da referida norma.

27.2. A futura Contratada deve autorizar a Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

27.3. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

27.4. A Contratada autorizará, na forma do Anexo IX - Modelo de Autorização para a utilização da garantia (57888275), o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e rescisão contratual dos trabalhadores da Contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

27.5. A CONTRATADA deverá prever depósitos em conta vinculada conforme alínea “a” do item 1.1 do Anexo VII-B e do Anexo XII da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.

27.6. Os valores provisionados somente serão liberados nas seguintes condições:

a) parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13 Bº (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

b) parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

c) parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e

d) ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

27.7. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017, será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

a) 13º (décimo terceiro) salário;

b) Férias e um terço constitucional de férias;

c) Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

d) Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

27.8. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no item 14 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

27.9. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido no Anexo XII - Termo de Cooperação Técnica firmado 57888459 entre o promotor desta licitação e instituição financeira.

27.10. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

27.11. Os valores referentes às provisões mencionadas neste Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

27.12. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

27.13. A Contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade Contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

27.14. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

27.15. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à instituição financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

27.16. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

27.17. A Contratada deverá apresentar ao órgão ou entidade Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

27.18. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XVII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

27.19. Fica justificada a escolha da Conta Vinculada ao invés do Pagamento pelo Fato Gerador pelas seguintes razões:

27.19.1. Na análise comparativa do custo-benefício da utilização destas duas ferramentas, quais sejam, Conta Vinculada ou Pagamento pelo Fato Gerador, há que se considerar a dificuldade de controle, sem sistema informatizado capaz de identificar o quanto é pago para cada colaborador em caso de demissão.

27.19.2. Neste cenário, considerando a realidade do HC-UFU/EBSERH no que tange à organização interna de suas atividades-meio, ou seja, aquelas incumbidas de operacionalizar tais ferramentas, a utilização da Conta-Depósito Vinculada torna-se, no momento, a alternativa mais viável para o controle dos riscos da contratação.

27.19.3. Ressalta-se que, diferentemente do Pagamento pelo Fato Gerador, o HC-UFU/EBSERH conta, atualmente, com um fluxo de trabalho definido para operacionalização da Conta Vinculada, o qual está minuciosamente detalhado e publicado no Caderno de Processos da instituição, inclusive com planilha automatizada para cálculos.

27.19.4. Tal nível de organização e estrutura desta atividade confere ao HC-UFU/EBSERH celeridade, eficiência e segurança jurídica na fase de gestão contratual, notadamente na garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas em contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra.

27.20. Sendo assim, de modo a evitar consequências indesejadas na fase de gestão dos contratos, sob o ponto de vista operacional e jurídico, e, ainda, considerando a discricionariedade prevista na norma para adoção do procedimento que apresente a melhor relação custo-benefício, a equipe de planejamento da contratação optou pelo controle dos serviços por meio da Conta-Depósito Vinculada.

28. JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA A FIXAÇÃO DE SALÁRIOS ACIMA DO PISO DAS CATEGORIAS

28.1. O Hospital de Clínicas de Uberlândia (HCU) possui 524 leitos, aproximadamente 93 mil m² de área construída. Maior prestador de serviços pelo Sistema Único de Saúde (SUS), em Minas Gerais, e terceiro no ranking dos maiores hospitais universitários da rede de ensino do Ministério da Educação (MEC). É referência em serviços de média e alta complexidade para 86 municípios do estado de Minas Gerais, abrangendo uma população que ultrapassa 3 milhões de pessoas. A infraestrutura predial do HCU é distribuída em dezesseis blocos que ocupam dez quadras, onde encontram-se Unidades de Terapia Intensiva (UTI), Centro Cirúrgico, Clínicas Cirúrgicas, Maternidade, Laboratório de Análises Clínicas, Pronto Socorro.

28.2. A infraestrutura de gasoterapia é composta por três centrais de equipamentos de geração de ar medicinal, centrais de gases, linha de abastecimento de gases, pontos de consumo, centrais de vácuo, tanques de oxigênio e tanques de óxido nitroso, 9 (nove) reservatórios metálicos tipo taça, 2 reservatórios enterrados e alguns blocos possuem reservatórios elevados. Todos com abastecimento de água pela concessionária DMAE;

28.3. O hospital possui 6 (seis) subestações para distribuição de energia elétrica nas tensões de 380 V e 220 V aos diversos blocos, capazes de suprir mais de 1.800 KVA. A casa de máquinas do grupo gerador abriga quatro geradores de 500 KVA de capacidade individual, gerando alimentação em média tensão de 13.800 Volts e 1 gerador de 500 KVA em baixa tensão para unidades críticas. O setor de oncologia possui entrada

independente e conta com gerador para cargas emergências de 750 KVA.

28.4. Para manter toda essa estrutura em funcionamento, o hospital solicita, em média, 2.200 chamados de manutenção por mês.

28.5. Dessa forma necessita de uma equipe de manutenção altamente qualificada. Para tal, por meio deste processo licitatório, iniciou-se o planejamento para a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de natureza continuada com dedicação exclusiva de mão de obra de operação e de manutenção predial preventiva, corretiva e preditiva, com fornecimento de peças e insumos, bem como a realização de serviços eventuais diversos, nos sistemas, equipamentos e instalações prediais utilizados pelo Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia.

28.5.1. Os serviços objeto desta contratação compreendem as seguintes áreas: Manutenção preventiva, corretiva e preditiva nos sistemas, redes e instalações hidrossanitárias, gás liquefeito de petróleo (GLP), gases medicinais, elétricas de baixa e média tensão, incluindo grupo gerador, bombas de água e esgoto, aquecimento central de água, som, sistema de chamadas (display de senhas), circuito fechado de televisão (CFTV), estabilizadores de tensão para equipamentos especiais (Tomografia e Ressonância Magnética), sistemas de nobreaks, - sistemas estes existentes ou que venham a ser instalados;

28.5.2. Manutenção preventiva, corretiva e preditiva nos sistemas de prevenção e combate a incêndio que inclui o sistema de proteção contra descargas atmosféricas, o sistema de rede de hidrantes, o sistema eletrônico de detecção de fumaça e alarme contra incêndios, o sistema de iluminação de emergência e o sistema de sinalização de segurança e emergência - sistemas estes existentes ou que venham a ser instalados;

28.5.3. Manutenções preventivas, corretivas e preditivas nos sistemas de climatização (central de água gelada, bombas de água gelada e de condensação, torres de resfriamento, fan coils e fancoletes, splits, redes hidráulicas, dutos de ar, ventiladores, exaustores, filtros, redes elétricas de força e comando, acessórios, sistemas de supervisão e automação, aparelhos de ar condicionado do tipo split e janela e demais equipamentos e componentes do sistema) e equipamentos de refrigeração (câmaras frias, freezers horizontais e verticais e bebedouros) - sistemas estes existentes ou que venham a ser instalados;

28.5.4. Manutenção preventiva, corretiva e preditiva em obras civis, serralheria, soldagem, esquadrias, vidraçarias, gesso, marcenaria, persianas, pintura, alvenaria, divisória, estruturas de aço, estruturas de concreto e estruturas de madeira - nas áreas existentes ou ampliações futuras assim como locação de imóveis;

28.5.5. Realização de serviços eventuais diversos relacionados aos sistemas mantidos, tais quais: instalação e remanejamento de circuitos elétricos, lógicos e telefônicos; instalação e remanejamento de equipamentos de ar condicionado e rede frigorígena, instalação de luminárias, substituição de lâmpadas e equipamentos hidrossanitários, instalações hidráulicas, instalação e substituição de tubulações e acessórios da rede de gases medicinais e GLP, bem como reconstituição de partes civis afetadas - nas áreas existentes ou ampliações futuras assim como locação de imóveis;

28.5.6. Realização de manutenção preventiva, corretiva e preditiva na conservação predial, como pinturas, recomposição de revestimentos de piso, paredes e tetos, serralheria, soldagem, esquadrias, vidraçarias, gesso, marcenaria, persianas, pintura, alvenaria e divisória - nas áreas existentes ou ampliações futuras assim como locação de imóveis.

28.5.7. Realização de serviços eventuais diversos relacionados aos bens móveis de uso na infraestrutura hospitalar, tais quais: mesas, cadeiras, longarinas, poltronas, armários, biombo, macas, suporte de soro, escadas, cadeiras de rodas, paleteiras entre outros mobiliários e utensílios que necessitem de serviços de solda, reparo em pintura, aperto de parafusos, serviços de marcenaria, dentro outros de natureza similar.

28.6. Como se trata de serviço especializado para área hospitalar existem normativos específicos que regulamentam a prestação desses serviços como:

28.6.1. Resolução nº 176, de 24 de outubro de 2000 e atualizações - ANVISA - Padrões referenciais de qualidade do ar interior, em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo;

28.6.2. Resolução nº 9, de 16 de janeiro de 2003 - ANVISA - Orientação técnica elaborada por grupo técnico assessor sobre padrões referenciais de qualidade do ar interior em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo;

28.6.3. Resolução Diretoria Colegiada nº 50, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde ;

28.6.4. ABNT NBR 7256 - Tratamento de Ar em Estabelecimento Assistenciais de Saúde;

28.6.5. ABNT NBR ISO 11195 - Misturador de gases para uso medicinal - Misturador de gases independentes;

28.6.6. ABNT NBR 11906 - Conexões roscadas para postos de utilização sob baixa pressão, para gases medicinais, gases para dispositivos médicos e vácuo clínico, para uso em estabelecimentos de saúde;

28.6.7. ABNT NBR 12188 - Sistemas centralizados de suprimento de gases medicinais, de gases para dispositivos médicos e de vácuo para uso em serviços de saúde;

28.6.8. ABNT NBR 12510 - Válvulas planas de cilindros para gases medicinais - Sistema de pinos de indicadores de segurança - Padronização ;

28.6.9. ABNT NBR 13164 - Tubos flexíveis para condução de gases medicinais sob baixa pressão;

28.6.10. ABNT NBR 13534 - Instalações elétricas de baixa tensão - Requisitos específicos para instalação em estabelecimentos assistenciais de saúde;

28.6.11. ABNT NBR 13587 - Serviço de saúde — Sistema concentrador de oxigênio (SCO) para uso em sistema centralizado de oxigênio medicinal — Requisitos

28.6.12. Regulamentos das empresas concessionárias, em especial a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) e Companhia de Saneamento Municipal (CESAMA);

28.6.13. Prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem dos produtos;

28.6.14. Normas internacionais consagradas, na falta das normas ABNT ou para melhor complementar os temas previstos pelas já citadas;

28.6.15. Leis e Resoluções relativas ao meio ambiente;

- 28.6.16. Leis e Resoluções relativas a sistemas de climatização e qualidade do ar interior;
- 28.6.17. Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais;
- 28.6.18. Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais;
- 28.6.19. Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA-CONFEA.

28.7. A realidade da manutenção hospitalar no Brasil evidencia fragilidades recorrentes: muitos estabelecimentos assistenciais de saúde não possuem contratos vigentes ou dispõem de estruturas físicas antigas e precárias, o que resulta em perda da qualidade assistencial, interrupção de serviços e criação de ambientes inadequados ao tratamento de pacientes, com potenciais riscos à segurança e à continuidade do cuidado.

28.8. Esses problemas estão diretamente relacionados à insuficiência de recursos humanos especializados, reflexo de contratos baseados em mão de obra de baixa qualificação, salários pouco atrativos, ausência de programas de capacitação, equipes reduzidas voltadas apenas a demandas emergenciais e alta rotatividade de profissionais. Esse cenário compromete a confiabilidade da manutenção predial e, por consequência, o funcionamento seguro e eficiente da infraestrutura hospitalar.

28.9. Diante disso, o contrato de manutenção predial integrada do HC-UFRJ foi concebido com o objetivo de assegurar a alocação de profissionais técnicos qualificados, compatíveis com a complexidade de um hospital universitário de grande porte, voltado à assistência de média e alta complexidade. Para viabilizar essa exigência, faz-se necessária a fixação de salários em patamares superiores ao piso da categoria, como medida de retenção, valorização e garantia de equipes estáveis e capacitadas, mitigando os riscos associados à descontinuidade ou à execução inadequada dos serviços de manutenção.

28.10. A definição de salários compatíveis com as qualificações exigidas para o contrato de serviços integrados de manutenção predial hospitalar constitui medida indispensável, uma vez que a execução dessas atividades em estabelecimentos de saúde demanda elevado grau de especialização técnica. A adoção apenas de pisos salariais mínimos tende a intensificar a rotatividade (turnover) da mão de obra, comprometendo a continuidade operacional da manutenção, a segurança dos sistemas de infraestrutura hospitalar e, consequentemente, a qualidade da assistência prestada pelo HC-UFRJ.

28.11. É compreensível que as empresas contratadas busquem a otimização de seus resultados por meio da contenção de custos com pessoal, considerando a significativa representatividade dessa rubrica no contrato. Entretanto, tal prática frequentemente resulta na contratação de profissionais com menor qualificação, o que impacta negativamente a eficiência, a confiabilidade e a eficácia dos serviços prestados.

28.12. Nesse sentido, a fixação de salários em patamares adequados configura medida de gestão estratégica e de mitigação de riscos, assegurando a atração e a retenção de profissionais qualificados, a estabilidade das equipes e a manutenção de padrões elevados de qualidade e segurança nos serviços de infraestrutura hospitalar.

28.13. Este também é o entendimento do TCU em jurisprudência **“admite, em casos excepcionais, a fixação de salários acima do piso da categoria na contratação de serviços”, porém condiciona tal ação aos seguintes requisitos: (a) “estudos e pesquisas de mercado que considerem objetivamente a complexidade das atividades e as aptidões necessárias para seus exercícios”; e (b) “a realização de pesquisas de preços, demonstrando que os preços são compatíveis com aqueles pagos para serviços com tarefas de complexidade similar, abstendo-se de tomar como referência apenas os preços praticados em contratos anteriores da própria Agência”. Ainda, segundo o Acórdão nº 2.758/2018, do Plenário, “é preciso consignar, com clareza, as atividades que seriam, efetivamente, mais complexas do que aquelas comumente oferecidas pelo mercado, a fim de justificar a elevação dos salários paradigma para a contratação”.** (Grifo meu) (TCU, Acórdão nº 2.101/2020, do Plenário, Rel. Min. Augusto Nardes, j. em 12.08.2020.)

28.14. Fixar o salário apenas com base no piso estabelecido pela Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) local não seria suficiente para atrair e reter profissionais capacitados, ocasionando riscos à continuidade dos serviços essenciais de manutenção, ao funcionamento de sistemas críticos (como climatização, instalações elétricas, gases medicinais e infraestrutura predial) e, consequentemente, à segurança de pacientes e colaboradores.

28.15. Além disso, a elevação salarial está fundamentada em:

- **Redução do turnover:** salários alinhados à realidade de mercado diminuem a rotatividade, garantindo continuidade e qualidade dos serviços;
- **Exigência de experiência mínima:** para cargos de liderança e técnicos especializados, exige-se experiência comprovada, o que justifica remuneração diferenciada;
- **Referências externas:** valores de mercado obtidos em bases como **SINAPI** (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), além de editais de hospitais de referência, evidenciam que os salários praticados estão acima da CCT, reforçando a necessidade de adequação;
- **Responsabilidade crítica:** falhas decorrentes de ausência ou baixa qualificação profissional podem gerar riscos diretos à segurança assistencial, interrupção de procedimentos médicos e aumento de custos para a instituição.

28.16. Em conformidade com o entendimento do TCU mencionado no subitem anterior, são apresentadas a seguir as justificativas que esclarecem, de forma objetiva, a complexidade das atividades que estão sujeitos os profissionais que integram a equipe de manutenção do futuro contrato. É também apresentada uma pesquisa demonstrando os diversos problemas enfrentados por estabelecimentos de assistência à saúde do Brasil:

28.17. **Gerente de Serviço de Manutenção:** Para essa função, exige-se formação superior em nível de graduação (em qualquer área, preferencialmente administração, gestão hospitalar ou áreas correlatas), desde que o profissional comprove experiência mínima de 02 (dois) anos em gestão administrativa de contratos de serviços, em ambiente hospitalar. O Gerente de Serviço de Manutenção é responsável pela supervisão estratégica e administrativa de todas as atividades relacionadas à gestão do contrato de manutenção predial e de infraestrutura hospitalar. O foco principal dessa função é garantir que a execução do contrato atenda aos requisitos legais, regulatórios, administrativos e financeiros, assegurando eficiência, economicidade e conformidade na gestão do contrato. Esse profissional será responsável pela coordenação administrativa da equipe de engenheiros de cada especialidade (elétrica, mecânica e civil), centralizando o acompanhamento de indicadores, prazos e relatórios, bem como pela interlocução com a contratante. As principais responsabilidades incluem:

- I - Gerenciar a execução administrativa do contrato, assegurando o cumprimento das cláusulas contratuais, prazos e obrigações legais;
- II - Coordenar e acompanhar a atuação dos engenheiros especialistas, garantindo integração entre as áreas e alinhamento às diretrizes contratuais;
- III - Elaborar, analisar e consolidar relatórios gerenciais e técnicos fornecidos pelos engenheiros, apresentando-os à contratante;

- IV - Controlar e acompanhar indicadores de desempenho, custos, produtividade e qualidade dos serviços prestados;
- V - Apoiar o planejamento orçamentário e propor medidas de otimização de recursos e redução de despesas;
- VI - Atuar como ponto focal de comunicação entre a empresa contratada e a contratante, organizando reuniões de acompanhamento e registrando deliberações;
- VII - Garantir a conformidade documental e administrativa das atividades, incluindo registros de manutenção, planos de trabalho e evidências contratuais.

Riscos da ausência de profissional qualificado: A falta de um coordenador administrativo dedicado pode gerar impactos relevantes, tais como:

Falhas no acompanhamento e controle do contrato, ocasionando riscos de descumprimento contratual;

Dificuldade na integração das informações técnicas, prejudicando a tomada de decisão estratégica;

Ausência de relatórios gerenciais consistentes, comprometendo a transparência e a prestação de contas à contratante;

Perdas financeiras decorrentes de gestão ineficiente de recursos e prazos;

Dificuldade na interlocução com a contratante, comprometendo a fluidez e a clareza da comunicação.

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/03/25/interna_cidadesdf,745236/falta-de-agua-provoca-suspensao-de-cirurgias-no-hospital-de-base.shtml

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/05/13/pacientes-denunciam-falta-de-agua-no-hospital-de-campanha-do-anhemi-onde-18-doentes-morreram-por-coronavirus.ghtml>

<http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/08/sindicato-diz-que-hospital-ficou-15-dias-sem-agua-servico-foi-normalizado.html>

28.17.1. O salário foi fixado considerando a complexidade da função, que envolve supervisão estratégica do contrato de manutenção, coordenação de engenheiros especialistas e interlocução com a contratante. A exigência de 2 anos de experiência em gestão de contratos hospitalares se justifica pela necessidade de conhecimento das peculiaridades do ambiente hospitalar, incluindo integração das áreas técnicas, cumprimento de normas regulatórias e gestão eficiente de recursos, garantindo segurança, conformidade e mitigação de riscos operacionais.

28.18. **Coordenador de Manutenção Predial:** Para essa função, exige-se formação superior em Engenharia Civil (ou áreas correlatas), com experiência mínima de 02 (dois) anos em manutenção predial hospitalar. O Coordenador de Manutenção Predial atuará com o Responsável Técnico perante o Conselho Federal de Engenharia (CONFEA/CREA), sendo responsável pela gestão técnica e estratégica das atividades relacionadas à infraestrutura civil e arquitetônica hospitalar, incluindo edificações, obras, reformas e adequações estruturais. O objetivo central é garantir a segurança, funcionalidade e conformidade do ambiente hospitalar, atendendo às normas regulatórias e às necessidades assistenciais. Principais responsabilidades:

- I - Supervisionar a execução de serviços de manutenção civil preventiva e corretiva em edificações hospitalares;
- II - Responsabilizar-se pela garantia das condições de salubridade referente aos sistemas hidrossanitários;
- III - Garantir a plena prestação dos serviços de água potável e de uso comum para todas as dependências do hospital;
- IV - Planejar, coordenar e acompanhar toda a manutenção de cunho civil e predial das instalações do complexo hospitalar HC-UFU, garantindo prazos, qualidade e conformidade técnica;
- V - Apoiar tecnicamente projetos de manutenção predial e construção civil da infraestrutura física hospitalar;
- VI - Elaborar relatórios técnicos e acompanhar indicadores de desempenho;
- VII - Garantir que as condições estruturais atendam às normas de acessibilidade, segurança contra incêndio e regulamentos hospitalares;
- VIII - Coordenar inspeções prediais e implementar planos de manutenção de longo prazo.

Riscos da ausência de profissional qualificado:

Comprometimento da segurança estrutural e física das edificações;

Riscos de acidentes decorrentes de falhas prediais (infiltrações, quedas de revestimentos, fissuras, etc.);

Irregularidades em obras e reformas, gerando autuações regulatórias e custos adicionais;

Prejuízos assistenciais por inadequações na infraestrutura, como falta de acessibilidade ou ambientes fora de norma.

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/03/25/interna_cidadesdf,745236/falta-de-agua-provoca-suspensao-de-cirurgias-no-hospital-de-base.shtml

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/05/13/pacientes-denunciam-falta-de-agua-no-hospital-de-campanha-do-anhemi-onde-18-doentes-morreram-por-coronavirus.ghtml>

<http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/08/sindicato-diz-que-hospital-ficou-15-dias-sem-agua-servico-foi-normalizado.html>

28.18.1. O salário foi fixado considerando a complexidade da função, que envolve gestão técnica e estratégica da infraestrutura civil hospitalar e adequações estruturais, e interlocução com órgãos regulatórios. A exigência de 2 anos de experiência em manutenção predial hospitalar se justifica pela necessidade de conhecimento das peculiaridades do ambiente hospitalar, incluindo segurança estrutural, conformidade normativa, acessibilidade e continuidade das atividades assistenciais, garantindo mitigação de riscos operacionais e eficiência na gestão predial.

28.19. **Coordenador de Manutenção Elétrica e de Automação:** Para essa função, exige-se formação superior em Engenharia Elétrica, Engenharia de Controle e Automação ou áreas correlatas, com experiência mínima de 02 (dois) anos em manutenção hospitalar. O Coordenador de Manutenção Elétrica e Automação atuará com o Responsável Técnico perante o Conselho Federal de Engenharia (CONFEA/CREA), sendo responsável pela gestão técnica e estratégica de toda a infraestrutura elétrica, de automação predial e de sistemas de energia hospitalares. Essa função visa assegurar fornecimento elétrico estável, seguro e redundante, além de integração inteligente dos sistemas automatizados do hospital. Principais responsabilidades:

- I - Supervisionar a operação e manutenção dos sistemas de distribuição elétrica, subestações, geradores e nobreaks;

- II - Gerenciar sistemas de automação predial, garantindo integração e monitoramento em tempo real dos subsistemas;
- III - Planejar e acompanhar manutenções preventivas e corretivas, com foco em confiabilidade e segurança elétrica;
- IV - Apoiar tecnicamente projetos de expansão elétrica e modernização de sistemas de automação;
- V - Elaborar relatórios técnicos, planos de contingência e indicadores de desempenho;
- VI - Garantir conformidade com normas técnicas, regulamentações de segurança elétrica e requisitos da ANVISA.

Riscos da ausência de profissional qualificado:

Interrupções no fornecimento de energia em áreas críticas, comprometendo equipamentos de suporte à vida;

Falhas em geradores ou nobreaks, sem adequada gestão de contingência;

Riscos de incêndio e acidentes elétricos por ausência de manutenção especializada;

Ineficiência no uso de sistemas de automação, impactando custos e confiabilidade da operação hospitalar

<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2021/03/18/falta-de-de-energia-em-hospital-de-mogi-guacu-apos-chuva-e-falha-de-gerador-mobiliza-ambulancias.ghtml>

<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/08/15/sistema-de-geradores-falha-apos-queda-de-energia-e-hospital-28-de-agosto-em-manaus-fica-sem-abastecimento.ghtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/10/incendio-atinge-hospital-federal-na-zona-norte-do-rio-de-janeiro.shtml>

<https://diariodorio.com/vistoria-em-2019-apontou-alto-risco-de-incendio-no-hospital-de-bonsucesso/>

<https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2025/01/10/pacientes-sao-evacuados-apos-fogo-atingir-estacao-de-energia-no-hc-de-ribeirao-preto.ghtml>

28.19.1. O salário foi fixado considerando a complexidade da função, que envolve gestão técnica e estratégica da infraestrutura elétrica hospitalar, sistemas de automação predial e operação de geradores e nobreaks, garantindo fornecimento seguro e contínuo de energia e integração dos sistemas automatizados. A exigência de 2 anos de experiência em manutenção hospitalar se justifica pela necessidade de conhecimento das peculiaridades do ambiente hospitalar, incluindo operação de áreas críticas, conformidade normativa e segurança elétrica, assegurando mitigação de riscos operacionais, continuidade assistencial e eficiência energética.

28.20. **Coordenador de Manutenção Mecânica:** Para essa função, exige-se formação superior em Engenharia Mecânica (ou áreas correlatas), com experiência mínima de 02 (dois) anos em manutenção hospitalar em sistemas mecânicos. O Coordenador de Manutenção Mecânica atuará com o Responsável Técnico perante o Conselho Federal de Engenharia (CONFEA/CREA), sendo responsável pela supervisão técnica e estratégica das atividades relacionadas aos sistemas de climatização, ventilação, refrigeração, centrais térmicas, sistemas hidráulicos e demais instalações mecânicas hospitalares. O objetivo central dessa função é garantir a operação contínua, segura e eficiente dos sistemas mecânicos, assegurando qualidade ambiental, biossegurança e conformidade com normas técnicas. Principais responsabilidades:

- I - Gerenciar e supervisionar a operação e manutenção dos sistemas de climatização e refrigeração, assegurando qualidade do ar e conforto térmico;
- II - Coordenar a manutenção de sistemas mecânicos hidráulicos, pneumáticos e vasos de pressão, prevenindo falhas que possam comprometer o ambiente assistencial;
- III - Executar as manutenções em sistemas de gases medicinais da rede hospitalar conforme plano de manutenção e demandas dos setores assistenciais com qualidade e presteza na prestação;
- IV - Planejar e acompanhar manutenções preventivas e corretivas, assegurando cumprimento de prazos e registros documentais;
- V - Apoiar tecnicamente o planejamento de ampliações ou adequações de infraestrutura mecânica hospitalar;
- VI - Elaborar relatórios técnicos, indicadores de desempenho e planos de ação;
- VII - Garantir conformidade com normas de segurança, biossegurança e requisitos da ANVISA e demais órgãos reguladores.

Riscos da ausência de profissional qualificado:

Comprometimento da qualidade do ar interno e aumento do risco de infecções hospitalares;

Interrupções em sistemas de climatização, prejudicando setores críticos como centro cirúrgico e UTIs;

Falhas em sistemas hidráulicos, pneumáticos e pressurizados, afetando diretamente a assistência à saúde;

Decisões inadequadas em projetos de climatização e refrigeração, aumentando custos e comprometendo a segurança.

<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2012/04/troca-de-tubulacao-pode-ter-causado-13-mortes-em-hospital-do-df.html>

<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/10/26/vazamento-de-gas-no-hospital-de-santa-maria-no-df-assusta-pacientes.ghtml>

<https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2024/04/04/ar-condicionado-explode-durante-manutencao-e-tecnico-e-socorrido-em-estado-grave-no-interior-de-sp.ghtml>

28.20.1. O salário foi fixado considerando a complexidade da função, que envolve supervisão técnica e estratégica de sistemas mecânicos hospitalares, incluindo climatização, refrigeração, centrais térmicas, sistemas hidráulicos e gases medicinais, garantindo operação segura, contínua e eficiente das instalações. A exigência de 2 anos de experiência em manutenção hospitalar se justifica pela necessidade de conhecimento das particularidades do ambiente hospitalar, assegurando qualidade ambiental, biossegurança, conformidade normativa e mitigação de riscos operacionais que impactam diretamente a assistência à saúde.

28.21. **Técnico em Eletromecânica:** Esse profissional deve possuir formação técnica em eletromecânica ou eletrotécnica ou eletroeletrônica com experiência mínima de 02 (dois) anos no exercício da função em instalações hospitalares, pois qualquer falha pode resultar em **interrupção do fornecimento de oxigênio**, colocando em risco pacientes em UTI, centro cirúrgico e outras unidades críticas. O Técnico em Eletromecânica desempenha papel essencial na manutenção dos sistemas de gases medicinais, incluindo oxigênio, ar comprimido, vácuo clínico e óxido nitroso. Esses sistemas são considerados vitais para a vida de pacientes em ambiente hospitalar, sendo regulados por normas como a NBR 12188 e a NBR 7256:2021.

Riscos da ausência de profissional qualificado:

- I - falhas de abastecimento de oxigênio e ar comprimido, comprometendo a vida de pacientes;
- II - risco de explosões ou acidentes por manipulação inadequada de tubulações e válvulas;
- III - multas e interdições por descumprimento das normas da Anvisa e ABNT.

<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2012/04/troca-de-tubulacao-pode-ter-causado-13-mortes-em-hospital-do-df.html>

<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/10/26/vazamento-de-gas-no-hospital-de-santa-maria-no-df-assusta-pacientes.ghtml>

<https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2024/04/04/ar-condicionado-explode-durante-manutencao-e-tecnico-e-socorrido-em-estado-grave-no-interior-de-sp.ghtml>

28.21.1. A função requer **alta especialização técnica e experiência prática no ambiente hospitalar**, com responsabilidade direta sobre sistemas que sustentam vidas. O salário diferenciado justifica-se pela **criticidade da função, complexidade normativa e riscos envolvidos**, sendo incompatível com pisos salariais genéricos.

28.22. **Técnico em Eletrotécnica:** profissional com formação técnica em eletrotécnica ou eletroeletrônica com experiência mínima de 02 (dois) anos no exercício da função em instalações hospitalares. Este profissional realizará as manutenções, em todo o sistema elétrico hospitalar. Para tal deve ter profundo conhecimento e experiência nos normativos como a *NBR 13534 - Instalações Elétricas de Baixa Tensão - Requisitos Específicos para Instalação em Estabelecimentos Assistenciais de Saúde*. Hospitais são ambientes que necessitam de muita atenção na conservação e manutenção de sua infraestrutura elétrica, principalmente os de grande porte que atendem alta complexidade pois unidades de terapia intensiva e centros cirúrgicos são característicos por não poderem sofrer desligamento elétrico por terem pacientes ligados a equipamentos de suporte a vida. Dessa forma esses profissionais necessitam de experiência, conhecimento e profundo equilíbrio emocional na busca por falhas em situações demoradas e perigosas para não gerar por exemplo o desligamento de equipamentos ou redes de sustentação a vida e monitoramento de pacientes. Além disso por exemplo, durante o acionamento dos grupos geradores por falha de energia da concessionária esses profissionais precisam acompanhar o funcionamento, monitorar a demanda hospitalar constantemente e ser profundos conhecedores dos diagramas elétricos e planos de contingência em caso de falhas.

Riscos da ausência de profissional qualificado:

- I - falhas em sistemas de energia elétrica, levando à paralisação de UTIs, centros cirúrgicos e laboratórios;
- II - riscos de incêndio por sobrecarga ou instalações inadequadas;
- III - falhas na operação dos grupos geradores em casos de interrupção da concessionária.

<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2021/03/18/falta-de-de-energia-em-hospital-de-mogi-guacu-apos-chuva-e-falha-de-gerador-mobiliza-ambulancias.ghtml>

<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/08/15/sistema-de-geradores-falha-apos-queda-de-energia-e-hospital-28-de-agosto-em-manaus-fica-sem-abastecimento.ghtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/10/incendio-atinge-hospital-federal-na-zona-norte-do-rio-de-janeiro.shtml>

<https://diariodorio.com/vistoria-em-2019-apontou-alto-risco-de-incendio-no-hospital-de-bonsucesso/>

<https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2025/01/10/pacientes-sao-evacuados-apos-fogo-atingir-estacao-de-energia-no-hc-de-ribeirao-preto.ghtml>

28.22.1. Dada a criticidade da função, o salário acima do piso convencional é necessário para **assegurar mão de obra altamente qualificada e especializada em ambiente hospitalar**, reduzindo riscos de apagões, acidentes e perdas humanas decorrentes de falhas elétricas.

28.23. **Técnico em Mecânica:** Esse profissional deve possuir formação técnica em mecânica ou eletroeletrônica ou em refrigeração, com experiência mínima de 02 (dois) anos no exercício da função em instalações hospitalares. Este profissional realizará as manutenções, conferências e acompanhamento dos sistemas de climatização do hospital, centralizados e individuais. Sistemas de climatização hospitalares são complexos e necessitam de manutenções periódicas e controle frequente da qualidade do ar. Além disso em unidades hospitalares há vários procedimentos e equipamentos que necessitam de temperatura contratada para seu funcionamento como radioterapia, tomografia, angiografia, raio-x, mamografia, cirurgias e outros procedimentos invasivos. Existe normativo específicos para estabelecimentos assistenciais de saúde como a *NBR 7256 - Tratamento de ar em estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS) - Requisitos para projetos e execução das instalações*. Além disso os sistemas de climatização pode conter agentes de contaminações como a *Legionella pneumophila*, patógeno hospitalar comum, respondendo por quase 4% dos casos fatais de pneumonia hospitalar, a prevalência deste microrganismo depende de sua presença em reservatórios de água do hospital, em particular as torres de refrigeração de sistemas de ar condicionado e sua subsequente disseminação por aerossolização. O profissional técnico mecânico em refrigeração portanto deve ter profundo conhecimento e experiência na manutenção destes sistemas, bem como das rotinas de manutenção e verificação da qualidade da água, controle e substituição dos filtros de ar como os filtros HEPA (High Efficiency Particulate Air), manutenção adequada de equipamentos como chillers, torres de resfriamento, trocadores de calor tipo "fan-coil", centrais de ar condicionado principalmente os sistemas de insuflação (pressão positiva) e exaustão (pressão negativa).

Riscos da ausência de profissional qualificado:

- I - falhas no controle de temperatura e umidade, comprometendo a conservação de medicamentos, vacinas e insumos sensíveis;
- II - risco de surtos de infecção hospitalar por sistemas de ar mal higienizados;
- III - aumento de internações prolongadas e riscos assistenciais por más condições ambientais.

<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2012/04/troca-de-tubulacao-pode-ter-causado-13-mortes-em-hospital-do-df.html>

<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/10/26/vazamento-de-gas-no-hospital-de-santa-maria-no-df-assusta-pacientes.ghtml>

<https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2024/04/04/ar-condicionado-explode-durante-manutencao-e-tecnico-e-socorrido-em-estado-grave-no-interior-de-sp.ghtml>

28.23.1. O salário diferenciado justifica-se pela **exigência de qualificação técnica, experiência hospitalar e responsabilidade sobre a biossegurança**. O controle de climatização em hospitais não pode ser comparado a ambientes comuns, pois envolve diretamente a **segurança do paciente e a prevenção de infecções hospitalares**.

28.24. **Instalador de Tubulações:** Esse profissional deve possuir formação com formação ensino Médio, curso profissionalizante de quatrocentas horas aula e experiência mínima de 02 (dois) anos no exercício da função em instalações hospitalares. Este profissional necessita ter conhecimentos técnicos de instalação e manutenção de sistemas, subsistemas e equipamentos hidrossanitários predial de água fria, de água quente, de esgotos, de águas pluviais, hidráulica e de incêndio assim como de sistemas de gases medicinais e de gás liquefeito de petróleo (GLP), além de ter aptidão para trabalhar em condições perigosas e/ou insalubres e sob grande nível de pressão e estresse. Assim como a energia elétrica, os sistemas de fornecimento de água em estabelecimentos de saúde, são também complexos e necessitam de profissionais altamente qualificados

que saibam analisar desenhos e/ou esquemas, conhecer profundamente a rede de tubulações, uniões e furos nas paredes, lajes e pisos, realizar testes nas tubulações, desentupimento de redes, controle, monitoramento, tratamento e operação nos sistemas de bombeamento de água potável, suas interligações bem como da rede de água para combate a incêndio. Para esta função o Instalador de tubulações precisa conhecer os aspectos de segurança aplicados a instalações hidráulicas e sanitárias mitigando os riscos de desabastecimento e riscos biológicos. Afinal a água é utilizada tanto nos processos de limpeza, desinfecção, esterilização de áreas, materiais médicos, como no preparo de alimentos, no preparo de substâncias e reagentes em farmácia de manipulação e laboratórios de análise clínica, além do consumo humano, em circuitos de equipamentos de suporte ventilatório, para umidificação de sistemas de ar condicionado, na lavanderia hospitalar, nos equipamentos de diálise e hemodiálise, entre outros sistemas e equipamentos primordiais em uma unidade hospitalar. No contexto hospitalar, essas redes são **estratégicas para a prevenção de infecção e manutenção da higiene**. Vazamentos, infiltrações ou falhas em esgoto podem comprometer áreas críticas como blocos cirúrgicos, UTIs e laboratórios, além de causar risco estrutural.

Riscos da ausência de profissional qualificado

- I - infiltrações em áreas críticas, com risco de contaminação e interdição de setores assistenciais;
- II - proliferação de agentes biológicos em sistemas de esgoto e drenagem;
- III - danos estruturais em edificações por infiltrações não tratadas.

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/03/25/interna_cidadesdf,745236/falta-de-agua-provoca-suspensao-de-cirurgias-no-hospital-de-base.shtml
<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/05/13/pacientes-denunciam-falta-de-agua-no-hospital-de-campanha-do-anhemi-onde-18-doentes-morreram-por-coronavirus.ghtml>
<http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/08/sindicato-diz-que-hospital-ficou-15-dias-sem-agua-servico-foi-normalizado.html>

28.24.1. Dada a criticidade da rede hidráulica em hospitais, a fixação de um salário acima do piso é justificada pela **necessidade de resposta imediata a vazamentos e infiltrações** e pela responsabilidade em manter a **continuidade dos serviços assistenciais**.

28.25. **Oficial de Manutenção:** Esse profissional deve possuir formação com formação ensino Médio, curso profissionalizante de quatrocentas horas aula e experiência mínima de 02 (dois) anos no exercício da função em instalações hospitalares. O Oficial de Manutenção atua na execução de reparos e manutenção predial geral, garantindo a funcionalidade e segurança das instalações hospitalares. Presta suporte técnico e operacional às equipes, realizando serviços corretivos, preventivos e ajustes em diferentes sistemas prediais, com atenção às normas de segurança e às exigências específicas de ambientes hospitalares de alta complexidade.

Riscos da ausência de profissional qualificado

- I - Falhas na manutenção de portas, esquadrias, vidros, molas hidráulicas e outros elementos estruturais podem provocar acidentes;
- II - Atrasos ou paralisação de serviços essenciais devido à indisponibilidade de profissionais capacitados para atender chamados corretivos ou preventivos;
- III - Comprometimento de áreas críticas, como centros cirúrgicos, UTIs e laboratórios, que exigem condições adequadas de funcionamento.
- IV - Falhas em manutenção de sistemas de acesso, infraestrutura civil e climatização podem afetar o conforto e a segurança de pacientes, equipes médicas e visitantes;
- V - Danos a estruturas prediais e equipamentos hospitalares por manutenção inadequada ou improvisada;
- VI - Custos adicionais com reparos corretivos emergenciais, reposição de materiais e aumento do turnover de profissionais não qualificados.

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/03/25/interna_cidadesdf,745236/falta-de-agua-provoca-suspensao-de-cirurgias-no-hospital-de-base.shtml
<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/05/13/pacientes-denunciam-falta-de-agua-no-hospital-de-campanha-do-anhemi-onde-18-doentes-morreram-por-coronavirus.ghtml>
<http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/08/sindicato-diz-que-hospital-ficou-15-dias-sem-agua-servico-foi-normalizado.html>

28.26. Por todo o exposto, diante da pesquisa apresentada, que demonstra a realidade dos diversos problemas enfrentados por estabelecimentos de assistência à saúde do país, e que deixa clara a necessidade de profissionais com alta qualificação para garantir a execução de serviços de manutenção de um hospital de grande porte, como é o caso do HC-UFU/EBserh, com qualidade e eficiência, a Equipe de Planejamento da Contratação entende como necessária a fixação de salários acima do piso da categoria profissional e do tempo mínimo experiência , tomando como base os salários praticados no mercado. Conforme já exposto, a fixação de salários compatíveis com o praticado no mercado permite uma melhor contratação de mão de obra, diminuindo a possibilidade de rotatividade no quadro de funcionários da empresa, influenciando diretamente na qualidade do serviço de assistência à saúde prestado pela instituição.

28.27. Foi realizado também pesquisa de mercado em outras unidades hospitalares para comprovação de que a fixação de salários acima do piso da categoria está compatível os preços pagos pelo mercado em situações de complexidade semelhante.

28.28. Para os cargos com fixação de salário, foi realizada pesquisa em instituições hospitalares de referência nacional, a fim de comprovar que os salários pagos por hospitais para cargos equivalentes estão compatíveis com o valor fixado pelo HC-UFU, garantindo atratividade e adequação ao mercado.

Gerente de Serviço de Manutenção				
Hospital / Instituição	Cargo Equivalente	Jornada Mensal	Salário Mensal (R\$)	Fonte / Comprovação
Hospital Estadual Prof. Dr. Waldemar de Carvalho Pinto - HGG (SP)	Gerente de Manutenção	200h	12.683,52	Comprovante 1
Hospital Sírio-Libanês (SP)	Coordenador	190h	12.000,00 (média)	Comprovante 2
Hospital das Clínicas de Porto Alegre - HCPA (RS)	Engenheiro	200h	13.632,66	Comprovante 3
Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence - HMJCF (SP)	Engenheiro de Manutenção	200	11.864,89	Comprovante 4

Coordenador de Manutenção Mecânica			
	Jornada	Salário Mensal	Fonte /
Termo de Referência - SEI 57887371 SEI 23860.000713/2025-137 pg. 78			

Hospital / Instituição	Cargo Equivalente	Mensal	(R\$)	Comprovação
Hospital Estadual Prof. Dr. Waldemar de Carvalho Pinto - HGG (SP)	Gerente de Manutenção	200h	12.683,52	Comprovante 1
Hospital Sírio-Libanês (SP)	Coordenador	190h	12.000,00 (média)	Comprovante 2
Hospital das Clínicas de Porto Alegre - HCPA (RS)	Engenheiro	200h	13.632,66	Comprovante 3
Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence - HMJCF (SP)	Engenheiro de Manutenção	200	11.864,89	Comprovante 4

Coordenador de Manutenção Elétrica e Automação				
Hospital / Instituição	Cargo Equivalente	Jornada Mensal	Salário Mensal (R\$)	Fonte / Comprovação
Hospital Estadual Prof. Dr. Waldemar de Carvalho Pinto - HGG (SP)	Gerente de Manutenção	200h	12.683,52	Comprovante 1
Hospital Sírio-Libanês (SP)	Coordenador	190h	12.000,00 (média)	Comprovante 2
Hospital das Clínicas de Porto Alegre - HCPA (RS)	Engenheiro	200h	13.632,66	Comprovante 3
Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence - HMJCF (SP)	Engenheiro de Manutenção	200	11.864,89	Comprovante 4

Coordenador de Manutenção Predial				
Hospital / Instituição	Cargo Equivalente	Jornada Mensal	Salário Mensal (R\$)	Fonte / Comprovação
Hospital Estadual Prof. Dr. Waldemar de Carvalho Pinto - HGG (SP)	Gerente de Manutenção	200h	12.683,52	Comprovante 1
Hospital Sírio-Libanês (SP)	Coordenador	190h	12.000,00 (média)	Comprovante 2
Hospital das Clínicas de Porto Alegre - HCPA (RS)	Engenheiro	200h	13.632,66	Comprovante 3
Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence - HMJCF (SP)	Engenheiro de Manutenção	200	11.864,89	Comprovante 4

Técnico em Eletromecânica				
Hospital / Instituição	Cargo Equivalente	Jornada Mensal	Salário Mensal (R\$)	Fonte / Comprovação
Hospital Estadual Prof. Dr. Waldemar de Carvalho Pinto - HGG (SP)	Técnico em Manutenção	220h	5.021,10	Comprovante 1
Hospital Sírio-Libanês (SP)	Técnico Eletronico	190h	3.320,00	Comprovante 2
Hospital das Clínicas de Porto Alegre - HCPA (RS)	Técnico de Manutenção I	200h	6.540,76	Comprovante 3
Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence - HMJCF (SP)	Técnico Eletronico	200	4.570,66	Comprovante 4

Técnico em Eletrotécnica				
Hospital / Instituição	Cargo Equivalente	Jornada Mensal	Salário Mensal (R\$)	Fonte / Comprovação
Hospital Estadual Prof. Dr. Waldemar de Carvalho Pinto - HGG (SP)	Eletricista	200h	3.141,95	Comprovante 1
Hospital Sírio-Libanês (SP)	Eletricista	180h	2.420,00	Comprovante 2
Hospital das Clínicas de Porto Alegre - HCPA (RS)	Eletricista	200h	6.342,88	Comprovante 3
Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence - HMJCF (SP)	Técnico Eletronico	200	4.570,66	Comprovante 4

Técnico em mecânico (calefação, ventilação e refrigeração)				
Hospital / Instituição	Cargo Equivalente	Jornada Mensal	Salário Mensal (R\$)	Fonte / Comprovação
Hospital Estadual Prof. Dr. Waldemar de Carvalho Pinto - HGG (SP)	Técnico em Manutenção	200h	5.021,10	Comprovante 1
Hospital Sírio-Libanês (SP)	Técnico Eletronico	180h	3.320,00	Comprovante 2
Hospital das Clínicas de Porto Alegre - HCPA (RS)	Técnico de Manutenção	200h	6.540,76	Comprovante 3
Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence - HMJCF (SP)	Técnico Eletronico	200	4.570,66	Comprovante 4

Instalador de tubulações				
Hospital / Instituição	Cargo Equivalente	Jornada Mensal	Salário Mensal (R\$)	Fonte / Comprovação
Hospital Estadual Prof. Dr. Waldemar de Carvalho Pinto - HGG (SP)	Encanador	200h	3.141,95	Comprovante 1
Hospital Sírio-Libanês (SP)	Encanador	180h	2.594,00	Comprovante 2
Hospital das Clínicas de Porto Alegre - HCPA (RS)	Técnico de Manutenção I	200h	4.200,15	Comprovante 3
Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence - HMJCF (SP)	Encanador	200	2.868,51	Comprovante 4

Oficial de manutenção				
Hospital / Instituição	Cargo Equivalente	Jornada Mensal	Salário Mensal (R\$)	Fonte / Comprovação
Hospital Estadual Prof. Dr. Waldemar de Carvalho Pinto - HGG (SP)	Encanador	200h	3.141,95	Comprovante 1

Hospital Sirio-Libanês (SP)	Encanador	180h	2.594,00	Comprovante 2
Hospital das Clínicas de Porto Alegre - HCPA (RS)	Técnico de Manutenção I	200h	4.200,15	Comprovante 3
Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence - HMJCF (SP)	Encanador	200	2.868,51	Comprovante 4

28.29. Dessa forma procedemos com a pesquisa pela tabela SINAPI (sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil), considerando a região sudeste e **considerando os cargos altamente técnicos em ambientes hospitalares**. A equipe de planejamento da contratação **opta pela fixação de salários base mínimos acima do piso da categoria** mediante a devida pesquisa de mercado e considera os valores mínimos com base no sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil - SINAPI (referência Dezembro/2025), comprovando que os preços são compatíveis com aqueles pagos para serviços com tarefas de complexidade similar **e somente para os cargos objetos desta contratação que foram considerados efetivamente mais complexos**. São eles:

Tipo de serviço	CBO	CÓDIGO SINAPI	Salário Base Mínimo
Gerente de Serviço de Manutenção	1427-05	40811	R\$ 12.903,00
Coordenador de Manutenção Mecânica	2144-05	40811	R\$ 12.903,00
Coordenador de Manutenção Elétrica e de Automação	2143-15	40811	R\$ 12.903,00
Coordenador de Manutenção Predial	2142-15	40811	R\$ 12.903,00
Técnico em Eletromecânica	3003-05	40922	R\$ 3.825,23
Técnico em Eletrotécnica	3131-05	40922	R\$ 3.825,23
Técnico em mecânico (calefação, ventilação e refrigeração)	3141-15	40922	R\$ 3.825,23
Instalador de tubulações	7241-15	40928	R\$ 2.448,16
Oficial de manutenção	5143-25	40914	R\$ 2.448,16

29. **DISPOSIÇÕES GERAIS**

29.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Equipe de Planejamento de Contratação, estando em consonância com as disposições legais e normas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração Pública, bem como integra o processo administrativo e tem os anexos abaixo como parte integrante:

- 29.2. Anexo I - Características Gerais dos Imóveis (57887522);
- 29.3. Anexo II - Rotinas de Execução de Serviços Contínuos (57887566);
- 29.4. Anexo III - Material de Consumo (57887687);
- 29.5. Anexo IV - Modelo de Declaração Formal de Vistoria (57887761);
- 29.6. Anexo V - Modelo de Dispensa de Vistoria (57887829);
- 29.7. Anexo VI - Manual EBSE RH Gestão da Manutenção Predial (57887922);
- 29.8. Anexo VII - Declaração de Contratos Firmados (57888019);
- 29.9. Anexo VIII - Termo de Conciliação Judicial (57888163);
- 29.10. Anexo IX - Modelo de Autorização Para Utilização da Garantia (57888275);
- 29.11. Anexo X - Rotina de Serviços Eventuais (57888330);
- 29.12. Anexo XI - Modelo de Proposta (57888401);
- 29.13. Anexo XII - Termo de Cooperação Técnica (57888459);
- 29.14. Anexo XIII - Normas Internas da Administração (57888507);
- 29.15. Anexo XIV - Orientações de Segurança do Trabalho (57888588);
- 29.16. Anexo XV - Quadro Referencial Aplicação de Multas (57888769);
- 29.17. Anexo XVI - Composição BDI (57891980);
- 29.18. Anexo XVII - Estoque Mínimo (57892081);
- 29.19. Anexo XVIII - Dos Adicionais de Periculosidade e Insalubridade (57892171);
- 29.20. Anexo XIX - Prospecção e avaliação de mercado para contratação (57892279);
- 29.21. Anexo XX - Planilha do Licitante (57892621);
- 29.22. Anexo XXI - Planilha de Formação de Custo (57893065)
- 29.23. Anexo XXI - ART's cargo e função especializada (54852370)
- 29.24. Anexo XXII - Check List Fiscalização Administrativa (55213739)
- 29.25. Anexo XXIII - ART's - Cargo e Função Especializada (57893420)

29.26. O presente documento segue assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação, pela autoridade da Área Requisitante e pela autoridade responsável pela aprovação da conveniência e oportunidade.

Equipe de Planejamento da Contratação:

Chefe da Unidade de Projetos e Obras
Portaria-SEI nº 552, de 07 de novembro de 2025

(assinado eletronicamente)

Elisandro de Souza Batista
Analista Administrativo - Gestão Hospitalar
Portaria-SEI nº 552, de 07 de novembro de 2025

(assinado eletronicamente)

Geórgia Maria Bulhões Cortez
Assistente Administrativo
Portaria-SEI nº 552, de 07 de novembro de 2025

(assinado eletronicamente)

Davi Jesse da Silva
Assistente Administrativo
Portaria-SEI nº 552, de 07 de novembro de 2025

(assinado eletronicamente)

Gabriel Sansevero Dias
Engenheiro Eletricista
Portaria-SEI nº 552, de 07 de novembro de 2025

(assinado eletronicamente)

Edgard Benoni Arruda
Engenheiro Civil
Portaria-SEI nº 552, de 07 de novembro de 2025

(assinado eletronicamente)

Verner Petersen Pereira
Engenheiro Mecânico
Portaria-SEI nº 552, de 07 de novembro de 2025

(assinado eletronicamente)

Carolina Messias Marinho
Engenheira de Segurança do Trabalho
Portaria-SEI nº 552, de 07 de novembro de 2025

(assinado eletronicamente)

Sandro Crouce
Engenheiro de Segurança do Trabalho
Portaria-SEI nº 552, de 07 de novembro de 2025

(assinado eletronicamente)

Ana Clara Rafael Pereira Fonseca
Chefe da Unidade de Fiscalização Administrativa de Contratos
Portaria-SEI nº 552, de 07 de novembro de 2025

(assinado eletronicamente)

Daniel Zorzo Barcelos
Técnico em Contabilidade
Portaria-SEI nº 552, de 07 de novembro de 2025

1. De acordo.
2. À Chefia da Divisão de Logística e Infraestrutura Hospitalar do HC-UFU/Ebserh.

(assinado eletronicamente)

Wesley Roel Dutra
Chefe da Divisão de Logística e Infraestrutura Hospitalar
Portaria-SEI nº 1811, de 12 de agosto de 2025

1. De acordo.
2. Diante da necessidade exposta no Estudo Técnico Preliminar e da manifestação da área técnica, corroboro a avaliação de que a contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra para a prestação de serviços contínuos de manutenção predial preventiva, corretiva e preditiva, com fornecimento e reposição de materiais, bem como serviços eventuais de manutenção nas instalações, representa a alternativa mais factível para suprir a realidade de demandas do HC-UFU/EBSERH;
3. Sendo assim, aprovo o Termo de Referência conforme seus próprios fundamentos;
4. Encaminhe-se à Unidade de Licitações para continuidade da instrução processual.

(assinado eletronicamente)

Sávio de Moraes
Gerente Administrativo do HC-UFU
Portaria-SEI nº 324, de 19 de maio de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Davi Jesse da Silva, Assistente Administrativo**, em 09/02/2026, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Crouce, Engenheiro(a) de Segurança do Trabalho**, em 10/02/2026, às 08:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Verner Petersen Pereira, Engenheiro(a) Mecânico(a)**, em 10/02/2026, às 08:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Messias Marinho, Engenheiro(a) de Segurança do Trabalho**, em 10/02/2026, às 09:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Sansevero Dias, Engenheiro(a) Eletricista**, em 10/02/2026, às 10:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edgard Benoni Arruda, Engenheiro(a) Civil**, em 10/02/2026, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Georgia Maria Bulhoes Cortez, Assistente Administrativo**, em 10/02/2026, às 10:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Caetano De Sousa, Chefe de Unidade**, em 10/02/2026, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wesley Roel Dutra, Chefe de Divisão**, em 10/02/2026, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Clara Rafael Pereira Fonseca, Chefe de Unidade**, em 10/02/2026, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Zorzo Barcelos, Técnico(a) em Contabilidade**, em 10/02/2026, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ângelo Machado dos Santos, Chefe de Setor**, em 10/02/2026, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Savio De Moraes, Gerente**, em 10/02/2026, às 12:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **57887371** e o código CRC **2A805A48**.

Referência: Processo nº 23860.000713/2025-13 SEI nº 57887371